

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA:
UMA PROBLEMATIZAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS DE FORMANDOS FACE ÀS
TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO**

Dissertação de Mestrado

Silvia Maria Silveira

Porto Alegre, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA:
UMA PROBLEMATIZAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS DE FORMANDOS FACE ÀS
TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO**

Silvia Maria Silveira

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia Social e Institucional.

Orientador: Professor Dr. Henrique Caetano Nardi

Porto Alegre, 2006

AGRADECIMENTOS

Em especial:

Ao Henrique,

Um fabricante de dúvidas e inquietações, sempre tolerante com meus limites e ambivalências, porque transformou o meu olhar.

Foi um mestre e um amigo que, durante este percurso, muitas vezes, me fez indagar:

*Por que é que me ensinaste a clareza da vista
Se não podias me ensinar a ter a alma com que a ver
clara?*

*Por que é que me chamaste para o alto dos montes
Se eu criança das cidades do vale não sabia
respirar?*

(Álvaro de Campos, 1972, p.370).

*Ao ensino público e em particular à UFRGS,
Pela existência deste direito em cuja potencialidade transformadora devo a pessoa que
sou hoje.*

*Ao meu pai Enio Silveira (in memorian),
Porque me ensinou que a aventura é obrigatória, sem o que eu não teria enfrentado esta
empreitada neste momento de minha vida.*

*À minha mãe Maria Ercilia (in memorian),
Porque no seu exemplo de força, dignidade e amor ao trabalho, me ensinou, na década de
50, sendo uma mulher fora do seu tempo, que é possível resistir.*

*À minha filha Fernanda,
Porque existindo e sendo quem é me motiva a sustentar meus projetos, pois no seu
entusiasmo e curiosidade vejo que a vida sempre vale a pena.*

*Ao Wilmar Castilho (in memorian),
Porque me ensinou, na prática, a estética e a ética da amizade.*

*À Marisa Eizirik,
Por ter acolhido meu pré-projeto, fez com que eu chegasse ao departamento de Psicologia
Social e Institucional e porque, por nossas divergências, me instou a falar em nome
próprio.*

*À Cleci Maraschin,
Na sua acolhida profissional e afetiva me mostrou que era possível uma segunda chance.*

*À Raquel Silveira,
Parceira nas inquietações me conduziu a tentar o mestrado sempre valorizando minha
experiência clínica e, ao mesmo tempo, fermentando o germe da resistência.*

*Ao Fernando Pocahy e à Lu Fogaça,
Pelo carinho e por darem continência às minhas angústias durante a escrita.*

*À Lu Wikert,
Em quem encontrei suporte para enveredar nos questionamentos do mundo do trabalho,
pois foi quem, por primeiro, me apresentou os escritos de Castel.*

*Aos meus supervisionandos e pacientes,
Pois, pelo encontro, me subjetivaram sendo em parte responsáveis por esta produção.*

*Ao Rodney Mombach e à Claudete R. Bonato,
Porque me abriram as portas da ULBRA/São Jerônimo.*

*Aos formandos,
Que se dispuseram a dar as entrevistas, dando seu tempo e abrindo parte de sua
intimidade, numa atitude de confiança.*

RESUMO

Este estudo trata dos processos de subjetivação de três grupos diversos de formandos de Psicologia, partindo da constatação de que o neoliberalismo vem fazendo com que haja um aumento da vulnerabilidade social, a partir do conceito de Castel, para indivíduos com terceiro grau completo, no que se incluem, evidentemente, os egressos dos cursos de Psicologia. Neste contexto acontece a emergência de um tipo de sujeito que sofre pela distância entre o ideal profissional (projeto identificatório) construído a partir de condições que não são mais vigentes e a realidade do mercado de trabalho que a eles se oferece e cuja dor se mostra diferente conforme a inserção social do estudante e as ênfases dadas nos diferentes cursos. Fundamentado metodologicamente na abordagem biográfica segundo os aportes de Cabanes e Bertaux, no aspecto teórico a discussão procura estabelecer o diálogo interdisciplinar a partir de conceitos oriundos da psicanálise, em sua vertente crítica, e do pensamento de Michel Foucault e de Robert Castel. O desenvolvimento do trabalho ocorre, portanto, dentro de uma permanente tensão epistemológica pelo esforço de criar um distanciamento crítico da filosofia do sujeito (recentrado após Freud e seu inconsciente, pela leitura de grupos hegemônicos de psicanalistas), através de uma ótica (des)disciplinarizada encontrada na abordagem foucaultiana, expressa na *Arqueologia do saber* e na noção de processos de subjetivação. Na discussão enfatiza-se a manutenção do ideal da clínica visto como um lugar de prestígio, apesar da ocorrência de trabalho aviltado neste terreno, assim como se ressalta a força individualizante do dispositivo “*psi*”. Este se apresenta como heterogêneo, a partir de seu acoplamento com determinados aspectos da formação acadêmica (dispositivo de pesquisa, dispositivo de clínica), com tratamentos psicoterápicos e analíticos e, principalmente, com a inserção social (dispositivo de ascensão social ou de manutenção do *status quo*) dos estudantes.

Palavras-chaves: Subjetividade, Trabalho, Psicologia, Ensino Superior.

ABSTRACT

Understanding that Neoliberalism caused an increase in the social vulnerability of undergraduates, including the ones who have a Psychology's degree, this study discusses the subjectification processes of three different groups of senior Psychology students. In this context, a sort of "suffering subject" emerges, produced by the distance between the "professional ideal" (identity project) built in conditions that no longer exist, and the reality of the labor market that they have to face. This "suffering subject" is the site of an affliction that seems to differ according to the student's social insertion and to the psychological knowledge emphasized by their undergraduate formation. The interviews were based upon a biographical approach (R. Cabanes and D. Bertaux) and the theoretical frame searches to establish a dialogue between Psychoanalysis and the thought of Michel Foucault and Robert Castel. The development of this work was subject to constant epistemological tension caused by the effort to create critical distance from the subject's philosophy and to establish a point of view free of disciplinary constraints, with the help of Foucault's Archeology of knowledge and his concept of subjectification process. In the discussion we point out the excessively valued ideal of the private clinical practice (despite its gradual loss of ground) as well as the individualizing power of the psychological theoretical framing devices (*dispositif* in french). Being heterogeneous, this "framing" takes different forms according to the coupling determined by aspects related to the academic trajectory (research framing devices, private practice framing devices), psychotherapeutic and psychoanalytical treatments and, most of all, the social insertion of students (social rising or status quo maintenance possibilities related to a psychology degree).

Key-Worlds: Subjectivity, Work, Psychology, Under Graduate Study

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	08
INTRODUÇÃO.....	12
1 ESPAÇOS PSÍQUICOS: UMA VISÃO TRANSDISCIPLINAR.....	26
1.1 O projeto identificatório.....	28
1.2 Os processos de subjetivação.....	34
1.3 A vulnerabilidade social.....	43
2 PERCURSO DA PESQUISA.....	49
2.1 As trajetórias e vida.....	50
2.2 A análise dos enunciados.....	53
3 O FUTURO COMEÇA AQUI.....	57
3.1 O lugar onde o futuro começa.....	57
3.2 Tornar-se doutor: ilusão ou possibilidade?.....	60
3.3 Estudar Psicologia: um percurso individualizante.....	66
4 CURSAR PSICOLOGIA: ESCOLHA OU ESTRATÉGIA?.....	72
4.1 As herdeiras do capital cultural.....	73
4.2 O ideal da clínica privada e o trabalho aviltado.....	86
5 UFRGS: UM IDEAL.....	93
5.1 Entre o peão e o engenheiro.....	93
5.2 Universidade pública: um espaço transformador.....	107
6 DISPOSITIVO PSI E INSERÇÃO SOCIAL.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
OBRAS CONSULTADAS.....	124
ANEXO.....	131

ABREVIATURAS

CEP de PA: Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre

CRP: Conselho Regional de Psicologia

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPA: Associação Psicanalítica Internacional

MEC: Ministério de Educação e Cultura

OIT: Organização Internacional do Trabalho

PAM: Posto de Atendimento Médico

PUC: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SUS: Sistema Único de Saúde

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ULBRA: Universidade Luterana do Brasil

UNIJUÍ: Universidade de Ijuí

UNISINOS: Universidade do Vale dos Sinos

APRESENTAÇÃO

Minha formação se iniciou nos anos 70, época em que, em nosso meio, sob a influência da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre e, portanto, da Associação Internacional de Psicanálise (IPA), a teoria psicanalítica era o único enfoque considerado sério para o entendimento do sofrimento psíquico de forma que as residências médicas, os cursos de especialização em Psiquiatria e a Sociedade de Psiquiatria eram constituídos dentro do discurso psicanalítico. Além disto, o acesso à formação analítica, dentro do Instituto - havia apenas uma sociedade em Porto Alegre - era permitido, exclusivamente, aos médicos, cabendo aos psicólogos um lugar secundário na hierarquia do mundo “*psi*”, o de psicoterapeutas de orientação analítica. Nesta escala os psiquiatras ocupavam o mesmo lugar, mas gozavam de alguma distinção, pois, em se tratando do trabalho com psicóticos e pacientes internados, ocupavam cargos chaves e podiam prescrever. Fazia parte do imaginário da época que o auge da carreira psiquiátrica era ser analista. Posteriormente, com o acesso dos psicólogos às formações vinculadas à Associação Psicanalítica Internacional (IPA), estes passaram a acalentar este ideal e o exercício da Psicologia Clínica ficou mais fortemente investido e idealizado.

Neste contexto iniciei minha vida profissional como psiquiatra e, durante trinta anos de seu exercício, estive afetada por uma cisão entre o anseio de normalização e conseqüente inclusão no mundo profissional psicanalítico e a oposição às formas de

controle que este exercia sobre o mercado de trabalho, monopolizando o conhecimento psicanalítico e fechando-o a uma elite financeiramente privilegiada. Vivia atravessada pela inquietante percepção de que a teoria psicanalítica que me servia de suporte necessitava ser modificada, em sua aplicação, conforme a inserção social do sujeito a quem ela se dirigia. Colocar a escuta psicanalítica à disposição dos pacientes da antiga e extinta Central de Psiquiatria (então pertencente ao INAMPS) e de um posto de saúde periférico localizado num bairro operário no interior de Esteio, voltava meu olhar para a desigualdade social, e, embora, simultaneamente, exercesse a clínica privada em consultório com pacientes particulares, esta inserção profissional em realidades sociais tão diversas foi fundamental para impedir que eu submergisse integralmente ao discurso psicanalítico oficial. Amparada pelo pensamento de alguns analistas como Mari Langer, Gregório Baremlitt, José Bleger, participantes do Grupo Plataforma, corrente freud-marxista de psicanalistas na Argentina, mantive intacta, embora adormecida, minha atenção ao contexto social e histórico como parte importante na constituição dos sujeitos.

Mais tarde, o conflito se aprofundou pelo convívio com jovens médicos e psicólogos que buscavam a aprendizagem da psicanálise, em nível de especialização, enquanto supervisora e auxiliar de ensino no Centro de Estudos Psicanalítico de Porto Alegre. Eu ocupava o lugar de transmissora da Psicanálise e depositária da confiança dos alunos, e era deste lugar que eu falava e provocava efeitos. Parecia-me que, além do conhecimento da teoria e da clínica, eu estaria sendo porta-voz de um discurso que vendia e sustentava a ilusão de que, quanto mais estudos, mais supervisão, mais cursos, maior seria sua garantia de obter êxito e reconhecimento social, nos moldes de seus pais, mestres ou analistas.

Perguntava-me como um sujeito com um ideal constituído num tempo anterior, por identificação com uma imagem de psicólogo clínico de atividade autônoma cujo contexto profissional não era mais vigente, executaria seu projeto dentro das novas configurações sociais e laborais, instáveis, que emergiam na cena contemporânea dentro do conjunto social como um todo. Os alunos não conseguiam observar que as condições de trabalho haviam mudado ao longo dos últimos vinte anos e acreditavam que seu destino profissional e existencial dependia exclusivamente deles, pois com o olhar voltado apenas para o mundo “interno”, desconsideravam as condições de possibilidade que tinham para a realização das metas que se haviam proposto. Eu intuía a emergência de um sofrimento coletivo, pelas dificuldades em alcançarem a reprodução do modelo ao qual estavam identificados e porque a própria Psicanálise os mantinha encerrados no enfoque da responsabilização individual.

Num ato de resistência, em 1999, interrompi a formação junto a Sociedade Brasileira de Psicanálise, e, no processo de buscar entrelaçamentos multidisciplinares que dessem suporte a um trabalho capaz de ser continente da dor individual, dentro da especificidade da clínica psicanalítica, mas cujo olhar não desconsiderasse as condições do contexto histórico e social me aproximei da Psicologia Social. A Sociologia de Robert Castel instrumentou a minha compreensão das transformações do mundo do trabalho e seus efeitos sobre os sujeitos, cuja vulnerabilidade foi pensada a partir de relatos de três grupos de formandos de Psicologia inseridos em diferentes contextos: uma universidade pública, um curso noturno em uma universidade particular do interior, e um curso de tempo integral numa universidade particular da capital.

O encontro com o pensamento de Foucault, na Filosofia, permitiu que, metodologicamente, tentasse encontrar um estado de suspensão do conhecimento psicanalítico, para possibilitar a emergência de um outro saber menos domesticado que nascesse da fala dos sujeitos pesquisados. A tarefa foi árdua, pois, implicou, por parte da pesquisadora, subjetivada pelo saber psicanalítico, o desprendimento de uma posição identitária fixa ou, no mínimo, num exercício para alcançá-lo¹. O percurso da pesquisa foi, desta forma, palco vivo da luta entre saberes que disputam a legitimidade na produção da verdade sobre o sujeito.

Em resumo, um caminho profissional diversificado e o despertar de antigas inquietações me conduzem ao objeto desta dissertação: discutir a forma como os formandos de Psicologia estão se apropriando dos regimes de verdades próprios do mundo “psi”, orquestrados pelo neoliberalismo, no que se refere às transformações do mundo do trabalho, considerando a inserção social de cada grupo em particular, assim como, refletir, na medida do permitido pelo contexto da pesquisa, sobre os processos identificatórios que pressionam para a constituição de um determinado ideal.

¹ O esforço implica em identificar e atenuar a emergência de um olhar influenciado pelo etno (ego) centrismo, o qual não é desejável para a leitura do campo, embora seja indissociável da mesma, pois, no caso das ciências humanas, o objeto é da mesma “natureza” que o pesquisador. (NARDI, 2002, p.134).

INTRODUÇÃO

A exigência da qualificação fundada no ensino superior passou a impor-se de modo crescente na década de 1960. Naquela ocasião houve uma expansão tanto da grande empresa privada quanto da estatal, assim como uma ampliação da administração pública, fatos que representaram oportunidades para ascensão social das famílias de classe média (Mello e Novais, 1998, p.596), que passaram a depositar na educação superior suas esperanças de progresso e de uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho.

A partir dos anos 90, no entanto, segundo Pochmann², as camadas intermediárias da pirâmide social que apostaram na educação como forma de ascensão na sociedade, tiveram suas perspectivas duramente afetadas, como consequência da política econômica do país, que determinou a transferência de capital do setor produtivo para o setor financeiro estimulada pelos altos juros.

Atualmente, ainda que aceitem ocupações aquém de suas qualificações, muitos indivíduos, ao sair da universidade, não conseguem trabalho e os números revelam que de 1992 a 2001, o total de desempregados com ensino superior completo, na região

² Márcio Pochmann, economista e secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da prefeitura de São Paulo, em artigo publicado por Lúcia Ritzel no Jornal Zero Hora de 26-10-2003, Porto Alegre.

metropolitana de Porto Alegre, aumentou de 2055 para 6408, representando um acréscimo de 116,9%.³

Em 2001, no Brasil, aqueles possuidores de curso superior que trabalhavam em atividades abaixo de sua qualificação atingiam a cifra 425,3 mil, dos quais 81,2 mil (19%) eram empregadores na indústria alimentícia. Ainda havia mais de 75mil (17,8%) que se ocupavam como droguistas, floristas, galinheiros, lenheiros, peixeiros e sorveteiros. Outros 53 mil (12,6%) trabalhavam como atendentes e recepcionistas. Entre 1992 e 2001, 2 050 milhões conseguiram emprego na área em que se graduaram, e 111.748 formaram um exército de desempregados. Ainda, em 1992, para cada quatro brasileiros desempregados analfabetos, havia um desempregado universitário. Em 2003 a proporção era de cinco desempregados analfabetos para dois universitários desempregados. Em resumo, as cifras mostram que em 10 anos, houve um aumento de 120% de desempregados com ensino superior.⁴

No entanto, apesar desta reversão de expectativa com relação ao movimento de ascensão social provocada pelo estudo superior, a universidade e os cursos de pós-graduação continuam sendo alvos de procura e de pesados investimentos financeiros e afetivos por parte dos jovens e de suas famílias. O apego a idéia de progresso pessoal e autovalorização por meio do terceiro grau exerce, embora de maneira diferente, um apelo forte entre populações de inserções sociais diversas, pois a busca do trabalho intelectual

³ Dados revelados pelo trabalho *O ciclo de financeirização e a nova polarização social*, que pesquisa causas do empobrecimento da classe média brasileira, elaborado pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da prefeitura de São Paulo e que aponta que o Rio Grande do Sul apresenta comportamento semelhante ao resto do país. Através desta pesquisa foi possível verificar que, em 2001, havia no território gaúcho 17 991 pessoas com formação universitária em sub-ocupações, enquanto no país o número era 425 292.

⁴ Dados encontrados no trabalho acima citado e publicados na Folhaonline, por Gilberto Dimenstein em 17-10-2003, São Paulo.

separado do trabalho material data do Brasil escravagista nascido da “herança rural”, conforme explica Antônio Cândido:

A importância dos grupos rurais dominantes, encastelados na autarquia econômica e na autarquia familiar, manifesta-se no plano mental pela supervalorização do “talento”, das atividades intelectuais que não se ligam ao trabalho, material e parecem brotar de uma qualidade inata, como seria a fidalguia (CÂNDIDO, 1967-2005, p.15).

Em correspondência à procura por faculdades, tem aumentado tanto o número de cursos de graduação quanto de escolas superiores, principalmente as da rede privada da educação. A venda de educação ou formação profissional de nível superior - como a criação de cursos universitários profissionalizantes de curta duração - tem representado um negócio promissor e lucrativo.

O Censo da Educação Superior⁵ divulgado pelo Ministério da Educação em 2001 revela que o número de cursos superiores, no país, naquele ano, era de 14 399 contra 6 950 existentes em 1998 com uma expansão predominante na rede privada. Esta aumentou a oferta que era de 3 980 cursos passou a oferecer 9 147 cursos, concentrando atualmente 63,5% do total de cursos. Houve aumento, também, do tamanho das instituições, pois, se em média havia sete cursos por instituição em 1998, atualmente a média é nove cursos. Os números demonstram ainda que nesse período surgiram 664 novas instituições e 7449

⁵ O **Censo da Educação Superior** coleta, anualmente, uma série de dados do ensino superior no País, incluindo cursos de graduação, presenciais e à distância. A sua finalidade é fazer uma radiografia deste nível educacional. As instituições de ensino superior respondem ao questionário do Censo por meio da Internet. Com base nesse conjunto de dados, apresentados de maneira detalhada, o Censo da Educação Superior oferece aos gestores de políticas educacionais uma visão das tendências de um nível de ensino em processo de expansão e diversificação.

novos cursos.⁶ Em relação à Psicologia, o Conselho Regional de Psicologia verificou a existência de 26 cursos de Psicologia no Rio Grande do Sul, sendo que estes aumentaram a partir de 2000. Apenas na ULBRA existem seis cursos de Psicologia, a maioria no interior e à noite.

O contexto da educação de nível superior no Brasil pode ser examinado pelos números que oferecem um panorama aproximado do movimento que está acontecendo, mais recentemente, neste terreno, a partir dos Censos de Educação Superior de 2003 e de 2004.

Os dados do Censo da Educação Superior de 2003 informam que as instituições de educação superior do país tinham 3,9 milhões de estudantes em cursos de graduação, tendo havido um aumento de 11,7% de matrículas em relação ao ano de 2002, sendo que no setor privado, que contava com 2.750.652 estudantes, o crescimento foi de 13,3%, e no setor público, de 8,1%. O levantamento revelou também que, pela primeira vez, o número de vagas oferecidas na educação superior foi maior que o número de alunos concluintes do ensino médio. Apesar disso, a ociosidade do sistema alcançou 42,2% das vagas oferecidas pelas instituições privadas. O número de cursos de graduação registrados era, então, de 16.453, com um aumento de 14,3% em relação a 2002. Nas instituições privadas, o crescimento foi de 18%, e nas públicas, de 7,8%. Do total de cursos existentes no País, naquele ano, 10.791 (65,6%) estavam no setor privado e 5.662 (34,4%) em instituições públicas.

⁶ Dados obtidos pela pesquisa realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep-MEC) e publicados em Terra Notícias - JB Online em 17-10-2003.

Em relação ao número de instituições da educação superior, a concentração foi ainda maior no setor privado. De 1.859 instituições registradas em 2003, 207 eram públicas, representando 11,1% e 1.652 privadas (88,9%). O crescimento registrado em relação ao ano de 2002 foi de 13,6%. No setor privado, o aumento foi de 14,6% e, no público, de 6,2%.

Os cursos de graduação tiveram 1.539.859 alunos ingressantes em 2003, considerando todas as formas de ingresso, com crescimento de 4,8% em relação ao ano anterior. O número de concluintes foi de 528.102, um aumento de 13,3%. Os dados deste Censo de 2003 mostraram, ainda, que 843 instituições de educação superior ofereceram 9.487 cursos de pós-graduação *lato sensu* presenciais e a distância, que conferem título de especialização. Desse total, 84,9% eram de instituições privadas e 15,1%, públicas.

Os últimos dados consolidados da educação superior brasileira, do Censo da Educação Superior 2004⁷, apontam que em 2004 foram oferecidas 2.320.421 vagas pelo sistema de educação superior, portanto, 317.688 a mais que no ano anterior (aumento de 15,8%). Inscreveram-se para disputar essas vagas em 2004, 5.053.922 candidatos, 152.487 a mais que em 2003, representando um acréscimo de 3,1% na demanda por vagas. Efetivamente, ingressaram na educação superior 1.303.110 novos alunos, perfazendo um total de 4.163.733 matrículas no total (alunos novos e aqueles já integrantes dos cursos).

No Rio Grande do Sul verificamos que no vestibular de 2006, a UFRGS recebeu 40 814 inscrições para um total de 4 212 vagas. A disputa por uma vaga na universidade pública torna-se mais expressiva se analisada em termos de densidade (relação entre o

⁷ A pesquisa realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), coletou informações de 1859 instituições públicas e privadas, que tinham, pelo menos, um curso com data de início de funcionamento até 30 de outubro de 2003.

número de candidatos e o número de vagas). O perfil que encontramos revela que no vestibular 2006 o curso de Medicina da UFRGS apresenta uma densidade de 39,89 seguida pelo novo curso de Design-habilitação Design Visual com densidade de 29,40, Psicologia com densidade de 24,53, a de Biomedicina, e Relações Internacionais com densidade de 21,45, semelhante à de Ciências Jurídicas e Sociais, cuja densidade foi 21,40 (curso diurno) e 21,13 (curso noturno).

O curso de Psicologia segue sendo muito procurado com uma discreta diminuição entre 2005 e 2006 - de 1057 candidatos inscritos para 891 - para 40 vagas. No entanto, não foram encontradas estatísticas sobre o mercado de trabalho em Psicologia junto ao Conselho Regional de Psicologia, podendo se inferir as condições deste por algumas informações como a fornecida por um candidato que dizia haver 900 inscritos para um concurso realizado pela prefeitura de Viamão, ao final de 2003, para provimento de 15 vagas para o cargo de psicólogo. Com relação aos salários podemos ter uma idéia pelo edital de concurso da prefeitura de Antônio Prado de 2004 que anunciava 1 vaga de psicólogo com salário de R\$ 923,67 para um contrato de 20 horas semanais. Outros números significativos, fornecidos pelo Conselho Regional de Psicologia da 7ª região (Porto Alegre), apontam o registro de uma média de 1000 novos inscritos por ano, havendo hoje um total de 11 100 psicólogos inscritos.

É possível perceber que cursos como Medicina e Direito que representavam carreiras nobres em gerações anteriores, estão entre os mais disputados, embora alguns aspectos de novidade estejam ocorrendo como a procura por cursos como Relações Internacionais, Designer-habilitação Artes Visuais.

A persistência do caminho universitário como a via de acesso ao mercado de trabalho, para a classe média⁸, em que pesem as vicissitudes dos jovens formandos para de fato nele terem ingresso, como decorrência dos efeitos perversos da globalização⁹, mostra que o anseio educacional tem uma construção que não corresponde ao valor nominal do diploma, mas que se apresenta como uma verdade.

No caso do Brasil, os efeitos perversos da mundialização têm intensificado as desigualdades, com aumento do desemprego e com o declínio da eficácia e da qualidade dos serviços públicos, conforme descreve Nardi (2004). A universidade, enquanto instituição, em sua origem pública e de missão social, não fica imune aos efeitos deletérios do neoliberalismo.

Segundo Trindade (2002), vem ocorrendo, gradualmente, a massificação do ensino superior com um processo acelerado de privatização que “combina um sistema público de alto nível (apesar da crise progressiva de financiamento do Estado, a partir da Nova República em 1985) e a hegemonia das instituições privadas de baixa qualidade”, de

⁸ O termo classe não tem, no presente trabalho, a significação que lhe é dada em Marx, mas representa estratos médios da população que se caracterizam por uma forma de inserção social na qual os indivíduos gozam de prerrogativas que lhes garantem acesso à educação, saúde, moradia, lazer e consumo de bens e serviços.

⁹Os dados do relatório anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram que o número de desempregados no mundo cresceu para um patamar recorde de 191,8 milhões, no final de 2005. Por outro lado, do total de 2,8 bilhões de pessoas empregadas no mundo, a metade ganha menos do que US\$ 2 por dia (cerca de R\$ 4,60). Número que permanece inalterado por dez anos. O crescimento do PIB mundial de 4,5% não impediu o aumento do desemprego globalmente. O número apresentado pela OIT no trabalho Tendências Globais do Emprego representa um desemprego de 6,3%, para uma força de trabalho calculada em 2,8 bilhões de pessoas e também um aumento de 2,2 milhões de desempregados no mundo. O crescimento da economia mundial melhorou pouco a renda da maior parte da população. Dos mais de 500 milhões de trabalhadores extremamente pobres (salário equivalente a US\$ 30 por mês) que havia no mundo no início de 2005, apenas 14,5 milhões tinham conseguido superar a condição no final do ano. A maioria dos desempregados no mundo tem entre 15 e 24 anos de idade, população que tem até três vezes mais risco de enfrentar o desemprego do que a população acima dessa idade. Embora representem metade dos desempregados, eles compõem apenas 25% da força de trabalho.

forma que em 1960, das matrículas globais da graduação 40% eram da rede privada passando para 63% em 1980 e a, partir de 1994, alcançaram 65% das matrículas globais.

Para contextualizar o lugar onde os estudantes realizam sua trajetória acadêmica, é importante examinar as transformações que a universidade brasileira vem sofrendo nas últimas três décadas. Assim, segundo o pensamento de Chauí (2001), a universidade no Brasil pode ser categorizada, a partir dos modos como vem operando, em três tipos: *universidade funcional* dos anos 70; *universidade de resultados* dos anos 80 e *universidade operacional* dos anos 90.

Com relação às mudanças de objetivos e proposta educacional, em cada uma dos tipos de universidades acima descritas, Silveira (2004) explica que nos anos setenta, caracterizados pelo “milagre econômico” e pela ditadura militar, a universidade aparecia como uma oportunidade de ascensão social e seus currículos preparavam os estudantes para uma inserção profissional. Nos anos oitenta, ampliaram-se as escolas privadas de nível superior e começaram as parcerias entre universidades e empresas, que abriram campos de estágio e de trabalho para os estudantes universitários e investiram em pesquisas ligadas aos seus interesses. Os anos noventa impuseram à universidade uma feição operacional, descrita por Chauí:

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos (2001 p. 190).

Apesar da transformação da universidade, conforme a descrição acima, e mesmo que o contexto do mercado de trabalho contrarie as expectativas, os projetos de vida são

fundados na aposta feita na carreira de nível superior. A universidade é operacional e prestadora de serviços, mas os alunos a vivenciam dentro da perspectiva de universidade funcional, pois o discurso de que o curso superior é garantia de ingresso no mercado de trabalho de forma privilegiada se mantém e recebe sustentação através da propaganda veiculada nos meios de comunicação. Esta relação entre ensino superior e melhores condições no mercado de trabalho funciona como um enunciado verdadeiro, pois é falado desde o interior das famílias, das escolas, das instituições de ensino, da mídia participando de um regime de verdades, conforme será discutido mais adiante. A formação do pensamento na universidade operacional faz com que as reflexões críticas, capazes de questionar os discursos legitimados, não encontrem espaço aquelas universidades adequadas ao modelo hegemônico de gestão, produto das transformações contemporâneas. Sabemos, no entanto, que existem diferenças entre as universidades, as quais se refletem nas experiências distintas dos formandos e na sua visão da universidade, como será discutido na análise.

Conforme explica Silveira (2004), para Freire (2000), o pragmatismo do discurso neoliberal tem produzido a despolitização da educação, reduzindo-a ao treino de destrezas, adaptando homens e mulheres ao mundo tal qual está arranjado, como se a realidade social fosse uma fatalidade e não um processo sócio-histórico. É dentro destas condições de formação do pensamento que o valor nominal do diploma para fins de ingresso ou reingresso no mundo do trabalho não é avaliado senão que ao final do curso. Então se observa a emergência de um sujeito *sofrente*¹⁰ que surge da incompatibilidade entre realidade e projeto, sendo a mesma, maior e diferente para os alunos entrevistados do

¹⁰ Sujeito *sofrente* é o termo utilizado por Birman (2001, p.15) quando diz ser este o seu horizonte no estudo do mal-estar na contemporaneidade, pois considera que este se inscreve sempre no campo da subjetividade.

interior, pela questão da compressão espaço/tempo (Bauman)¹¹, do capital cultural (Bourdieu)¹², dos suportes aproximados. (Castel)¹³.

Neste contexto, da universidade e do mundo do trabalho encontramos o aprofundamento dos processos de individualização decorrentes da competitividade estimulada pela redução de vagas e renda para indivíduos com terceiro grau completo, uma das transformações do mundo do trabalho na sociedade neoliberal. Consolida-se, desta maneira, a separação do indivíduo do conjunto social como um todo e se enfraquece, como explica Castel, a construção do laço social.

Desta maneira torna-se relevante a discussão dos dispositivos¹⁴ de subjetivação que, neste momento, agem na constituição dos sujeitos em vias de conclusão do curso de Psicologia, em diferentes contextos sociais, pois, no pensamento de Foucault encontramos que o poder articulado ao saber, atravessa o tecido social, circulando pelos capilares mais estreitos, até alcançar os lugares mais recônditos, se inscrevendo no comportamento dos sujeitos. *“Como um conjunto de ações sobre ações possíveis: opera sobre um campo de possibilidades, no qual se inscrevem os comportamentos dos sujeitos atuantes. (...) é*

¹¹ Segundo Bauman (1999) atualmente a distância é um produto social, já que sua extensão varia conforme a velocidade com a qual pode ser vencida, ou do custo envolvido na produção desta velocidade. Os efeitos secundários desta velocidade são fatores socialmente produzidos (constituição, separação e manutenção de identidades coletivas).

¹² Bourdieu (1979) formulou este conceito para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças oriundas de diferentes classes sociais, procurando relacionar o “sucesso escolar” (isto é, os benefícios que as crianças das diferentes classes podem obter no mercado escolar) com a distribuição desse capital específico entre as classes. Tal postura rompe com o pressuposto que considera o sucesso ou fracasso escolar como efeitos de “aptidões naturais”. (CATANI, 1998, p.9).

¹³ Castel (2002) utiliza o termo suporte como condição objetiva de possibilidade, como a capacidade de dispor de reservas que possam ser do tipo relacional, cultural ou econômica, etc. e que são arrimos sobre os quais pode se apoiar a possibilidade de desenvolver as estratégias individuais. No caso, suportes aproximados são aqueles apoios encontrados nas redes de amizade e parentesco, portanto, relacionais (CASTEL, 2001, p. 30).

¹⁴ Este conceito será discutido mais adiante.

sempre uma maneira de atuar sobre um ou sobre os sujeitos atuantes. É uma ação sobre as ações” (FOUCAULT, 1982, p. 1056).

Os formandos em questão fazem parte de um contingente de indivíduos, que tal qual num jogo, mudam de posição, modificam suas funções, funcionam estrategicamente, para algum tipo de finalidade em um dado momento histórico. São eles subjetivados por dispositivos e se constituem a partir dos modos de subjetivação, colocados na cena contemporânea, a eles se submetendo e/ou resistindo, e assim, simultaneamente como sujeitos e objetos, participam dos jogos de verdade sobre a educação superior e as oportunidades de ascensão social através do trabalho de nível superior.

A discussão do estatuto das verdades implica na abordagem do conceito foucaultiano de regime de verdades. Segundo Revel (2002) a temática dos “jogos de verdade” está presente em toda a obra de Foucault desde o momento em que o autor se dispõe a analisar as condições de possibilidade da constituição dos objetos de conhecimento e dos modos de subjetivação, considerados indissociáveis. Na medida em que a subjetivação é dependente da objetivação e vice-versa, a descrição do desenvolvimento mútuo e de suas ligações recíprocas é, precisamente, aquilo que Foucault chamou de jogos de verdade.

No caso da pesquisa, estando no campo, o propósito é fazer falar ao indivíduo, relatando sua trajetória na constituição do projeto profissional e, portanto o trabalho ocorre no registro da “consciência” que representa uma possibilidade de apreensão sujeito, onde o sujeito que fala ocupa o lugar de dono do seu destino, como é pensado na lógica que faz funcionar a sociedade liberal, descrevendo como se posiciona diante das condições de

possibilidade que tem para realizar suas escolhas e das vicissitudes que dela decorrem, ou seja, de como se apropria dos regimes de verdade para construir sua trajetória profissional.

Ao discutir a construção do projeto identificatório a partir do referencial da psicanálise, é preciso esclarecer que tal abordagem, no caso dos entrevistados, representa uma hipótese sobre o funcionamento psíquico, pois há que considerar que não estamos aprofundando a questão dentro de um processo de análise onde se pode “ao fazer consciente o inconsciente” afirmar com menor risco sobre os elementos que jogam um papel preponderante na constituição das identidades e de suas transformações, seguindo a associação livre, e as respostas emocionais do analisando.

Não aparece, portanto, de forma evidente, os elementos inconscientes das escolhas realizadas, enfim, aquelas características da constituição psíquica individual responsável pela manutenção ou transformação das condições pessoais e que obstaculizam ou facilitam a realização dos projetos. Em alguns casos, entre os formandos do interior, no entanto, e porque a entrevistadora estivesse atravessada pelo lugar de escuta da clínica psicanalítica, a entrevista deslizou para um relato de cunho terapêutico pela demanda dos entrevistados. Apesar destes eventos ocasionais, a intenção, ao dialogar com os sujeitos da pesquisa foi de priorizar a troca intersubjetiva, valorizando a história de vida dos entrevistados, na busca de uma visão abrangente e não especializada dos processos de constituição dos sujeitos.

Uma tensão epistemológica permanente acompanhou o trajeto da pesquisa considerando que a Psicologia moderna se constituiu como um saber individualizante e essencialista. Logo, abordar o universo “*psi*”, a partir do pensamento de Foucault, obriga a

uma desconstrução do próprio saber “*psi*”, no esforço de eliminar a separação entre dentro e fora, entre individual e social, pois como apontam Nardi e Silva:

A Psicologia moderna como campo de saber especializado faz do indivíduo o lugar privilegiado da crise. Assim, ela reforça a idéia segundo a qual só resta ao indivíduo se adaptar às novas exigências produzidas pelas constantes transformações das regras impostas pela dinâmica do capitalismo (2004 p. 195).

1 ESPAÇOS PSÍQUICOS: UMA VISÃO TRANSDISCIPLINAR

Os jovens graduandos se encontram direcionados para o futuro a partir de um projeto profissional/existencial instalado num tempo anterior, mas cujas condições de execução se transformaram. Simultaneamente e pela persistência do regramento social que serviu de suporte à inserção social de seus pais, no caso da classe média - que valoriza o ensino superior, o trabalho e o sucesso financeiro - são compelidos a realizar-se, nos mesmos moldes, numa época caracterizada pela instabilidade, ilustrada pelas palavras de Hobsbawm:

No fim deste século, pela primeira vez, tornou-se possível ver como pode ser um mundo em que o passado, inclusive o passado no presente, perdeu seu papel, em que velhos mapas e cartas que guiavam os seres humanos pela vida individual e coletiva não mais representam a paisagem na qual nos movemos, o mar em que navegamos. Em qual não sabemos onde nos leva, ou mesmo aonde deve levar-nos, nossa viagem (2002 p.25).

Tal cenário provoca a indagação sobre quais os ideais que estão dando suporte ao projeto profissional e existencial dos jovens graduandos e conduz a uma discussão complexa. Trata-se de analisar os modos pelos quais acontece a constituição de um sujeito, considerando a abordagem psicanalítica de Bianchedi (1990, p.85), que leva em conta que:

(...) o ser humano se desenvolve simultaneamente em (pelo menos) três espaços psíquicos: o intra-subjetivo, o intersubjetivo e o trans-subjetivo (Puget, 1988): o espaço do mais privadamente individual (as pulsões e os representantes pulsionais), o espaço vincular (as relações objetais) e o espaço social e cultural, cada um com suas próprias leis e modos de funcionamento. Toda mudança psíquica se realizará e terá conseqüências éticas nos três espaços.

A abordagem de Janine Puget (1988), conforme citada acima, que pensa o sujeito dentro de três espaços psíquicos, aproxima o sujeito indiviso da psicanálise¹⁵ com o sujeito histórica e socialmente constituído de Foucault. Assim, dentro do saber da Psicologia moderna, que privilegia a lógica individualizante, a perspectiva acima representa uma diminuição da rigidez das fronteiras entre interior e exterior e uma possibilidade de atenuar “a ilusão de interioridade¹⁶” do sujeito, sobretudo porque os espaços psíquicos vinculares dentro da concepção de Puget (1988), os quais aparecem formalmente divididos em função de sua especificidade, se entrelaçam numa rede complexa de inserções e comunicações e se relacionam estreita e solidariamente.

A constituição do sujeito, a partir deste ponto de vista, implica na consideração das condições a seguir:

- 1- Que ele é portador de um *aparelho psíquico*¹⁷ que alberga no *eu* uma instância *ideal*, responsável pela construção de um *projeto identificatório*, conforme descrito pela Psicanálise;
- 2- Que ele se subjetiva, a partir de suas próprias condições de possibilidades, dentro de um determinado momento histórico e social por

¹⁵ Bezerra considera que no empreendimento freudiano de descentramento do sujeito pela postulação do inconsciente, além da destituição do eu de sua posição central no psiquismo, Freud seria responsável pela fragmentação operada no interior do sujeito, descrevendo-o sem nenhuma “substância” originária, portanto questionando a noção de sujeito indiviso, pois esta visão dependeria apenas de como tem sido entendida a operação de descentramento do sujeito pelos analistas. (BEZERRA, 1994, p.121).

¹⁶ Expressão utilizada pelos autores Nardi e Silva ao discutir a intensificação e a generalização da lógica disciplinar nas sociedades de controle, onde a ilusão de interioridade, própria do saber *psi*, serve como forma de tornar invisíveis as forças de dominação que permeiam todas as esferas da vida. (NARDI e SILVA, 2004 p. 194)

¹⁷ Expressão que ressalta certas características que a teoria freudiana atribui ao psiquismo: sua capacidade de transmitir e de transformar uma energia determinada e sua diferenciação em sistemas ou instâncias. (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001, p.29)

efeitos de *relações de poder-saber* aos quais se submete ou resiste (*processos de subjetivação*), num jogo permanente de sujeição e resistência;

- 3- Que ele deverá se fazer reconhecer socialmente, num mundo onde *o trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente como também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente* (CASTEL, 1995, p.18), mas cuja transformação, com suas múltiplas formas de flexibilização, aponta para a *precarização, desfiliação social e vulnerabilidade*¹⁸;

1.1 O projeto identificatório

Conforme dito anteriormente, a persistência do caminho universitário como a via régia para o mercado de trabalho, em que pese as vicissitude dos jovens formandos para de fato nele terem ingresso, mostra que o anseio educacional origina-se num tempo anterior. Ele aponta para uma demanda que se constrói como um projeto, sendo *projeto aquilo que na cena do consciente, se manifesta como efeito de mecanismos inconscientes próprios da identificação* (AULAGNIER, 1990, p.214).

Para esta autora o *projeto identificatório* constitui-se pelos enunciados sucessivos pelos quais o indivíduo define para si e para os outros seu anseio identificatório, ou seja, seu ideal. O ideal é sempre um compromisso em ato e tem estreita relação com a temporalidade. Na criança ele assim se formula “*Quando eu crescer...*” e no jovem formando “*Quando eu me formar... serei médico, engenheiro, psicólogo...*”, passando por

¹⁸ Os conceitos acima mencionados serão desenvolvidos mais adiante na discussão relativa ao trabalho sociológico de Robert Castel.

anseios intermediários, encontra-se sempre num desvio temporal entre o *eu* e o *ideal*, numa representação do futuro, pois o *eu* sustenta um estranho paradoxo que faz com que o *eu* não possa estar e ser valorizado a não ser pela mediação de se tornar *outro*, e esse outro por sua vez quando encontrado se projetará num outro projeto e assim por diante num remetimento sem fim (AULAGNIER, 1990, p.219).

A aptidão do indivíduo para encontrar uma saída, relativa à determinada *pulsão parcial*¹⁹ passa pelo processo sublimatório que representa para a Psicanálise o passaporte do indivíduo para o mundo adulto e socialmente útil. Conforme Aulagnier (1990), a forma como o sujeito realiza este ingresso depende de sua pertença aos emblemas que o discurso parental privilegia. (AULAGNIER, 1990, p.216).

A obrigatoriedade dos estudos superiores faz parte do discurso parental, como emblema familiar de uma parcela dos alunos entrevistados, e, entre todos os grupos é valorizado como condição necessária para uma boa inserção no mercado de trabalho. A associação de educação superior com trabalho e reconhecimento social se mantém, pois vem encontrando correspondência nas exigências de cada vez mais educação mesmo para as vagas de trabalho pouco qualificadas.

Existe, simultaneamente, uma matriz de identificações, para um determinado grupo, no caso os formandos da PUC, cuja inserção social privilegia o modelo familiar que

¹⁹ Conforme é explicado no Vocabulário de Psicanálise de Laplanche e Pontalis, 2001, ps. 402 e 494, resumidamente, pulsão parcial é elemento último a que chega a Psicanálise na análise da sexualidade. Cada um destes elementos se especifica por uma fonte (pulsão oral, pulsão anal) e por uma meta (pulsão de ver, pulsão de dominação). O termo parcial deve ser tomado no sentido genético e estrutural: as pulsões parciais funcionam em primeiro independentemente e tendem a unir-se nas diversas organizações libidinais. A pulsão parcial quando derivada para um objetivo não sexual e que visa objetos socialmente valorizados passa a constituir a sublimação.

age na construção de um ideal e uma força externa que pressiona para uma prática social fundada na valorização do trabalho, para os três grupos.

A ética do trabalho, que se estende para a educação, via discurso familiar, entre os formandos da PUC, conforme será discutido posteriormente, se constituiu a partir de um modelo econômico e laboral que hoje não opera de forma exclusiva e hegemônica e que para alguns, estaria mesmo em vias de desaparecer, como a posição adotada por Forrester (1997, p. 7) que diz:

Vivemos em meio a um engodo magistral, um mundo desaparecido que teimamos em não reconhecer como tal e que certas políticas artificiais pretendem perpetuar. Milhões de destinos são destruídos, aniquilados por estratégias renitentes, destinados a apresentar como imprecívél nosso mais sagrado tabu: o trabalho.

No presente contexto, ética do trabalho deve ser entendida a partir do sentido que lhe é concedido por Nardi (2002, p. 56), ou seja, *como um conjunto de saberes instrumentalizados na forma de uma moral do trabalho que adquiriu a legitimidade de uma verdade que define a forma como os trabalhadores devem conduzir suas vidas.*

Ao discutir a ética do trabalho Nardi (2002) aponta dois aspectos distintos de acordo com as gerações as quais examina. O autor leva em consideração as transformações sociais que recolocam em questão o lugar do trabalho na vida dos sujeitos e aponta a permanência simultânea do código cuja origem foi a doutrina protestante, associada ao capitalismo na Modernidade. Então, acrescenta o autor:

a ética do trabalho é entendida, ao mesmo tempo como uma formação discursiva (regime de verdades) e como conjunto de dispositivos associados ao trabalho que assujeitam os homens e as mulheres de formas diferentes através das relações de dominação (NARDI, 2002, p.56).

Para Forrester (1997), a concepção atual de trabalho permanece ligada à idade industrial e ao capitalismo acumulativo, que explicitava as garantias concretamente como indústrias bem implantadas e lugares identificáveis (fábricas, minas, bancos imóveis arraigados nas paisagens e inscritos em cadastro). As fortunas eram guardadas em cofres e as trocas passavam por circuitos verificáveis. Havia diretores, empregados, operários que se deslocavam sobre um mesmo solo e podia-se saber quem eram e onde estavam os dirigentes e identificar quem desfrutava do lucro. Havia, portanto, localização temporal-espacial do processo produtivo.

Hoje o mundo mudou, e como Forrester (1997) explica, não é aparente a fusão do local do trabalho com a economia, em que o trabalho executado por muitos se mostre indispensável aos que tomam as decisões. No entanto, apesar da mudança, persiste a ilusão de viver naquele contexto que não é mais operante.

Ao refletir sobre as ilusões persistentes, é preciso tomar em consideração que, além dos regramentos sociais determinantes e disciplinadores, dentro da família e das instituições, os indivíduos são portadores de uma constituição psíquica que se forma precocemente e que os mantém, em certa medida, atraídos a situações primeiras que tiveram valor estruturante. Estas influenciam nas formas como os sujeitos se posicionam em relação à transformação/percepção de novas formas de viver em sociedade.

Os estudos de Butler (2002) são esclarecedores com relação a este ponto, pois dizem que existe um “apego apaixonado ao assujeitamento” que estaria na própria formação do sujeito. Ela afirma:

(...) se a autonomia é condicionada pela subordinação e se esta subordinação ou esta dependência fundadora é rigorosamente reprimida, então o sujeito emerge ao mesmo tempo em que o inconsciente. O postulado foucaultiano do assujeitamento como subordinação e formação simultânea do sujeito adquire um valor psicanalítico específico desde que se considere que o sujeito apenas emerge através de uma ligação apaixonada àqueles dos quais depende de maneira fundamental (mesmo se esta paixão for “negativa” no sentido psicanalítico) (BUTLER, 2002, p.29).*

Butler (2002, p.28), apoiada em Nietzsche, explica o sentido que dá à questão da reflexão sobre si próprio, outro ponto importante de sua teorização que diz: “(...) *o sujeito é formado por uma vontade que se volta contra ela própria, assumindo uma forma reflexiva, então o sujeito é a modalidade do poder que se volta contra si próprio, o sujeito é o efeito retroativo do poder*”.*

Embora para Butler (2002) o assujeitamento seja constitutivo, a transformação das condições nas quais o sujeito está inscrito é possível, pois a repetição nunca se apresenta exatamente da mesma maneira, havendo nesta diferença a possibilidade de resistência (no sentido foucaultiano) e, portanto de mudança. A mudança intrapsíquica, no entanto é sempre difícil, pois conta com um elemento de oposição também nomeado de resistência.

Verifica-se o registro de dois tipos de resistência, com dois sentidos opostos para o termo: um favorável à mudança e diz respeito à posição do indivíduo diante dos disciplinamentos impostos pelas redes de poder-saber (sentido foucaultiano e que é utilizado por Butler) e outro que se opõe à mudança no sentido que lhe atribui a Psicanálise.

* A tradução é nossa.

Nesta confluência dos referenciais teóricos apontados por Butler (2002) é oportuno retomar o conceito psicanalítico de *aparelho psíquico* como instância individual e sublinhar o valor do conceito de *pulsão*²⁰ para este modelo. Assim, dentro da proposta de pensar o indivíduo se desenvolvendo e se constituindo em mais de um espaço vincular, considero importante a noção de *identificação* (associada ao *ideal de ego*), como fator constitutivo do *processos de subjetivação*.

Na obra de Freud a noção de identificação assumiu, progressivamente, um valor central, pois passou a ser considerada como uma operação através da qual o sujeito humano se constitui (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001). O peso adquirido pelas identificações está ligado à centralidade que Freud dá ao complexo de Édipo. Segundo este psicanalista (1924) é no processo da dissolução do complexo edipiano, ou melhor, no seu “sepultamento” (*untergang*), que vai acontecer a substituição de uma relação intersubjetiva por uma relação intrapsíquica, não como imitação, mas como apropriação de elementos comuns ou valorizados (invejados), das relações parentais ou de aspectos das mesmas. Estas identificações são tomadas como estruturantes do *superego* e do *ideal do ego*.²¹

O *ideal do eu* ou do *ego* é uma expressão cunhada por Freud, como explica Roudinesco (1998), para designar o modelo de referência do *eu*, simultaneamente substituto do narcisismo perdido na infância e produto da identificação com as figuras parentais e seus substitutos sociais.

²⁰ Processo dinâmico que consiste numa pressão ou força (carga energética, fator de motricidade) que faz o organismo tender para um objetivo. Segundo Freud, uma pulsão tem sua fonte numa excitação corporal (estado de tensão); seu objetivo ou meta é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional; é no objeto ou graças a ele que a pulsão pode atingir sua meta (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001, p.394).

²¹ O *ideal do eu* ou do *ego* não tem, na obra de Freud, um tratamento unívoco, pois, por vezes, é tratado com uma instância particular em outras ocasiões é homologado ao *superego* ou *supereu* com atributos tais como auto-observação, consciência moral, censura onífrica e de influenciador no recalque. No presente trabalho utilizo o termo como instância particular diferente do *superego* (ROUDINESCO, 1998, p.362).

Este conceito, como historia Roudinesco (1998), apareceu explicitamente em 1914 no trabalho *Sobre o narcisismo: uma introdução*, no qual Freud desenha a perspectiva de uma relação do sujeito consigo próprio afirmando a necessidade de uma libido não apenas objetal, para que se constitua algum tipo de idealidade. A criança, primitivamente, é seu próprio ideal, e precisa renunciar a sua onipotência para dedicar-se a um outro ideal. Em 1917 o *ideal do eu* torna-se a instância encarregada da consciência moral e reaparece em 1921 em *Psicologia das massas e a análise do eu* como o lugar onde o sujeito instala o objeto de sua fascinação, o líder, ficando o *ideal do eu* como o esteio do principal eixo de constituição do coletivo (FREUD, 1921).

Em 1933, Freud, nas *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise o ideal do eu* aparece como uma instância particular com a qual o “*eu se compara, a qual ele aspira e cuja reivindicação ele se esforça por satisfazer, através de um aperfeiçoamento cada vez maior*”, sendo este o sentido que Aulagnier utiliza para construir seu conceito de *projeto identificatório*, e, assim, também o sentido que será tomado neste trabalho.

1.2 Os processos de subjetivação

Ao abordar o conceito de subjetivação verifico que está expresso em Foucault (1999, p.8) quando ele busca

(...) mostrar como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos do conhecimento. O próprio sujeito do conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou mais claramente, a própria verdade tem uma história.

Assim, o termo *modos de subjetivação*, proposto por Foucault, problematiza as formas como os indivíduos se constituem e se reconhecem como sujeitos individuais, mostrando ser esta uma construção histórica e não algo dado como natural. Conforme explica Revel (2002 p.60):

*Os modos de subjetivação ou processos de subjetivação do ser humano correspondem em realidade a dois tipos de análises: de uma parte, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos - o que significa que não existe sujeito que não seja objetivado, e que os modos de subjetivação são, neste sentido, práticas de objetivação, de outra, a maneira pela qual a relação consigo, através de um certo número de técnicas, permite que alguém se constitua como sujeito de sua vida.**

Nardi (2002) distingue *processos de subjetivação* de *modos de subjetivação*, considerando a primeira forma de análise como *modo de subjetivação* e a segunda como *processo*. O autor explica que modo de subjetivação é a forma predominante que coloca um indivíduo em exposição a um regime de verdade e opera com a noção de processo de subjetivação, ao qual considera como a forma que cada ser tem de se relacionar com os modos de subjetivação, pois cada indivíduo se apropria de modo particular dos regimes de verdade e das forças produzidas pelos dispositivos de poder-saber e com tal apropriação produz algo que é da esfera daquela vida em particular.

No presente trabalho, processo de subjetivação é tomado como um conceito-chave para o entendimento de como os jovens graduandos estão se constituindo como sujeitos a partir da forma como enfrentam os modos de subjetivação que estão colocados na cena universitária contemporânea e no contexto social e acadêmico – especificamente

* A tradução é nossa.

da formação “*psí*” - de cada grupo entrevistado em particular. Esta escolha permite a inclusão da ética conforme pensada em Foucault.

Assim, as identificações representam uma polaridade que remete os jovens a um passado, ao mesmo tempo em que os impulsionam a um futuro (incerto e difícil de ser construído de acordo com o ideal antecipatório) enquanto as forças dos dispositivos disciplinares agem no presente e de forma permanente. Estas geram práticas sociais e sustentam discursos que adquirem estatuto de verdade.

Em se tratando dos discursos é importante dar destaque a um dos pontos da discussão foucaultiana do discurso. Trata-se da materialidade do discurso entendida como a capacidade deste de transcender as palavras enunciadas e acentuar os efeitos que o mesmo pode produzir. O discurso passa a ser compreendido como produtor dos objetos de que fala e se materializa a partir de campos de possibilidade de dizibilidade e de visibilidade: nem tudo pode ser dito, nem todas as pessoas podem falar qualquer coisa, nem toda época pode acolher qualquer discurso. Existem condições e contingências históricas que liberam ou restringem as forças que nortearão os discursos vigentes e as relações de poder – saber; fazem parte de um campo de lutas onde o homem interage com o mundo produzindo e sendo produzido por jogos de verdade, através de mecanismos que asseguram a credibilidade “natural” dos discursos.

Segundo Foucault (1971), a visibilidade e a dizibilidade dos discursos da contemporaneidade estariam diretamente vinculados aos discursos que carregam a dimensão de verdade, excluindo todos os outros discursos que permanecem imanentes em nosso contexto histórico.

Ao entrar na questão do estatuto da verdade é importante o conceito foucaultiano de regime de verdades. Segundo Revel (2002) a temática dos “jogos de verdade” está presente em toda a obra de Foucault desde o momento em que o autor se dispõe a analisar as condições de possibilidade da constituição dos objetos de conhecimento e dos modos de subjetivação, considerados indissociáveis. Na medida em que a subjetivação é dependente da objetivação e vice-versa, a descrição do desenvolvimento mútuo e de suas ligações recíprocas é, precisamente, aquilo que Foucault chamou de “jogos de verdade”.

O conceito regime de verdades foi assim descrito por Foucault:

(...) são os tipos de discursos que a sociedade acolhe e faz funcionar como verdadeiro; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados falsos ou verdadeiros; a maneira pela qual se sanciona a ambos; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daquele que se encarrega de dizer o que funciona como verdade (FOUCAULT, apud REVEL, 2002, p.64).*

Ao aproximar-me da discussão que Foucault faz da verdade necessito avançar no entendimento de outros conceitos que compõem a caixa de ferramentas do autor, tais como poder e dispositivo, pois são operadores conceituais que guardam um estreito nexos entre si.

O foco de investigação sobre o poder foi desenvolvido por Foucault (1975) em *Vigiar e Punir*. Neste trabalho, o autor descreve através da história das prisões, os mecanismos que se desenvolvem na sociedade que ele qualificou de *disciplinar* e na qual a base funcional se constitui no controle detalhado dos corpos que devem tornar-se *dóceis* e *úteis*. Através do modelo do Panóptico de Bentham, ele descreve, em entrevista a Jean - Pierre Barou, como era necessário que o poder se fizesse por novos canais, *cada vez mais*

* A tradução é nossa.

sutis chegando até os indivíduos, seus corpos, seus gestos, cada um de seus desempenhos cotidianos. Que o poder, mesmo tendo uma infinidade de homens a gerir, seja tão eficaz quanto se ele se exercesse sobre um só. (FOUCAULT, apud FISCHER, 1996, p.75).

A noção de dispositivo, outro conceito que importa na teorização de Foucault, e que emerge com o estudo da genealogia do poder como está explicado em Revel:

O termo dispositivo aparece em Foucault nos anos 70 e designa inicialmente os operadores materiais do poder, isto é, das técnicas, das estratégias e das formas de assujeitamento colocadas em pauta pelo poder. A partir do momento no qual a análise foucaultiana se concentra sobre a questão do poder, o filósofo insiste sobre a importância de se ocupar dos mecanismos de dominação: é esta escolha metodológica que engendra a noção de “dispositivo”. Estes são por definição de natureza heterogênea: trata-se tanto de discursos quanto de práticas, de instituições quanto de táticas instáveis: é assim que Foucault chegará a falar, segundo o caso, de “dispositivos de poder”, de “dispositivos de saber”, de “dispositivos disciplinares”, de “dispositivos de sexualidade” etc (REVEL, 2002, p.24)*.

Foucault situa a vigência temporal das *sociedades disciplinares*, nos séculos XVIII, XIX com o apogeu no início do século XX. A condição de possibilidade para o funcionamento disciplinar é o confinamento, a existência de espaços fechados (a prisão, o hospital, a fábrica, a escola, a universidade, a família), cada um com leis próprias de funcionamento, e nos quais o homem se desloca de um para outro.

O poder necessita ser compreendido como uma relação de forças, constituindo ações sobre ações, cujas características são: incitar, induzir, desviar, tornar fácil, ou difícil, limitar e ampliar, tornar mais ou menos possível (FOUCAULT, 1982, p. 1056). A noção de poder está vinculada à idéia de dispositivo descrito como uma máquina de fazer ver e de fazer calar, composta em duas dimensões, ou seja, pelas curvas de visibilidade e de enunciação, as quais distribuídas num tempo histórico passam a compor os regimes de

* A tradução é nossa.

verdade. Nestes, jogos de verdade específicos são relacionados com tecnologias também específicas, a partir das quais os homens desenvolveram um saber a cerca de si mesmos onde se inclui a Psicologia, juntamente com Medicina, Economia e outros. Estas tecnologias representam matrizes de razão prática, que se dividem, segundo o autor, em quatro tipos principais, a saber:

1) tecnologias de produção que nos permitem produzir, transformar OU manipular coisas; 2) tecnologias de sistema e de signos que nos permitem utilizar signos, sentidos e símbolos ou significações; 3) tecnologias de poder que determinam a conduta dos indivíduos e os submetem a certo tipo de fins ou de dominação e consistem em uma objetivação do sujeito; 4) as tecnologias de si que permitem aos indivíduos efetuar, por conta própria ou com ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, conduta, ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si, com o fim de alcançar um certo estado de felicidade, pureza, sabedoria (FOUCAULT, 1996, p.48).*

Não é difícil perceber a força que estas tecnologias exercem nas formas de subjetivação. Segundo Foucault (1984), o sujeito se constitui de uma forma ativa, através das práticas de si as quais não são coisas inventadas pelo mesmo, mas se constituem em esquemas que o indivíduo encontra na sua cultura e que são sugeridos, propostos, impostos por sua cultura, sociedade ou grupo social. Estes esquemas podem ser identificados na escola, na universidade, na empresa, enfim no âmbito institucional, ou mesmo quando elas são dirigidas para as pessoas nas relações de si para consigo.

Portanto, ampliando a compreensão para além do núcleo familiar e da constituição libidinal, o jovem formando escreverá o seu destino, conforme utilizar as estratégias de enfrentamento dos dispositivos disciplinares que o subjetivam, a eles se

* A tradução é nossa.

submetendo ou resistindo²², assim como das condições de possibilidade de sua existência individual e/ou social, para o lugar e o tempo que habita.

O tempo que os jovens universitários brasileiros habitam, enquanto sujeitos em vias de ingressar no mercado de trabalho é o tempo da economia neoliberal que apresenta características perversamente totalizadoras ao mesmo tempo em que promove o individualismo, que localiza indivíduos pelo empobrecimento enquanto desloca a produção e que promove o desemprego (Baumann, 1999), enfim que “corrói o caráter” (Sennet, 2002) dos indivíduos.

Conforme descreve Forrester (1997) atualmente o modelo que vigora está sob o signo da cibernética, da automação, das tecnologias revolucionárias e, diz a autora, não houve uma percepção clara das transições que conduziram ao universo das multinacionais, das transnacionais, do liberalismo absoluto, da globalização, da desregulamentação e da virtualidade e no qual se enfraqueceram os vínculos verdadeiros com o “mundo do trabalho”. Este perdeu o interesse em relação aos jogos financeiros (especulações, as transações inéditas, os fluxos impalpáveis), dando lugar à vigência da realidade virtual e fluida porque esta é uma prodigiosa geradora de lucros.

O Estado perdeu sua importância pela amplitude e progressão das potências privadas, que se tornaram ubíquas ao dispor das redes de comunicação e do intercâmbio instantâneo, pois num contexto mundializado podem dominar valores variados sem

²² Relativo ao termo resistência, não como é utilizado pela psicanálise, mas sim na acepção que lhe foi conferida por Foucault, a partir dos anos 70: a resistência se dá necessariamente onde existe poder, pois que ela é inseparável das relações de poder; ocorre que ela funda as relações de poder assim como ela é também o seu resultado; na medida em que as relações de poder estão em toda a parte, a resistência é a possibilidade de abrir os espaços de luta e de disseminar as possibilidades de transformação (REVEL, 2002, p.53).

preocupar-se com leis ou pressões, contornando os possíveis entraves estatais. Passou-se a legislar, refletir e deliberar em razão dos fluxos financeiros.

O discurso empresarial, ao ganhar força, passou a coexistir com e dentro do discurso familiar, que disciplina a inserção dos sujeitos na sociedade, e deste modo adquiriu valor de ideal, conforme afirma Bendassolli (2000). O autor diz que o discurso gerencial funciona como uma alavanca poderosa na construção de uma singularidade pautada pelo desejo de eficácia e ascensão social. Para Ehrenbeg, citado por Bendassolli (2000), *essa é a significação do novo regime empresarial:*

A profissionalização da vida sob os auspícios da empresa seria, doravante, a única via para conquistar sua autonomia, se referenciar na existência e definir sua identidade social. Nós somos, de agora em diante, intimados a nos tornar empresários de nossas próprias vidas (EHRENBERG, apud BENDASSOLLI, 2002, p.212).

Bendassolli (2000), ainda argumenta que a identidade não é mais aquilo que se transmite pela filiação a uma determinada herança social ou mesmo familiar; ela é, sobretudo, aquilo que se constrói diante de um verdadeiro “indivíduo-trajetória”, de um eu patenteado, e considera os anseios de vencer, assumir riscos como uma nova modalidade de ação e de singularização que precisa ser elaborada dentro do pensamento das Ciências Sociais.

Portanto, o ideal do discurso empresarial fabrica indivíduos altamente competitivos e auto-suficientes, os quais, movidos por fantasias de auto-abastecimento, se tornam hiperindividualizados com o conseqüente surgimento de um problema ético, pois, como diz Nardi, o “*juízo ético é constantemente corrigido pela razão do outro*” e, ao citar Ortega (1999), o autor afirma que “*valoriza a dimensão intersubjetiva da*

constituição ética (em forma agonística) como fundamental em Foucault, já que não se pode pensar a si mesmo sem que estejamos de alguma forma nos pensando em relação ao outro” (NARDI, 2002 p.54).

Revel(2002) explica, que, ao estudar a ética Foucault distingue ética de moral, sendo esta um conjunto de valores e de regras de ação que são propostas aos sujeitos e aos grupos pelo intermédio de diferentes aparelhos prescritivos (a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc.) a qual engendra uma “moral de comportamentos”, enquanto que a ética refere-se à maneira pela qual cada um se constitui como sujeito moral de sua ação.

Foucault não dissocia técnicas de si de comportamento ético, mesmo que esta ética possa estar desfigurada, pois, para Foucault, se cada um julga que diz a verdade sobre si, é porque se constitui como sujeito dentro de um certo número de relações de poder que são exercidas sobre o próprio sujeito.

A história do modo como um indivíduo atua sobre si mesmo passou a ocupar um lugar importante na problematização que Foucault (1996) faz sobre a constituição dos sujeitos. Partindo da noção de “cuidado de si” enquanto uma prática exercida na Antiguidade clássica pelos gregos, descreve a *epimelesthai sautou*, como um dos princípios das cidades, como uma das regras mais importantes para a conduta social e pessoal e para a arte da vida. Na Antiguidade clássica, o “cuidado de si” não se opunha ao cuidado dos outros e implicava em relações complexas com os outros. “A *ética do “cuidado de si” era igualmente uma arte de governar os outros, cuidar de si era importante para poder governar a cidade” (REVEL, 2002, p.50).*

A partir da concepção da ética enquanto constituição de si diante dos códigos sociais, Foucault centra sua idéia de liberdade enquanto possibilidade de resistência e reflexão crítica sobre as relações de poder-saber-verdade que constroem os indivíduos num determinado contexto sócio histórico. Ainda conforme explica Revel (2002), a ética em Foucault, a partir dos anos 80, propõe a análise do campo político a partir da constituição ética dos sujeitos, na produção da subjetividade.

Assim, inseparável das formas de subjetivação o eixo ético na obra de Foucault tem importância para dar sustentação a esta discussão, pois é preciso considerar que a intensificação dos dispositivos subjetivos, econômicos e sociais que fabricam sujeitos instados a depender exclusivamente de si e de suas potencialidades, gera consequências éticas e sociais preocupantes com relação ao enfraquecimento dos vínculos coletivos.

1.3 A vulnerabilidade social

Os estudos sociológicos de Castel dão suporte teórico para discutir as conexões entre a constituição dos sujeitos e a organização do trabalho, avançando no propósito de tentar compreender os indivíduos se constituindo dentro do espaço trans-subjetivo (social), como apontou Bianchedi (1990).

Castel (2001) dedicou-se a discussão do que denominou “questão social” em oposição à idéia de “problemas sociais”. O autor afirma que o enfraquecimento da condição salarial é uma questão que atinge ao conjunto social como um todo, pois considera que o estatuto do assalariamento tem estruturado inteiramente a formação social.

Em relação ao estatuto do salário Castel diz:

O salariado acampou durante muito tempo às margens da sociedade: depois aí se instalou, permanecendo subordinado; enfim, se difundiu até envolvê-la completamente para impor sua marca por toda parte. Mas é exatamente no momento em que os atributos vinculados ao trabalho para caracterizar o status que situa e classifica um indivíduo pareciam ter-se imposto definitivamente, em detrimento dos outros suportes da identidade, como pertencimento familiar ou inscrição numa comunidade concreta, que esta centralidade do trabalho é brutalmente recolocada em questão (2001 p.4 95).*

A obra de Castel é derivada de sua pertença nacional e diz respeito, portanto, à realidade social francesa na qual houve o “quase-pleno-emprego”, enquanto que o Brasil apenas se aproximou desta condição.

A diferença de realidades não invalida a utilização de seu referencial teórico para pensar o papel do trabalho na realidade brasileira e na constituição dos sujeitos, pois, desemprego e precarização²³ fazem parte das transformações contemporâneas que alimentam a vulnerabilidade social em escala planetária. Logo, representa um suporte teórico valioso para refletir nos efeitos que o desemprego e a precarização do trabalho tem sobre os jovens graduandos a respeito da discussão aqui proposta.

Castel (2001) discute a vulnerabilidade social contemporânea a partir da reconstrução histórica dos vínculos coletivos e da constituição do indivíduo em relação ao mundo do trabalho e sua transformação através dos tempos. Seu objetivo é realizar uma história do presente, pois diz que o presente não é só o contemporâneo, *mas é também o efeito de uma herança, e a memória de tal herança nos é necessária para compreender e agir hoje* (2001 p.23). Seu objeto de estudo é compreender as incertezas dos estatutos, a

* A tradução é nossa.

²³ Precarização é o termo usado por Castel (2001) para referir-se a uma nova modalidade de emprego que vem substituindo o contrato de trabalho por tempo indeterminado, tais como contrato de trabalho por tempo determinado, trabalho em tempo parcial, enfim, formas atípicas de trabalho que, no Brasil, ao contrário da França são características estruturais do mercado de trabalho brasileiro, mas que tem se intensificado no período posterior à reestruturação produtiva.

fragilidade dos vínculos sociais, a desconversão social, a vulnerabilidade de massa, o individualismo negativo, a desvantagem, a invalidação social, a desfiliação.

Para tentar entender como a alteração do mundo do trabalho está afetando aos formandos considero importante o conceito de vulnerabilidade, pois penso ser esta a forma pela qual a instabilidade social afeta os sujeitos de classe média em vias de concluir o curso de graduação. Suas pertencas sociais podem representar desigualdades, nas quais alguns possuem mais capital cultural que outros, ou mais condições materiais que outros (propriedade privada), mas apresentam suportes (proteções aproximadas), em sua maioria, que os impede de alcançarem uma condição de indivíduos negativos ou desfiliaados.

Vulnerabilidade, conceito trabalhado por Castel (2001), tem uma conotação psicológica por remeter a uma experiência de sofrimento. No entanto, o autor aborda tanto vulnerabilidade quanto desfiliação como situações coletivas. *“A vulnerabilidade é uma situação vivida por um grande número de pessoas, por um conjunto de pessoas prisioneiras de um sistema de constrangimentos que as tornam frágeis, vulneráveis, incertas do amanhã”* (CASTEL, 2001, p.213).

Historicamente a propriedade privada foi o primeiro suporte que assegurou independência aos indivíduos e mais tarde esta foi garantida pelos vínculos de comunidade e, de forma consistente pelos direitos sociais. Anteriormente ao Estado Social, quando o indivíduo não podia mais trabalhar ficava sob a dependência dos filhos ou da caridade morrendo nos asilos ou hospícios. Nesta época, ao final do século XVIII, os que tinham apenas os seus trabalhos eram chamados de “classe não proprietária” e, sequer, a revolução deu conta da segurança dos trabalhadores, pois se, por um lado, abriu possibilidades para

que os indivíduos tivessem direitos políticos, por outro, não lhes garantiu direitos sociais e assim, estes permaneceram invisíveis do final do século XVIII até a metade do século XIX.

Apenas a partir da segunda metade do século XX que os trabalhadores que não tinham propriedade privada, passaram a existir positivamente por meio da propriedade social. Ser um indivíduo positivo significa, para Castel (2002), desenvolver estratégias pessoais, dispor de seu destino com certa liberdade por não estar na dependência de outrem, isto é, ter propriedade de si.

Assim, é no século XX – no Brasil a partir do governo Vargas - que as proteções sociais vão se firmar equivalendo-se à propriedade dos não proprietários. A propriedade social, então, incluiu:

(...) a proteção social, o alojamento social, os serviços públicos, um conjunto de bens coletivos fornecidos pela sociedade e colocados a disposição dos não proprietários para lhes assegurar um mínimo de recursos que lhes permita escapar da miséria, da dependência e da decadência social (CASTEL, 2002, p. 76).*

Castel (2002) se indaga sobre quais são, atualmente, as novas seguridades e as novas proteções que poderão dar consistência ao indivíduo, dentro de uma sociedade de rede e de conexão, recolocando como central a questão do estatuto do indivíduo móvel. Na instabilidade contemporânea, Castel (2001) percebe as condições para a fragilização das proteções sociais. Assim lembrando a anomia em Durkheim, o autor aponta o risco de dissolução que pesa sobre a sociedade contemporânea e que existe uma dinâmica de *desfiliação*²⁴ a qual remete a uma forma de disfunção na organização do trabalho. Neste contexto em que os laços sociais se enfraquecem, alguns indivíduos deixam de ser cobertos

* A tradução é nossa.

²⁴ Desfiliação, termo usado por Castel (2001) para significar que os indivíduos não são mais inscritos nas regulações coletivas, que perderam seus arrimos e oscilam na sociedade por falta de referências.

pelos sistemas coletivos, dando lugar a uma *individualidade negativa* (ou a um *indivíduo por falta*) cuja constituição passa pela propriedade social e pela inscrição no coletivo seguida do desgarramento deste coletivo. É importante salientar que a idéia de fragilização dos vínculos coletivos (*effritement*) não implica no seu desaparecimento e esta é uma questão cara a Castel (2002) que se opõe ao pensamento de Forrester (1996) de que tudo está acabando, assim como daqueles que preconizam o fim do trabalho, pois as considera como interpretações unilaterais sobre uma conjuntura complexa e que comporta elementos contraditórios.

Para Castel (2002), um traço dominante das sociedades contemporâneas reside no fato de que elas são atravessadas por dinâmicas poderosas de individualização, nas quais a razão básica é buscar na mobilidade a expansão do capitalismo atual. O autor aponta que os sujeitos são constituídos dentro de um paradoxo no qual eles são comparáveis, com vantagens de uns e desvantagens de outros, onde alguns fracassam enquanto outros vencem, o que os conduz a se responsabilizarem por aquilo que não depende exclusivamente de sua iniciativa.

Gauchet (2002), em paralelo ao indivíduo negativo de Castel, que perdeu a integração social pelas falta das coberturas sociais, descreve um indivíduo que está afastado de suas pertenças coletivas porque seus investimentos são, predominantemente, no seu próprio “eu”, aos quais o autor denominou de “*hiper-modernos*”. São indivíduos cuja individualidade encontra-se hipertrofiada, pois não se conduzem por referências externas e, portanto, não se sentem fazendo parte do coletivo. Eles são assim descritos por Gauchet:

O indivíduo contemporâneo seria, em sua maneira de ser, o primeiro indivíduo a viver ignorando que ele vive em sociedade, o primeiro indivíduo que pode se

permitir ignorar que está na sociedade, pela própria evolução da sociedade (GAUCHET apud CASTEL E HAROCHE, 2001, p.129).*

Ao refletir sobre a condição, através da qual os formandos realizam sua transição do mundo estudantil para o mundo do trabalho, cabe tomar em consideração o par antitético descrito por Castel (2001) da integração social/vulnerabilidade. Os jovens graduandos estão numa situação de reconhecimento social enquanto estudantes e vão para uma condição cuja inserção social se transforma numa incógnita que será mais desafiadora quanto menor forem os suportes com os quais puderem contar. Nesta encruzilhada correm o risco de aceitar qualquer oferta que os tire da deriva no temor de ficarem na condição de “trabalhadores sem trabalho”, pois uma série de fatores de ordem intrapsíquica, intersubjetiva e social, pressiona para que assumam seus lugares no mundo adulto do trabalho, da autonomia e do consumo. Do outro lado da porta, entretanto, nenhuma certeza os aguarda, mas uma possibilidade se faz presente: os formandos correm o risco de tornarem-se indivíduos na vulnerabilidade.

A presente discussão dos processos de subjetivação dos jovens formandos, a partir da perspectiva de que suas marcas psíquicas fundadoras se modificam pelos efeitos das condições derivadas da sociedade globalizada e marcadas pelas transformações do mundo do trabalho, significa a afirmação de que se vem ampliando a zona de vulnerabilidade social e de que esta não está isentando aqueles sujeitos que tem terceiro grau completo, atingindo um dos postulados sociais vividos como verdadeiro, ou seja, que a formação universitária garante um lugar de inserção no mercado de trabalho.

* A tradução é nossa.

2 PERCURSO DA PESQUISA

A estratégia de pesquisa utilizada foi a da pesquisa qualitativa, pois é, conforme (BEAUD e WEBER, apud NARDI, 2002, p.124) produto de uma história “social” e “pessoal”, é produto de múltiplas interações pessoais e referências culturais e lingüísticas, as quais o sujeito se viu exposto e das quais se apropriou durante a vida, permitindo que se faça uma leitura da trajetória individual como o encontro de múltiplas histórias coletivas.

O percurso se sucedeu buscando o entendimento das formas com que os formandos de Psicologia dos três grupos entrevistados estão se apropriando dos elementos discursivos e não discursivos que estão funcionando como verdadeiros com relação ao seu ingresso no mercado de trabalho para Psicologia e como isto se reflete na forma como percebem a constituição de suas identidades profissionais através de seu percurso universitário.

Os aspectos abordados para o alcance desta meta foram:

- 1- A reconstrução das trajetórias e vida e percurso estudantil.
- 2- Os regimes de verdade expressos nos enunciados sobre o curso superior, sobre o valor do diploma para ingresso no mercado de trabalho, nos diferentes contextos, e sobre o que é “ser psicólogo”.
- 3- O contexto social, econômico e cultural de cada grupo em particular.
- 4- As particularidades de cada curso cujos currículos apresentam diferentes ênfases disciplinares.

As fontes que compõem o *corpus* da pesquisa são:

- Os relatos de 16 alunos em vias de concluir o curso de Psicologia: seis formandos do curso noturno da ULBRA-São Jerônimo, cinco formandas da PUC, que realizaram o curso em tempo integral e cinco formandos da UFRGS. Os grupos foram, portanto, diversificados objetivando pensar os processos de subjetivação a partir de diferentes inserções sociais.
- Diário de campo que cobre o período de um ano.
- Base de dados do Censo de Educação 2001, 2003 e 2004. (INEP-MEC, CRP da 7ª região, OIT).
- Composição dos currículos dos cursos de Psicologia da ULBRA e UFRGS.

2.1 As trajetórias de vida

O método da abordagem biográfica, conforme descrita por Cabanes (2001), foi aquele escolhido para as entrevistas, pois *ao abordar o coletivo pelo individual, ela permite entrar em contato com os aspectos menos visíveis da vida social e facilita o estudo da interação dos sujeitos com o seu meio social.*

A abordagem biográfica corresponde à expressão « *Récit de Vie* » (Relato de Vida) que foi introduzida na França na década de 70. Foi adotada, por Bertaux (1997) em contraposição à expressão História de Vida, termo consagrado pelas Ciências Sociais, mas que pode não permitir a distinção entre a história de vida vivida por alguém e o discurso feito sobre esta vida. Bertaux (1997) se coloca entre aqueles que consideram que o relato da vida vivida é a história vivida objetiva e subjetivamente e que a história realmente vivida não tem nenhum sentido.

Em Ciências Sociais, “Relato de Vida” resulta de uma forma particular de entrevista narrativa, ao curso da qual um pesquisador solicita a uma pessoa, então, denominada sujeito de contar-lhe toda ou parte de sua experiência vivida.

Bertaux (1997), para limitar o debate sobre o método, se atém à perspectiva etnosociológica, a qual é assim denominada porque se concentra sobre determinado mundo social, ou determinada categoria de situação, reagrupando um conjunto de pessoas que se encontram numa situação social determinada. Toma o Relato de Vida como relato de práticas em situação e através destas práticas busca compreender os contextos sociais ao seio das quais elas se inscrevem e aos quais elas contribuem a reproduzir ou transformar. Segundo o ponto de vista do autor, fenômenos e ideologias culturais coletivas (valores, crenças, projetos) fazem parte da realidade social objetiva, assim que, a prioridade neste método é dada às relações e processos sociais que podem ser apreendidos a partir da atenção às práticas recorrentes. No caso desta dissertação a categoria de situação é ser formando de Psicologia e os alunos foram agrupados, para fins de discussão, a partir dos locais que estavam realizando seus cursos, buscando identificar as diferenças, as semelhanças e as separações conforme o meio sócio-econômico e cultural ao qual pertencem.

O objetivo de tal método é estudar um fragmento particular de realidade social e histórica - um objeto social - e compreender como ele funciona e como se transforma, com ênfase nas relações sociais, nos mecanismos, nos processos, nas lógicas de ação que o caracterizam. Bertaux justifica a utilização de um fragmento particular por tomar em conta que a sociedade contemporânea é especializada e diferenciada e que cada setor desenvolve seus próprios modos de funcionamento tais como: divisão de trabalho, formas de relações

sociais de produção, mercado interior, linguagem específica, valores, conflitos, capacidades, necessidades. Para Bertaux, existe *Narrativa de Vida* sempre que houver descrição sob forma narrativa de um fragmento da experiência vivida.

Na presente pesquisa o indivíduo foi convidado a passar sua experiência num “filtro”, como nomeia Bertaux, na medida em que foi anunciado o assunto do qual se tratava a pesquisa e na qual o sujeito se encontrava inserido. A pergunta então, foi **”Eu gostaria que me constasses como resolveste te tornar psicólogo”**. Esta foi uma maneira de centrar a narrativa, permitindo que o entrevistado falasse de sua vida privada, caso assim o desejasse, sem que houvesse uma demanda específica da pesquisadora.

A narrativa do projeto de vida e profissional necessita levar em conta que este projeto é examinado num dado momento e não é elaborado *in abstracto* no seio de uma consciência isolada, mas que este projeto foi falado, dialogado, construído, influenciado, negociado, ao longo de uma vida em grupo. Deriva daí a importância de examinar os formandos no seu contexto sócio-cultural, dentro da família e de seus pares, assim como, pensar a construção do ideal em diferentes contextos tais como os da PUC, ULBRA, UFRGS. As relações intersubjetivas são possíveis de serem acessadas a partir das entrevistas retrospectivas como as de narrativas de vida. As famílias são extremamente diversas segundo o meio social, e, portanto, têm diferentes formas de viver e divergem quanto às orientações culturais, à natureza de seus pactos morais. Cada família é centrada sobre a produção e reprodução das energias de seus membros. Existem, entre as famílias, diferentes fontes de recursos materiais e culturais, de pressões exteriores, de contextos residenciais, de aspirações e de projetos. A metodologia de trajetória de vida é a escolha por excelência que pode marcar as diferenças entre um formando de classe média abastado

e um formando filho de operário numa cidade do interior. Seus campos de possibilidades, suas chances de vida dependem em uma larga medida da situação social de sua família de origem (mas também de suas orientações culturais).

Do mesmo modo, as universidades têm suas regras particulares e seus modos de produção e de poder que as estruturam, e funcionam, simbolicamente como um emprego para os estudantes. Os estudantes têm seus próprios objetivos que se desenvolvem ao mesmo tempo em relação com a organização, fato que, de uma maneira geral, não é considerado pela universidade. Pelo discurso de vida podemos decifrar as lógicas do percurso dos estudantes, mas também as dinâmicas internas das respectivas universidades.

2.2 A análise dos enunciados

A análise dos relatos baseou-se nas ferramentas descritas por Foucault (1987), em sua *Arqueologia do Saber*, pois considera que os enunciados devem ser compreendidos em sua situação singular de existência.

Esta escolha foi fundamental, para possibilitar a visão (des) disciplinarizada²⁵ do estudo da constituição dos sujeitos, pois, a abordagem foucaultiana, representa “*do ponto de vista metodológico, a chave de uma pesquisa que se compromete não com idéias e comportamentos, nem com visões de mundo ou, ideologias, mas com problematizações e práticas*” (FISCHER, 1995, p.78).

²⁵ Em Foucault encontramos que as práticas discursivas não coincidem obrigatoriamente com o que se costuma chamar ciências ou disciplinas embora por vezes suas delimitações sejam as mesmas. Mais freqüentemente uma prática discursiva reúne diversas disciplinas ou ciências (FOUCAULT, 1997, p.12). A Psicanálise, no presente trabalho é considerada uma formação discursiva.

A partir desta ótica, portanto, encontro a possibilidade de trabalhar na interface da Psicanálise com a Filosofia de Foucault, tomando o contexto social do trabalho através da Sociologia de Castel. Este lugar de enlace implicou numa complexização que foi fecunda, pois, a análise do campo de pesquisa mostrou que o sujeito se constitui pela abrangência de múltiplas realidades, numa interação complexa entre o individual, o interpessoal, o social e histórico.

Buscou-se, dentro da proposta de Foucault, um estado de suspensão dos saberes instituídos, e que, sem desprezar o referencial psicanalítico, permitisse atentar para a análise das formações discursivas, conforme descrito na *Arqueologia do saber* (2000). Nesta o **discurso** é visto como um bem finito, limitado, útil, desejável, que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca desde sua existência (e não apenas de suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um exercício que é, por natureza, o objeto de política.

Assim, seguindo com Foucault, a análise dos enunciados busca estabelecer **uma lei de raridade** o que repousa no princípio de que nem tudo é sempre dito. Mesmos que sejam numerosos os enunciados estão sempre em *déficit*. Assim que, os enunciados são estudados na instância que os faz surgirem à exclusão de todos os outros (não se trata de estudar os obstáculos que impediram tal descoberta, recalcaram tal forma de enunciação, tal significação inconsciente).

Ao dialogar com Psicanálise freudiana, verifica-se que, em oposição à técnica de análise psicanalítica, que visa uma interpretação, encontra-se em Foucault, que a formação discursiva não carrega consigo um discurso “não dito”, mas uma distribuição de lacunas,

vazios, limites, recortes. Estas lacunas não estão ligadas à repressão, de modo que sob os enunciados manifestos algo permanece oculto. Não ocupam o lugar de outros enunciados caídos abaixo da linha de emergência possível, mas estão sempre em seus lugares próprios.

Para Birman (2000) a Psicanálise tem referentes múltiplos e se materializa de formas diferentes, cuja materialidade depende do campo teórico no qual se inscreve e da problemática na qual está inserida, conseqüentemente, apresenta uma *dispersão* e uma fragmentação, podendo ser lida em Foucault (1997), ora como uma técnica de saber, ora como um dispositivo, dependendo da problemática em que se inscreve.

Seguindo com Foucault, este afirma que o domínio enunciativo está inteiro em sua própria superfície, ocupando um lugar que só a ele pertence. A descrição consiste em pensar a posição singular que ele ocupa. Ainda, diz Foucault “*a raridade dos enunciados, a forma lacunar e retalhada do campo não é como o ar, uma transparência infinita*” (2000, p.138) e não tem uma continuidade como supõe Freud para a vida psíquica. São coisas que se transmitem e se conservam, que tem um valor e das quais os sujeitos buscam se apropriar, repetir, transformar, dar uma posição dentro da instituição.

O “valor” dos enunciados, para Foucault, não é definido por sua verdade, pela presença de um conteúdo secreto, mas caracteriza o lugar deles, sua capacidade de circulação e troca, sua possibilidade de transformação, não apenas na economia dos discursos, mas também na administração dos recursos raros.

A partir das proposições acima esta discussão busca entender as relações de saber-poder-verdade que são atuantes no meio universitário, no seio das famílias, nos cursos de

Psicologia, nas terapias psicanalíticas e que possibilitam identificar os dispositivos que subjetivam os alunos, pela análise dos relatos das trajetórias de vida e de percurso profissional, da construção do projeto identificatório e do ideal profissional tal qual é antecipado pelos alunos numa visão de futuro.

3 O FUTURO COMEÇA AQUI

Este capítulo discute as trajetórias de vida de seis formandos de Psicologia da Ulbra /São Jerônimo, constituída por cinco mulheres e um homem, buscando estabelecer relações entre as trajetórias de vida e de escolha profissional e os dispositivos que, através dos jogos de verdades, contribuem para a constituição do ideal profissional destes quase “doutores”²⁶.

Desta forma permite uma reflexão sobre a constituição dos sujeitos que buscam ingressar no mercado de trabalho de profissionais de nível superior, numa pequena região do interior do estado e dentro do curso de Psicologia, num contexto que entrelaça a precarização do trabalho com a falta de expansão da rede pública de ensino superior.

3.1 O lugar onde o futuro começa

A ULBRA é uma universidade mantida pela comunidade Luterana, cujo *campus* principal tem sua sede em Canoas, município industrial distante 17 Km de Porto Alegre, a capital do Rio Grande do Sul e que possui vários *campi* em outros municípios do interior do estado, entre os quais o de São Jerônimo. Este possui 1259 alunos matriculados e oferece vários cursos de entre os quais o de Psicologia

São Jerônimo é um município de 20 283 habitantes, a 68 km de Porto Alegre e é considerado um pólo de desenvolvimento regional da região metropolitana de Porto

²⁶A interpelação pelo nome de doutor não está ligada à idéia de alunos com doutorado, mas sim àquela que o senso comum dá a este termo que interpela o sujeito desde o lugar de quem tem um diploma de nível superior e que, conforme Holanda, tem representado, historicamente, no Brasil, um lugar superior na vida social para aqueles que tem um trabalho intelectual, frente ao que desempenham um trabalho manual.

Alegre. Sua economia gira em torno da exploração carbonífera e a cidade vizinha, Charqueadas, abriga, entre outras indústrias de grande porte, a Indústria Metalúrgica Gerdau, a Eletrosul, além do Presídio de Alta Segurança do Jacuí, empresas e instituições que oferecem as linhas para o desenho do mercado de trabalho na região.

Durante o curso, os alunos freqüentaram as aulas à noite e, durante o dia, desenvolveram atividades como funcionários em empresas privadas da região até o momento em que as exigências dos estágios curriculares se tornaram inconciliáveis com as demandas dos empregadores. Nesta ocasião, aqueles que ainda não tinham utilizado o crédito educativo se viram forçados a lançar mão deste recurso, através do qual passaram a pagar 30% do valor das mensalidades.

Adquiriram, juntamente com o diploma, uma dívida a ser paga, hipoteticamente, com o resultado do trabalho decorrente de sua formação profissional, em seis anos, tendo um ano de carência, após o término do curso.

Para chegar a São Jerônimo é preciso passar por dois pedágios os quais custavam seis reais, ao bolso do viajante, por ocasião das entrevistas. O campus da Universidade situa-se numa estrada onde existem algumas poucas indústrias. O portão principal da ULBRA/São Jerônimo está em face ao cemitério local e o lateral, que dá ingresso ao amplo estacionamento da instituição, está encimado pelas palavras de pórtico: O Futuro Já Começou.

O slogan capta com a promessa de futuro um dos anseios mais fundamentais do ser humano: a busca de algo que possa apaziguar a inquietude que atravessa a existência quando ele passa do registro do *eu ideal*, momento mítico de plena satisfação, para o

registro do *ideal do eu*, ao ser confrontado com os seus limites diante do outro e da realidade, sendo que para Freud (1914) este trabalho psíquico é a via de constituição do sujeito.

Ao falarmos de trabalho é importante marcar que, a noção de *trabalho* recobre uma pluralidade de regiões da realidade (RUFFINO, 2000, p.178). Assim, para cada indivíduo, o termo tem diversos sentidos, conforme o espaço psíquico (Puget, 1988) a que nos referimos: trabalho psíquico quando se refere à atividade do aparelho psíquico, trabalho de confrontação com os modos de subjetivação colocados em cena conforme as condições de possibilidade de cada ser em particular (processo de subjetivação) e trabalho como forma de inscrição social, aquele que vem ocupando um lugar central na vida dos sujeitos em sociedade e que conforme Castel (2001) estruturou inteiramente, na Modernidade, a formação societária e cujos atributos vem se impondo sobre outros suportes da identidade, como pertencimento familiar ou inscrição numa comunidade concreta, além de caracterizar o status que situa e classifica o indivíduo.

A presença da universidade no interior, através de um curso noturno, atende uma demanda dos sujeitos, filhos de operários, que lá se encontram radicados, ao mesmo tempo em que sustenta a utopia de mobilidade social para esta população de trabalhadores assalariados, mais próximos da base da pirâmide social.

Estes sujeitos se colocam em processo, realizando o trabalho psíquico de renunciar a algo, no presente, por uma satisfação postergada que se apresenta como maior, ou melhor. Este é um trabalho psíquico ancorado na *renúncia* cujo valor na psicanálise aparece associado como capacidade de postergação para obtenção de uma satisfação

adequada, própria de um *eu* bem estruturado. Em paralelo com a noção de cuidado de si, conforme estudada por Foucault, esta leitura do aparelho psíquico aparece como uma “interiorização” do cuidado de si tal qual é praticado no cristianismo e que representa uma herança deste na Psicologia moderna. Implica numa renúncia em busca da salvação - no caso do cristianismo salvação da alma no mundo dos céus - neste caso, uma salvação terrena, pois o que está em jogo é a salvação do projeto identificatório.

Estes alunos constroem um projeto e apostam seus recursos, sua energia, seu tempo, seus sonhos, em busca daquele trabalho, distinto do que executavam, um trabalho através do qual eles, talvez possam *ter* mercadorias ou bens por meio dos quais eles possam se ver mais bem situados dentro da sociedade²⁷, trabalho através do qual eles poderiam *ser* diferentes do que até hoje foram. Encontramos, desde Holanda (2005), em seu trabalho *Raízes do Brasil*, que ter um curso superior, ou dito de outra forma, ser chamado “doutor” significa, historicamente, no Brasil, ocupar um lugar superior na vida social, pois que o trabalho intelectual tem, no imaginário social²⁸, um valor maior do que trabalho manual.

3.2 Tornar-se “doutor”: ilusão ou possibilidade?

No caso destes formandos, provenientes de vários municípios da região, o que foi decisivo na escolha deste curso e desta localidade foi a possibilidade de cursar Psicologia à noite. Deslocaram-se dentro de um espaço e de uma velocidade que lhes é era possível e que permitia a perseguição de um ideal, aquele de ser psicólogo.

²⁷ “Ter objetos e usufruí-los não só nos proporciona, idealmente, a satisfação buscada, como também nos situa num ponto determinado da geografia social, proporcionando-nos uma definição identitária” (FUKS, 2002, apud ALBUQUERQUE).

²⁸ Segundo Castoriades, (2000, p.359) o “modelo identificatório” final do indivíduo em um de seus pólos é uma significação imaginária social que concretiza e articula a instituição do indivíduo pela sociedade considerada.

Desde o período intermediário do curso, quando necessitaram buscar estágios, e mais explicitamente ao final do curso, diante da perspectiva de dar continuidade ao seu projeto profissional evidencia-se, na contramão da globalização e da flexibilização, uma “localização”. As palavras dos alunos mostram que este é um mundo social²⁹ onde a vida é rotineira com acesso restrito a recursos culturais cosmopolitas e que o deslocamento tem mão única, ou seja, a universidade vai até o interior, oferecer o seu produto, mas o formando do interior não se enriquece a ponto de adquirir mobilidade e recursos para concorrer no mundo globalizado.

A situação de uma das formandas, Mariana³⁰, de 24 anos, é um exemplo desta localização. Ao narrar sua trajetória de vida, relata que durante o curso já havia conseguido alugar apartamento e morar em Porto Alegre, mas que, pela necessidade de realizar estágios, viu-se obrigada a retornar para sua cidade. Ali podia morar com seus pais. Além do mais, estes, por serem funcionários públicos de nível médio, tinham relacionamentos na comunidade e conseguiram um estágio remunerado para ela. Esta mesma formanda tem como desejo dedicar-se à clínica e pensa que para isto deveria estudar em algum curso de especialização na capital. No entanto, como necessitava se manter e pagar o crédito educativo estava cogitando aceitar trabalho junto a Penitenciária Estadual do Jacuí, onde seus pais e outros parentes como tios e primos trabalham como agentes penitenciários. Nunca foi sua intenção trabalhar com Psicologia Forense, mas passou a pensar que esta

²⁹ Conforme Bertaux (1997), um mundo social se constrói em torno de um tipo de atividade específica, que pode ser uma atividade profissional, como o padeiro artesanal, o taxista. Ao recolher diversos testemunhos teremos descrições, desde o interior, de diversos microcosmos e de lógicas de passagem de um para outro. A hipótese é que as regras que controlam o mesocosmo ou conjunto do mundo social são igualmente ativas nos microcosmos que a compõem e assim a observação de um destes permite observar as lógicas do conjunto social pelos mecanismos de reprodução e transformação dos microcosmos. (BERTAUX, 1997, p. 13). No caso em apreço considera-se mundo social o conjunto de estudantes da ULBRA do campus São Jerônimo, e, como recorte, para viabilizar a pesquisa, a categoria de situação é constituída pelo fato de serem formandos do curso de Psicologia.

³⁰ Todos os nomes utilizados neste trabalho são fictícios.

poderia ser uma boa estratégia para trabalhar como psicóloga, considerando as condições que possui para traçar seu futuro profissional.

Outra moça, Joana, com 39 anos, de cor mulata, filha de operários, comenta que “*tudo é em Porto Alegre*”, e considerando que precisa pagar o crédito educativo, alugar um espaço para o exercício da clínica “*numa população que tem poucos recursos para remunerar uma consulta*”, estava pensando em aceitar empregos fora de sua área, como aquele que tinha antes de realizar o curso, talvez dentro da mesma empresa distribuidora de bebidas, pois não poderia ficar sem ter algum ganho.

Joana foi o meu primeiro contato com os alunos da ULBRA, foi solícita e organizou os colegas para realizarem as entrevistas, me colocando em contato com os demais alunos. Como demonstrasse uma expectativa ansiosa com a minha chegada, senti-me como um Neruda no *Carteiro e o Poeta*,³¹ onde ocupava um lugar de deferência, como quem carregasse algo importante e que pudesse oferecer um acontecimento que alterasse “esse mesmo de todos os dias”. Percebi que os lugares se invertiam: de alguém que chegava para solicitar uma colaboração, com temor de causar transtorno na rotina de estudos do grupo, passei a ocupar o lugar de alguém que poderia oferecer algo e que prestigiava ao grupo com sua presença. A condição de Joana fez-me refletir sobre a questão da cor, pois além, da questão de classe, ela teria outras razões para sentir-se excluída: a cor mulata.

A este respeito, Edward Telles³², afirma que:

³¹ O Carteiro e o Poeta. Livro de Antônio Skarmeta que narra os efeitos do encontro fictício de um carteiro com o poeta Pablo Neruda, com ênfase na força da intersubjetividade como acontecimento. Rio de Janeiro; Ed. Record; 1996.

³² Edward Telles, professor de Sociologia da Universidade da Califórnia, em entrevista ao Jornal do Brasil, realizada em 01/01/2004, com o título “*Há uma barreira para os negros*”.

...existe uma barreira invisível que impede os negros de entrar na classe média. É cada vez mais clara no caso da educação superior. Por uma série de atos discriminatórios, que ocorrem ao longo da educação, os negros vão acumulando déficits na educação e na própria auto-estima. A exclusão do negro na universidade e nos empregos gera um modelo de divisão próximo do apartheid sul-africano.

Segundo Pochmann³³ :

O desemprego dos negros pobres cresce menos porque para eles sobram as ocupações mais precárias. Entre os de renda média e média alta, o desemprego explode porque em um contexto de escassez de vagas especializadas o preconceito racial acaba funcionando como requisito decisivo na contratação.

A vulnerabilidade do projeto profissional de Joana é intensa a partir de suas marcas de classe e de cor. Empenhada em fazer a travessia em busca de outra inserção no mercado de trabalho, cursou toda a universidade numa demonstração de força e persistência na luta contra os obstáculos e, para orgulho de seus pais, tornar-se a “doutora”. Então se sentiu posta a prova:

Quando eu entrei tinha outra perspectiva, imaginava que depois, mais pro final do curso seria diferente, só que hoje mudou totalmente. Eu tenho sentido que tá muito difícil entrar pro mercado de trabalho, até porque no semestre passado eu tive que sair, eu trabalhava numa empresa há nove anos. Eu trabalhava dez horas por dia e depois vinha para cá. Em janeiro e fevereiro às vezes a gente saía às dez da noite, era cansativo... Aí eu ficava só com as explicações da aula, porque não dava pra revisar todas as matérias. Era muito atropelado Eu tive que sair por causa do horário do trabalho. Quando chegou o momento decisivo o patrão disse “não vai dar mais pra ti o horário”. Eu disse se eu trabalho cinco horas por dia e ele disse “e o sábado” eu falei que tinha uma cadeira que era sábado o dia inteirinho e aí ele disse que não ia dar. Eu queria fazer estágio. Foi uma decisão muito difícil e o pai disse: não te preocupa que o pai te ajuda. E eu tive a decisão.

Ainda, Vânia, uma senhora de 43 anos, casada e com filhos adolescentes que é professora de primeiro grau, acreditava que ao concluir o curso poderia ter uma progressão

³³ Entrevista realizada, por Claudia Rolli, para a Folha de São Paulo, de 20/02/2004.

funcional em sua escola, trabalhando como psicóloga escolar. Agora, ao final do curso, ofereceram-lhe uma função relacionada com sua formação, mas devendo permanecer no mesmo nível funcional e salarial que teve até hoje, em desvio de função. Refere sua decepção e a sensação de perda de tempo, pois ela levou sete anos e meio para concluir o curso. Diz que foi muito “duro”, educar três filhos pagando ULBRA, com a renda de professora de ensino fundamental e do ganho de seu marido que é funcionário de um banco estadual. Vânia acrescenta um comentário:

É muito difícil, até os professores questionaram porque o curso não está rendendo, que está sendo desativado. Eu acredito que seja mais a questão financeira, que é um curso muito caro para a nossa região, a gente tá fazendo com muito sacrifício, e tu não desiste...

Uma quarta formanda, Maria, 26 anos, que trabalhava como estagiária numa fábrica de cartuchos de armas, pensava em dedicar-se à Psicologia Organizacional, mesmo gostando de clínica, porque esperava ser aproveitada, após receber o diploma, como funcionária nesta mesma fábrica.

Com exceção de um aluno, todos gostariam de fazer especialização em Porto Alegre, mas não têm recursos para fazê-lo ou sequer uma informação objetiva das possibilidades de seguirem os estudos de pós-graduação. Comentam que ouviram falar de uma ou outra instituição ou possibilidade de residência para Psicologia. A idéia de concurso público, como representante de uma possibilidade de um emprego estável e regulamentado, agrada a todos.

O futuro destes quase psicólogos, trás a indagação se eles conseguirão produzir uma nova condição de vida e trabalho ou estarão, por suas marcas anteriores, destinados à mera reprodução do que foi o caminho de seus pais, uma vez que o acesso ao curso superior, chega num momento no qual o mesmo perde valor de mercado.

A função da universidade como mera reprodutora das condições sociais e como mediadora para o mercado de trabalho, assim como sua condição de empresa privada, com objetivos comerciais, aparece quando dizem que o curso está sendo desativado, porque não está “rendendo”, pois é um curso caro para a região. Conforme dito anteriormente, o neoliberalismo produz uma universidade comprometida com a manutenção do *status quo*, na qual a educação enquanto serviço prestado, não favorece o questionamento das condições de existência e a formação de sujeitos cujo pensamento crítico seja suficientemente aguçado para perceber as condições coletivas a que pertencem e de que lugar eles projetam seu amanhã profissional e político, de forma que possam inventar uma nova forma de existência.

No caso dos alunos do interior, estes efeitos se acentuam, pois, com recursos restritos para a mobilidade, estes sujeitos têm seus domicílios fixados, são “localizados”. A globalização propõe a mobilidade, a comunicação viabiliza a dissipação das distâncias, mas a distribuição da mobilidade é desigual, perpetua as desigualdades e estratifica os sujeitos.

3.3 Estudar Psicologia: um percurso individualizante

O projeto identificatório de “ser psicólogo”, isto é, como se imaginam como psicólogos, na maioria dos casos, está vinculada ao trabalho com clínica, entendida como clínica psicanalítica, porque o imaginário popular vincula sucesso, autonomia e dinheiro, ao exercício da clínica, situação que correspondia a uma realidade até alguns anos atrás.

A Psicologia aparece, nas falas, como uma disciplina destinada aos cuidados, à palavra, à escuta, ao entendimento e mitigação da dor psíquica dos sujeitos individualmente. Alguns formandos relacionam a escolha do curso de Psicologia com a habilidade que consideravam ter para escutar, dar conselhos, sintonizar com a dor do outro, numa vivência dentro da família ou num trabalho assistencial como o realizado por uma das formandas na Igreja Assembléia de Deus, a qual pertence.

A Psicologia Social não é investida e aparece associada à pobreza e assistencialismo transmitindo a impressão de que o *capital de experiência biográfico*³⁴ sinaliza para que se afastem de seus pares, considerando que, com exceção de um caso, todos os formandos são filhos de operários, funcionários de nível médio, ou pequenos comerciantes, cuja subsistência correspondeu a muitos anos de luta e trabalho, e a uma vida onde “*não faltou nada*”, mas, na qual as restrições foram significativas. Nesta trajetória o formando aparece como o primeiro a ter diploma de nível superior ou então pertence à primeira geração a alcançá-lo.

³⁴ Termo utilizado para designar um tipo de compreensão e manejo intuitivo do meio social do qual o sujeito é oriundo (BERTAUX, 1997, p.24).

A carreira de nível superior, portanto, é valorizada como a via de ascensão social prioritária e é opção cujo custo é elevado, pois o peso da dívida material parece ser maior que o da simbólica, se comparados com os formandos da PUC conforme será discutido no próximo capítulo.

No caso destes formandos esta trajetória foi realizada por decisão dos mesmos que assumiram as responsabilidades e os riscos de tal empreitada, como a dívida do crédito educativo e o risco de abandonar o emprego para realizar os estágios. Os familiares participaram da escolha como coadjuvantes, não realizaram cobranças a respeito do êxito escolar, mas obtém satisfação com o mesmo.

A família aparece, na formação dos planos futuros, como fonte geradora de motivação para o trabalho, um achado que coincide com os estudos de Colbari (1995) sobre a ética do trabalho onde encontramos que a família funciona como “agência da sociedade”, instância de controle que garante as funções de reprodução e interiorização da autoridade, garantindo o padrão disciplinar, que no caso é a associação de trabalho com honestidade.

No âmbito familiar os fatores se constituem, muitas vezes em negociações, mais do que em identificações, propriamente ditas. “*As famílias são os lugares onde se efetuam as negociações, as arbitragens, as microsínteses e as transações entre as diferentes lógicas*” (BERTAUX, 1997, p.43).

Desde o ponto de vista de Cabanes (2001), verificamos que no que se refere às questões identificatórias, o autor não despreza o ideal constituído dentro da família, nas

relações edípicas, mas amplia esta noção, partindo do *Ideal do Eu* para o *Ideal do Nós* e oferece, assim, uma explicação teórica que dá conta da relação entre o individual e o social, pois, segundo ele, a memória coloca em relação o sujeito, tal qual ele é em sua complexidade, e o mundo social. Assim, no dizer de Cabanes:

Pode-se pensar esta continuidade, na relação indivíduo/sociedade, baseando -se na substituição no imaginário do “*Ideal do Eu*” pelo *Ideal do Nós*” e da troca simbólica entre os dois ideais. Um encadeamento sem princípio nem fim, englobaria a totalidade do ciclo de vida: identificação primária ao pai (ser como ele) e constituição do Eu, identificação secundária (tomar seu lugar) e constituição do ideal do Eu, identificação primária ao Chefe e constituição do Nós, identificação secundária e constituição do ideal do Nós que é o princípio da formação das instituições que por sua vez formam os pais, vetores da situação edípica. Esta troca simbólica entre ideal do Eu e ideal do Nós se estrutura na vida social sobre o conceito de apoio: não é a saciedade de uma necessidade vital (constituição do nós), mas em virtude da satisfação de outra coisa que é uma demanda de amor. Os regimes desta demanda são socialmente identificados e conforme C. Geoffrey são três que passam pelas figuras do Chefe, do Mestre e a Lei (CABANES, 2001, p. 5).

A questão da constituição do laço social demanda uma reflexão sobre as possibilidades de transformação que cada sujeito pode realizar sobre si na passagem da família para a sociedade. Aquela, sendo a primeira célula do desenvolvimento social é também matriz constitucional, pois, pela dependência que o desamparo humano obriga, é, geralmente, sede daquilo que Butler (2002) vai mostrar ser “um apego apaixonado ao assujeitamento” e que exerce um constrangimento sobre as escolhas que um indivíduo pode fazer.

Encontramos, pois, que além da possibilidade de novas identificações como pontuado por Cabanes, através da noção do ideal do Nós, com uma atração para a norma disciplinarizante transmitida pelas instituições, o sujeito encontra a possibilidade, para além do assujeitamento, de transformação de si, através da reflexão ética, pois que em Foucault “*esta é a prática reflexiva da liberdade*” (1984, p.1530).

Embora exista a possibilidade de mudança das condições de sujeição, na reinstalação do poder, o não questionamento da troca de posição no social a partir da percepção de si num lugar do coletivo, não resiste, pois o mercado se encarrega de recolocar as condições de assujeitamento.

Neste sentido, dizem que a satisfação com o curso é completa, pois eles “*têm certeza de que este é o lugar que queriam estar*”, embora os temores com relação ao futuro profissional sejam fonte de angústia e insônia para a maior parte deles. A dor que descrevem sentir, pela ameaça de fracassarem, vem, em parte, do fato de se responsabilizarem por aquilo que não depende exclusivamente de sua iniciativa. Como explica Castel:

Abordando o princípio de igualdade entre os indivíduos, em particular sob a forma de igualdade de oportunidades, as sociedades democráticas individualizam a desigualdade: se o jogo é aberto e todo o mundo pode concorrer e se classificar de acordo com seu mérito, o fracasso é imputável ao próprio indivíduo (CASTEL, 2001, p.93).[♦]

Os enunciados que anunciam a igualdade de oportunidades para sujeitos desiguais provocam um aplacamento da reflexão ética e um engajamento frágil dos indivíduos no laço social, de forma que a dificuldade desses alunos do interior é vista como um desafio individual, e a situação é tomada como uma condição particular de cada sujeito, como ser filho de operário, por exemplo, e não aparece como uma questão coletiva.

No entanto, todos os formandos com exceção de um, descrevem a mesma situação enquanto estudantes de Psicologia de uma universidade paga, ou seja, todos

[♦] A tradução é nossa.

lançaram mão do crédito educativo, tiveram incompatibilidade entre os estágios curriculares e as exigências de seus empregadores, sofreram restrições e contaram com o apoio, mesmo que modesto, das famílias, dentro do que Castel (2001) descreve como suportes aproximados³⁵ gostariam de fazer especializações em Porto Alegre, mas estão localizados, pois não tem recursos para vencer a distância cujo custo, para eles é elevado.

Diante desta aparente incongruência, cabe problematizar sobre a constituição dos vínculos coletivos neste pequeno grupo de estudantes. Uma das alunas que havia começado um outro curso em uma universidade maior afirmou que ali existe solidariedade entre os colegas, e que todos professores conhecem os alunos, e que no outro curso “ninguém emprestava uma anotação para xerox, e se perdia uma matéria tinha que se virar, pois ninguém ajudava em nada”. Esta reflexão expressa que existe solidariedade, mas que esta se dá em nível de auxílio inter-relacional, numa forma de socialização que ocorre privilegiando as trocas individuais, com pouco engajamento no laço social.

O aluno que representa uma exceção por contar com distinto capital cultural chama-se Pedro, tem 43 anos e coloca-se como alguém fora e acima dos demais colegas que são os novos psicólogos em sua cidade, embora não chegue a rivalizar diretamente com os de seu curso. Ele diz:

O psicólogo não adianta, tá, ah, tu chegá lá, tu chega lá, tá, é umas menininhas, assim, novinhas, tá, despreparadas no caso, com essa profissão, e então, acaba criando, assim, um senso comum de que a psicologia são essas...Que saem despreparadas, sem uma técnica própria...A universidade larga elas aos ventos, assim, sabe, então, o fato de participá, de fazê parte de uma classe que tenha esse senso comum...Essa imagem, isso me, isso, no caso, me desilude (...) diante daquela perspectiva que eu tinha em termos de profissão...

³⁵ O termo suporte em Castel pode ter diversas acepções. Aqui incluem os suportes aproximados aliados ao capital cultural de Bourdieu.

Descreve sua decepção com o valor social atribuído a profissão de psicólogo, mas responsabiliza aos colegas individualmente e comenta com relação ao mercado de trabalho na atualidade.

... Como autônomo os profissionais estão se degladiando, competindo, passando um por cima do outro, assim meio, com falta de ética... Em termos de emprego, no último concurso da CEF, havia 956 vagas e se inscreveram 6000 candidatos, possivelmente muitos com curso superior concorrendo para vaga de nível médio e que isto traz muito sofrimento para o ego.

Pedro, exceção parcial à regra, que por contar com o auxílio de uma tia, coloca-se como alguém “*que já deu certo*”, pois tem um emprego de psicólogo que o espera em sua cidade, onde somará 20 horas de trabalho como psicólogo, às 30 horas de trabalho, que já executa como bancário. Ele evoca uma característica da personalidade contemporânea como descreve Gauchet, (2002, p. 177) na qual “*o indivíduo contemporâneo seria o indivíduo desconectado simbolicamente e cognitivamente do ponto de vista do todo, o indivíduo para o qual não existe mais sentido se colocar no ponto de vista do conjunto*”.

4 CURSAR PSICOLOGIA: ESCOLHA OU ESTRATÉGIA?

As formandas da PUC que foram entrevistadas são cinco jovens mulheres com idade de vinte e quatro anos e, apenas uma, com vinte e seis anos. São pertencentes a famílias de classe média alta com padrão social e de aquisição elevado. Moram todas na mesma vizinhança de um bairro bem situado na escala social dentro de Porto Alegre e tiveram seus estudos pagos pela família, de forma naturalizada, sem necessitarem de crédito educativo.

Meu contato com as mesmas acontece por intermédio de uma amiga, psicóloga e que tem um relacionamento de amizade próximo à mãe de uma das formandas, que serviu de ponte para as demais entrevistadas. Elas se constituem num grupo de amizade que se formou e se consolidou durante o curso, a partir de afinidades pessoais e por identificações decorrentes da uniformidade de sua inserção social.

As alunas me receberam em suas residências, e, uma delas no próprio quarto. Atribuo a acolhida em sua privacidade ao fato de saberem que eu sou psicanalista o que marca um lugar de confiança no mundo em que vivem e no qual a psicoterapia analítica ou mesmo de outras correntes ocupa um lugar privilegiado e cuja força, como dispositivo de subjetivação, aparece com veemência nos relatos das alunas.

Neste grupo todas as entrevistadas realizaram tratamentos psicoterápicos ou analíticos, os quais tiveram papel decisivo na trajetória profissional escolhida: das entrevistadas apenas uma tinha como interesse primeiro o curso de Psicologia. As outras haviam investido seus esforços como vestibulandas nos cursos de Medicina, Direito e Odontologia. Estas foram suas primeiras opções e o fracasso nos respectivos vestibulares

foi fonte de intenso sofrimento e de autoculpabilização com sintomas do tipo depressivo que acionaram a busca ou intensificação de tratamentos psicoterápico ou analíticos. No caso de duas entrevistadas houve outras perdas que se associaram à questão do vestibular como fonte de sofrimento psíquico, provocando a motivação para um atendimento psicológico. O fracasso no vestibular representa um acontecimento que ameaça o projeto existencial e a trajetória pré-determinada pela condição de classe.

No caso destas moças, que representam apenas um recorte dentro de um universo de possibilidades entre os formandos da PUC, podemos falar em trajetória de vida típica. Não existe a pretensão de generalizar os achados, mas sim de tomá-los como um exemplo de constituição de sujeitos dentro de um curso de Psicologia de uma universidade privada de Porto Alegre que tem uma tradição reconhecida no meio como formadora de psicólogos clínicos e que durante muitos anos foi marcada pela influência predominante da teoria psicanalítica na formação dos profissionais que dela foram egressos. Ainda pela inserção social, como classe média alta, e pela rede de apoio com que contam podemos dizer que são herdeiras do capital cultural no sentido que o termo foi cunhado por Bourdieu.

4.1 As herdeiras do capital cultural

Encontramos um acontecimento, como o fracasso no vestibular, perda de familiares importantes ou de situação financeira que representaram uma ameaça de ruptura nos registros subjetivos que serviam de base à visão de futuro. Deste modo, diante de eventos que poderiam oferecer uma ameaça à continuidade do lugar de inserção social, no caso das estudantes em questão, observou-se que os suportes aproximados deram sustentação à

manutenção do *status quo*. A estratégia foi construída de modo a evitar uma ruptura no contexto social e o acontecimento foi elaborado de forma a realizar uma manutenção do *status quo* já que as mesmas pertenciam, segundo Bourdieu, à classe dos herdeiros do capital cultural. Na ruptura não existiu propriamente uma alteração de rota, mas um desvio para não alterar o caminho que estava predeterminado: não havia opção pensada como alternativa possível ao curso superior. Este se apresentou como um imperativo dentro do contexto social em questão e, dentre as entrevistadas, as primeiras opções recaíram sobre cursos como Direito, Medicina ou Odontologia, cujos diplomas eram vistos como tendo maior valor para ingresso no mercado de trabalho.

Desta forma, descritivamente, a escolha do curso de Psicologia mostrou-se como uma alternativa estratégica de manutenção do projeto de classe e, portanto, profissional. Ela emergiu de outro dispositivo de subjetivação: as psicoterapias, as análises, o discurso psicanalítico. Este, em sintonia com o discurso familiar e de inserção de classe, assim foi relatado na fala das alunas.

É Manuela que nos diz:

Manuela: E aí, eu tentei dois anos em várias faculdades, fui pra Caxias, pra Pelotas e não passei e comecei a vê na, na análise, comecei análise e comecei a vê que não era bem Medicina que eu queria, que era mais assim algo pra, pra agradá meus pais e tal...Porque são médicos e aí veio a decisão de, de, da escolha pra Psicologia.

Entrevistadora: Então tu tinhas internamente assim uma pressão...

Manuela: É... Pressão minha, porque eles nunca tiveram...

Entrevistadora: E com relação ao curso, como é que tu te sentes assim, quando tu entraste pro curso é, o curso é o que tu esperavas, tu modificaste alguma coisa durante o curso?

Manuela: *Ah, eu acho que em relação à faculdade em si eu acho que não me, não me acrescentô muito assim...Ah, não sei, eles (os professores) não fazem a gente í atrás...Na aula, eles são assim queridinhos, então é difícil... É difícil alguém rodá, é difícil alguém pegá G2...*

Então eu acho que o meu crescimento nos 5 anos foram mais em relação a análise...

Entrevistadora: E tu fazes quatro vezes por semana?

Manuela: *Quatro vez por semana.*

Manuela, uma moça de 24 anos, aparentava menos do que a idade que tinha, não apenas pelo pequeno porte, mas pela expressão gestual. Mostrou-se inibida e disse não apreciar ter sua entrevista gravada, embora tenha consentido. Já desde o início quando tentei marcar o horário ela impôs limites estreitos e não negociou cinco minutos de antecedência na minha chegada. Desta forma o nosso encontro teve início e fim predeterminados e culminou por ter uma duração de exatos 50 minutos, coincidente com o período padrão de uma hora analítica.

Filha de uma analista com formação tradicional, fazendo análise quatro vezes por semana, durante cinco anos, também com analista cuja formação é canônica, Manuela é um exemplo de sujeito constituído dentro do discurso psicanalítico ortodoxo. Manuela não poderia ser confundida com Manuele, pois este equívoco de nomeação, ao primeiro contato telefônico, no qual eu estava anônima, provocou reação de irônica indignação em sua mãe. Percebi que existia uma atribuição de valor particular, dentro da família, que separava as duas formas de nomeação. O contexto de abordagem inicial deixou transparecer uma sensação de núcleo familiar fechado onde o mundo externo deveria conhecer as regras não explicitadas que garantiam o lugar prestigiado que ocupavam. Pensei que existia uma aura de monarquia e que Manuela tem ares de uma princesa ou sinhazinha cujo destino está

traçado. O curso superior para ela, assim como para suas colegas de turma, era “*uma coisa dada*”, não representando uma opção.

Desde antes da formatura Manuela tinha uma sala no consultório da mãe, e disse que pretendia fazer especialização em uma instituição, cuja direção estivera aos cuidados de uma amiga da mãe, também psicóloga e que, talvez, passasse um período em Londres estudando numa clínica de renome onde trabalhava uma amiga desta amiga da mãe e que após – quando estivesse ganhando bem - faria uma formação analítica. Além destes planos profissionais Manuela, que na ocasião não tinha namorado, pretendia casar-se na Igreja e ter filhos. Quando indagada sobre a linearidade de sua vida e sobre o seu projeto futuro estar moldado pela trajetória dos pais, não expressa qualquer reflexão crítica ou comentário.

O dispositivo subjetivante dentro da família, que marca o lugar de inserção social, é de tal intensidade que sequer a proximidade da formatura com os desafios que isto aporta, é suficiente para alterar a convicção de que tudo será como sempre, ou seja, que a posição social não será alterada, serão sempre indivíduos positivos a partir dos suportes de proximidade ou mesmo enquanto proprietários de propriedade privada. Ao final, não existe uma ruptura dos registros subjetivos, previamente estabelecidos. Diante do fracasso no vestibular que gera uma ameaça, esses são recompostos por uma opção que atenda as demandas identificatórias e imperativas de um “*superego*” ou “*ideal de ego*” constituídos dentro da família estruturada num modelo edípico. Portanto, nesta população, que pertence a um patamar social onde os suportes aproximados são consistentes, onde existe uma tradição cultural e uma rede de relacionamentos ampliada encontra-se claramente um “*ideal de ego*” que se constitui como herdeiro do complexo de Édipo.

Este grupo de amigas e colegas apresenta uma uniformidade em seus relatos de forma que podemos considerar que tenham uma trajetória de vida típica: elas pertencem a famílias originais, isto é, não vivem em famílias monoparentais ou reconstituídas, por divórcio. Apresentam em comum os fatos de terem um acontecimento, uma claudicação no projeto inicial, e uma motivação para tratamentos psicológicos, por questões profissionais ou pessoais, de tal sorte que o curso de Psicologia emerge dentro dos tratamentos pessoais e como uma estratégia para cumprirem um imperativo próprio de sua inserção familiar de classe, a saber, fazer um curso superior. As vozes das formandas fazem um coro confirmando a predeterminação da trajetória universitária emergente de sua condição de classe que se mostra homogênea.

Karin na ocasião estava 24 anos, e sua família morava no interior do estado, em zona de economia agro-pecuária, onde seu pai é médico, vereador e dono de terras. Sua mãe é professora municipal e os irmãos estudavam em Porto Alegre, residindo juntos, num apartamento da família. Ela disse:

Karin: Então eu acho que eu tenho que começar um pouco de antes, porque antes eu queria fazer Medicina... E, então eu tentei vestibular algumas vezes pra Medicina e tava me sentindo um pouco, sensível demais, chorava muito, tava chorosa, né...

Entevistadora: E quantos tu fizeste pra Medicina?

Karin: Dois. E daí, no final do ano, tipo por outubro assim, eu comecei a conversar com meu pai e senti que eu precisava de uma terapia... Então, daí, fui fazer terapia e, essa decisão de mudar de curso foi durante a terapia.... É lidar com a saúde mental, não a, a orgânica, né... E daí, a partir disso aí, durante a terapia que eu me encontrei... Que eu decidi fazer Psicologia, que também tem um pouco de caráter de ajuda, né, que tinha um pouco... De tratamento...

Karim tem uma tia que é psicóloga e pesquisadora com carreira universitária o que se torna um projeto para Karim: a vida acadêmica. Karim frequenta um grupo de estudos sobre Melanie Klein, faz análise três vezes por semana e supervisão pelo que já se encontra em formação conforme os conceitos de transmissão da Psicanálise que entendem que a mesma para ser transmitida deve atender os três requisitos acima, a saber; supervisão, estudos teóricos e tratamento pessoal. Ainda assim pretende fazer uma formação em alguma instituição por necessidade de sentir-se pertencendo a um grupo.

Érica tinha 24 anos e é filha de funcionários públicos de nível superior e tem uma história familiar onde não existe ascensão financeira associada ao curso superior. Seus avós tinham banca no mercado, mas possuíam maiores ganhos que os pais através dos estudos. Embora gozasse de boa condição financeira, aparentava ser aquela cuja inserção social era menos elitizada. A vida de Érica foi marcada pela perda súbita da irmã menor por moléstia infecciosa e cujo sofrimento e luto desencadeou um período de revolta e conflito com a família.

Na ocasião, era ainda adolescente, e foi conduzida a um tratamento psicoterápico. Pode-se perceber que a busca de auxílio surge pelo incômodo da revolta dentro da família e neste caso a psicoterapia aparece como um dispositivo normalizador. Érica comenta que, mais tarde, seu tratamento foi interrompido por uma combinação entre sua mãe e a terapeuta, sem que ela tivesse qualquer participação na decisão ou mesmo possibilidade de conversar sobre esta interrupção. Este relato reforça que aconteceu um tipo de intervenção psicológica com objetivos aplacadores e no qual o sujeito do tratamento, no caso uma filha adolescente revoltada, fica objetivado pela demanda da família.

Neste ponto os achados coincidem com o pensamento de Gauchet (2002). Para este autor, que estuda a natureza do individualismo contemporâneo, assistimos nos últimos 25 anos a uma redução dos conflitos, tanto dos manifestos com os outros, quanto consigo próprio. Ele diz que existe em nível mundial uma *pacificação* ou como ele prefere nomear um *aplacamento*. O recuo da conflitualidade faz com que desapareça a neurose clássica ou a luta de classes organizada, colocando em relevo um novo regime de relação consigo e com o social, assim como de identidade pessoal e de identidade coletiva. Considera que findou a revolta adolescente que representou um tema relevante para a sociedade no último século e pensa que tais eventos decorrem da desinstitucionalização da família, entendendo por tal o fato de que esta, hoje, se organiza em torno das questões afetivas como um reagrupamento voluntário. A família deixou de ser um negócio público transformando-se em negócio privado: ao deixar de ser uma engrenagem da ordem social, cessa de ser uma coletividade do ponto de vista da manutenção e do estabelecimento do laço social.

A reação das famílias ao sofrimento relatado pelas entrevistadas diante do fracasso no exame de vestibular, oferecendo os tratamentos psicológicos demandados por suas filhas, representa bem este casulo afetivo no qual se transformou a família contemporânea: uma família que engaja o indivíduo de um modo psicológico e particular.

Nas palavras de Érica a motivação para o curso aparece desta forma:

Na verdade, eu, eu não pensei sempre em ser psicóloga. Na verdade, quando eu era menor eu queria ser veterinária, eu sempre quis ser veterinária... A vida inteira, porque eu sempre gostei muito de bicho e tinha bastante bicho em casa e eu gostava muito. Mas, e todo mundo achava que eu devia fazer Veterinária tanto que quando eu comecei a fazer Psicologia, as pessoas ainda me diziam que eu... “Mas tu tinhas tudo pra ser uma boa veterinária...” Mas acho que eu não teria, porque eu gosto demais dos bichos e não

conseguiria fazer algumas coisas. Mas pra Psicologia... É tanta coisa eu acho. Na verdade a Psicologia entrou na minha vida quando eu comecei a me tratar quando eu tinha treze anos que foi quando a minha irmã menor faleceu...

Érica como conseqüência do trabalho dos pais na função pública teve uma trajetória de estágios que incluiu uma vivência no PAM (Posto de Atendimento Médico) da Ilha Grande dos Marinheiros. Achava este trabalho difícil, pois *“lida com muita pobreza, sofrimento, prostituição infantil”*, e pensa que *“qualquer coisa que se obtenha é muito, em tal contexto”*.

Francisca estava com 24 anos no momento da entrevista e pertencia a uma família na qual a mãe não tinha atividade própria fora do lar e o pai era um homem de negócios tendo sido bem sucedido de uma maneira geral. Sua vida foi marcada pela queda financeira do pai quando este perdeu a clientela de pequenos plantadores de arroz para quem vendia a água de um açude, sobre o qual exercia um monopólio. Nesta época precisou cancelar um semestre por não conseguir pagar a faculdade, mas não cogitou de lançar mão do crédito educativo.

O suicídio de uma tia foi outro golpe para Francisca, pois, segundo acredita, ficou evidente a doença depressiva em sua linhagem materna. Com relação ao primeiro evento Francisca se colocou de maneira positiva, pois, as dificuldades financeiras fizeram com que utilizasse seus próprios recursos pessoais para enfrentar os tempos adversos. Passou a confiar mais em si e melhorou sua auto-estima. Com relação ao segundo evento, Francisca necessitava mostrar-se ativa e não doente. Neste empenho a atividade como psicóloga desempenhou um papel preponderante, pois é vivida como uma linha divisória que separa a saúde da loucura, portanto, a razão da desrazão. Indagada sobre a possibilidade de ficar

sem trabalho, ao final do curso, diz que isto representa para ela “a depressão”. Vemos como a Psicologia funciona como um atestado de “normalidade” psíquica.

Com relação ao curso superior “desde que nasci sabia que ia fazer vestibular”,...né, e que eu ía seguir uma profissão assim, né, acho que dentro do meu colégio também, eu estudei no Anchieta, então, lá a gente já é preparado assim, né pro vestibular.....e tal e todos os meus colegas, né, tão inseridos nisso assim, também, né, Era isso. Aí, pra eu fazer Psicologia foi um pouco complicado. Mas eu não sei te dizer por que da Psicologia... Porque primeiro eu queria fazer “Odonto”. Só que eu odiava Biologia, também quis fazer Nutrição, mas aí desisti... Publicidade... Desisti, a partir do segundo grau assim, era meu tormento... Eu via assim meus colegas todos fazendo vestibular antes da hora pra vê se passavam ou não e cursinho e não sei mais o que e eu tranqüila... Até porque eu não sabia direito o que eu queria, então não adiantava eu fazer... Aí então eu me formei, em 98, em janeiro e eu fiz o vestibular pra Direito na PUC... Nem passei... E não tinha nada a vê comigo, eu não estudei nada e no meio do vestibular ainda minha “vó” faleceu, então eu não tava nem aí, né... Aí, eu decidi fazer o cursinho e... Eu tinha uma ligação muito forte com ela, tava bem chateada aí então eu decidi entrar no cursinho em março e aí, de repente, eu pensei em Psicologia, mas eu não sei por que, mas... Aí então eu decidi fazer só na PUC, aí fiz o psicotécnico, me deu um medo, assim no psicotécnico, porque eu tinha perdido já outros familiares recentemente, assim e tal e tinha muito sofrimento... Uma amiga queria Psicologia e tal e eu, ah, de repente, né...

Solange era a mais velha do grupo, estando com 26 anos, naquela ocasião. Da mesma forma que Francisca o curso de Psicologia e, os testes psicotécnicos, por ocasião do vestibular funcionaram como um atestado de saúde mental. No caso de Solange, durante a entrevista foi possível perceber um nível elevado de ansiedade pela forma com que se comunicava, falando em tom alto e rapidamente, numa loquacidade que expressa menos do que diz. Em Solange apareceu a necessidade de se afirmar profissionalmente diante de seu pai, homem voltado para o mundo do dinheiro (ele é economista), e que desprezava a

profissão escolhida por ela, pois diz que a mesma vai “*morrer de fome*” se contar com seu trabalho como psicóloga.

Sua aflição foi expressa da seguinte maneira:

Então eu voltei e fiz cursinho, né, até então querendo fazer “Odonto”, Daí, fiz vestibular normal e depois disso eu fiquei um ano depois inteiro estudando... No cursinho de novo... E depois mais um ano, fiquei dois anos estudando e fiquei mais um ano estudando e nesse outro ano eu fiz mais assim um cursinho por disciplina... E eu estudava um monte... E sempre batalhando odonto... Era o que eu queria e em 97, eu me lembro muito bem dessa data, porque foi um ano muito difícil pra mim, porque eu tava assim muito estressada, eu não agüentava mais... Porque eu estudava horrores, eu acho que eu me cobrava demais, era todo o dia assim, eu tinha aula de manhã e sentava da uma e meia até as seis da tarde, todo dia... Era um ano que eu tava muito mal, assim, eu ficava chorando pelos cantos, e daí, a, a mãe me perguntou: ah, quem sabe, tu não, não tenta fazer uma terapia... E eu tá... E a minha família nunca foi muito a favor dessas coisas de psicóloga... Ajudou bastante assim nessa época da vida... Ao mesmo tempo eu fui vendo assim o papel de psicóloga e comecei a pensar, porque eu sempre fui uma pessoa assim de, de sempre querer saber as coisas e querer entender as coisas, eu sempre fui assim, e eu comecei a conversar, tem uma tia minha que é psicóloga... Já não agüentava mais e, daí então eu decidi, eu disse ai, eu vou fazer no meio do ano, fiz algumas matérias, as que eu tinha mais dificuldade, fiz três matérias e as outras eu estudava por mim, pelo material que eu tinha e vou fazer o psicotécnico na PUC, em julho, que é na época que tinha ainda, né. E se eu passar eu vou fazer o vestibular e pra mim era assim: fazer o psicotécnico se eu passasse era meio que uma decisão, assim tu está indo pelo caminho certo, sabe...

É possível perceber que o curso superior para esta população de classe média alta está vinculado a reconhecimento social e representa um imperativo, pois faz parte da definição de uma condição de classe. Assim, passar no exame vestibular e cursar uma universidade aparece aqui como um equivalente da ética do trabalho, como descrito por Colbari, ou seja:

Uma concepção moral do trabalho que o revista de um conjunto de significações e transcenda sua utilidade material, cujo cultivo permanece associado ao domínio de um ofício na sua dimensão técnica (o conjunto de habilidades técnicas) e em seu referencial valorativo e simbólico, definindo um *ethos* específico e fundamentando identidades bem definida (COLBARI, 1995, p.245).

Encontramos uma confirmação desta equivalência entre ética do trabalho e do estudo, através do valor simbólico do curso superior e do desenvolvimento de habilidades específicas na construção identitária, nas palavras de Francisca:

Ah, eu acho assim que eu vou ter que trabalhar muito nessa vida, mas eu acho que sem o trabalho, eu não me vejo sem o trabalho, né, eu não posso, eu sô uma pessoa, eu não posso ficar sem fazer nada. Porque isso significa pra mim a depressão, eu acho, se eu não trabalho eu fico em depressão e eu acho que por isso que eu continuo fazendo grupos de estudos que eu, né, tenho os meus projetos, assim...

E mesmo trabalho voluntário, né, que (...) tu não vai ganhar...mas não é uma desempregada. Não sô uma, eu tenho o que fazer.

Descreve como sua identidade profissional se consolidou ao relatar a forma como se via no trabalho clínico: “*era eu que estava ali, eu assinei pelos meus pacientes, eu fiz todo o processo junto com eles, eu que ajudei, eu que dei alta, claro que sempre com a supervisão*”.

Portanto o estudo *é alçado à condição de fonte de dignidade e legitimação e é fundamento das identidades sociais* (COLBARI, 1995, p. 244) ocupando o mesmo lugar valorativo que o trabalho na sociedade em geral.

Solange recebeu-me em seu quarto, colocando-me em seu espaço mais privado e íntimo. Pareceu-me que necessita preservar a nossa conversa da intrusão da família. Quando relatou a dificuldade que tinha para que seu pai valorizasse seu curso percebi a razão deste cuidado. Ser psicóloga não era exatamente algo que a colocasse num lugar de valor dentro da família. Havia uma expectativa, de parte de seu pai, de que ela obtivesse uma graduação dentro daquelas profissões que, segundo a crença da família e o imaginário popular, oferecesse status e ganhos bem qualificados como os cursos de Direito ou Medicina. O conflito de Solange com os pais aparece como um sofrimento e um desacordo silencioso: ela terá que provar na prática que seu curso tem valor. Ela explica o quanto tem sido difícil sustentar sua escolha:

Pra mim eu tenho muito isso, acho que por toda a situação, porque durante toda a minha faculdade também foi muito difícil, porque tipo assim, meu pai nunca aceitou muito, sabe...Meu pai é totalmente racional, assim...Economista, muitos números, então, foi uma coisa assim que meu pai sempre dizia: vai passar fome, porque não sei que, porque Psicologia é coisa pra louco, né, sempre foi assim, né, tipo sempre me deu apoio financeiro, isso ele nunca negou...

Solange decidiu-se por Psicologia, a exemplo de suas colegas, a partir de um tratamento realizado em uma instituição de ensino, após não ter sido aprovada no vestibular para Odontologia. Ela conta que após o término do ensino médio foi com sua irmã gêmea fazer um intercâmbio nos Estados Unidos, para apreender inglês, ter uma experiência no estrangeiro e, ao mesmo tempo, ficar separada de sua irmã, pois cada uma ficou em um lugar diferente do país. Ao retornar iniciou o cursinho para fazer Odontologia – acha que a escolha tinha a ver com seu pai por causa do status do curso – mas não conseguiu mesmo tentando por dois anos e fazendo cursinho novamente.

Solange demonstra que nesta ética do curso superior e da manutenção do status social e financeiro se institui a pesada dívida simbólica que se manifesta por ocasião do exame vestibular e que se reedita por ocasião da formatura, embora de forma mais sutil, pois, aparentemente, o obstáculo era o vestibular.

De uma maneira geral existe neste grupo de formandas a convicção de que uma vez na universidade estarão imunes ao desemprego. Elas referem que inicialmente vai ser difícil, mas que com o tempo obterão as mesmas condições de vida de seus pais. Que apenas trabalhando, se dedicando, estudando e se especializando, com o tempo, obterão autonomia. Não existe qualquer preocupação com relação ao mercado de trabalho para psicólogos e a afirmação profissional é vista apenas como uma questão de tempo e enfocada na perspectiva individual, pois acreditam, que, embora lentamente, uma vez preparadas e especializadas, estão pré-determinadas ao êxito.

Érica diz que espera manter sua posição ou ascender socialmente pelo diploma e nem pensa que possa ocorrer de outra forma, diz:

O que eu penso é que assim, eu fico pensando que como eu gosto tanto eu não consigo imaginar que vai ser diferente, eu não sei se é um pouco de fantasia, um pouco de idealização... Mas, hoje é o que eu sinto. Que da maneira como eu encaro as coisas eu acho que não vai ter como ser muito diferente assim...

E Francisca, com relação ao mercado de trabalho para Psicologia, diz que não tem medo, pois “em Psicologia se está sempre buscando e é uma profissão que exige muito”.

E ainda:

... Em relação ao mercado de trabalho assim eu, eu não tenho medo assim... Sabe, claro que vai sê difícil eu ter que ir atrás de emprego, eu ter que meter a minha cara, né, pra fazer as coisas... Mas eu acho que tudo é uma caminhada assim, eu acho que no momento que eu que eu invisto, né, como eu tenho investido assim na minha carreira, eu vou ter retorno... Pode demorar, mas...

Comenta que faz todas as coisas com amor e que “*não liga muito para dinheiro*” e considera que o ganho virá em consequência de um trabalho feito com “*amor à camiseta*” e com prazer. Como estudante não se considera desempregada, pois tem o que fazer.

O objetivo destas alunas é a clínica enquanto prática privada e atividade autônoma. Todas têm disposição de fazer clínica com preços baixos para assim terem pacientes e reafirmarem suas identidades profissionais, as quais, segundo contam, foram se constituindo dentro do curso quando exerciam suas atividades com os pacientes nos estágios voluntários ou curriculares. Elas descrevem, portanto, uma disposição para, depois de formadas, acolherem o aviltamento do trabalho autônomo como se tal fora um processo natural e pelo qual necessitam passar como parte de uma evolução e não como uma condição coletiva que pode ser definitiva em suas vidas.

4.2 O ideal da clínica privada e o trabalho aviltado

A idéia de trabalho autônomo aviltado pode ser pensada ao considerar-se a relação entre ganhos e quantidade de trabalho.

No caso das alunas da PUC que tem claramente o objetivo de uma atividade privativa autônoma e se dirigem à realização de cursos de especialização dentro de

instituições de transmissão da Psicanálise, tem importância refletir sobre como se dá a naturalização do aviltamento no contexto em que os egressos dos cursos de Psicologia iniciam sua vida profissional em clínica.

Em Porto Alegre, atualmente as chamadas especializações ou formações, predominantemente psicanalíticas, mas também de outras correntes da Psicologia, ocorrem em instituições que em sua maioria não são vinculadas ao Ministério de Educação (MEC) e cujo certificado não é reconhecido por este, fato que restringe o valor destas especializações ao âmbito regional. Além disto, tais instituições, que proliferaram na última década, possuem ambulatórios onde os alunos realizam suas práticas clínicas oferecendo psicoterapias a baixo preço. Algumas instituições repassam aos alunos um percentual do valor recebido, em outras os alunos pagam à instituição um percentual pelo uso das dependências físicas dos referidos Institutos. Ocorre que, embora seja inegável o valor do treinamento dos alunos em ambiente protegido para adquirem competências, a proliferação destes cursos tornou-se autofágica. Explico: os cursos concorrem com seus alunos egressos oferecendo tratamentos a preços módicos sem que haja uma triagem onde tais atendimentos sejam destinados a populações de baixa renda. Por outro lado, as populações da periferia de Porto Alegre, que dependem de transporte público para realizar um tratamento sistemático, considera elevado os preços praticados por tais Institutos, de uma maneira geral.

Neste contexto de fabricação de psicólogos clínicos ocorre uma facilitação associada a uma banalização e desvalorização da profissão. Observa-se também uma penetração maior de demanda por atendimento psicológico ao mesmo tempo em que a cultura *psi* passa a ser utilizada como um consumo qualquer. Percebe-se que os alunos,

uma vez egressos destas instituições, têm dificuldades de constituir sua clínica privada e, quando eleitos, por se destacarem como bons “quase profissionais”, permanecem aderidos aos Institutos de origem, pertencendo, então, aos assim chamados “corpo clínico” ou “comissões”. Se deles se desligam, são jogados num mercado de clínica, extremamente desvalorizado, sublocando horários em outros consultórios³⁶ que também não têm seus horários preenchidos. Entram em um mercado “*psi*” caracterizado pelo trabalho aviltado, de baixo preço.

Atualmente estes ambulatórios de cursos têm sido procurados por pessoas de todas as classes sociais conforme a disposição para investir mais ou menos no pagamento da hora do profissional especializado. Assim, encontramos duas formandas entrevistadas que realizaram seus tratamentos em instituições de ensino, num estranho paradoxo onde existe um baixo investimento no tratamento pessoal de um lado e de outro uma elevada expectativa com relação aos ganhos profissionais futuros. Uma delas, Francisca, efetivamente atravessava um período de dificuldades financeiras dentro da família, enquanto a outra, Solange, que reside em apartamento amplo, decorado com bom gosto em zona nobre de Porto Alegre caracterizando uma inserção social privilegiada, necessita lançar mão deste recurso popular pela desvalorização de sua escolha profissional dentro da família. Simultaneamente, Manuela e Karim, filhas de médicos, portanto subjetivadas na família pelos dispositivos psicanalítico e médico apresentam elevado investimento nas análises, e, por esta razão, têm expectativas de alcançar uma inserção semelhante aos seus pais e analistas no mercado de trabalho autônomo.

³⁶ A ocorrência da queixa de que estudaram muito, mas não têm pacientes tem sido freqüente entre jovens que procuram atendimento em psicoterapia. É importante ressaltar que tal demanda ocorre não apenas entre os egressos dos cursos de Psicologia, mas também de outras áreas como Odontologia e Medicina. Nesta última, a questão começa pela dificuldade de acesso a uma residência médica e, ao final desta, pela precariedade de condições para aquilo que os jovens profissionais consideram um exercício profissional ético.

A ausência de reflexão sobre as novas modalidades de inserção no trabalho “*psi*” transforma este grupo de formandas em reféns do ideal da clínica, a partir do que aceitam o aviltamento de seu trabalho, neste caso, não por necessidade de subsistência, pois contam com os suportes aproximados, mas para garantir a preservação da identidade profissional. Subjetivadas nas relações de saber-poder que se exercem nos cursos de Psicologia, percebem o mundo pela ótica individualizante, onde os enunciados da meritocracia afirmam que, na busca de cada vez mais especializações, os jovens alcançarão a realização profissional e financeira. Na outra ponta, os mestres, aqueles que entraram para o mercado em outra época e que usufruem, em alguns casos, do aval da Psicanálise tradicional e internacional, oferecem análises e supervisões com custos absolutamente desproporcionais ao que os alunos cobram. Num exercício de poder vertical, se exerce de cima para baixo, uma relação desigual na qual um aluno teria que trabalhar em torno de dez horas para pagar uma hora de análise ou de supervisão dos profissionais mais experientes ou mesmo dos chamados “analistas didatas” que representam o topo da hierarquia profissional.

A este respeito Birman (2000) tece uma discussão sobre a figura do terapeuta que permite ser estendida para os processos de supervisão, pois, na prática, o papel do supervisor é inseparável daquele do terapeuta. Este autor, ao examinar o *dispositivo transferencial*, a partir da perspectiva de Foucault, o considera como uma continuidade do *dispositivo do tratamento moral*, construído pela tradição do alienismo do século XIX e nos quais haveria uma desalienação da loucura pela transformação da desordem da desrazão em ordem da razão, e através do qual, a figura do terapeuta ocupa “*a posição todo poderosa de um taumaturgo, capaz de promover finalmente tal conversão curativa*”

(BIRMAN, 2000, p.40). No caso das formações/especializações, esta operação é levada a efeito pela figura do supervisor na construção do psicólogo clínico.

A negação do contexto de aviltamento no trabalho “*psi*”, paradoxalmente, está albergada nas técnicas de transmissão da Psicanálise e se apresenta com uma armadilha engendrada no seio das formações de graduação ou pós-graduações. Nestas, ao considerar apenas os aspectos intrapsíquicos, em nome de uma especificidade, fazem recair sobre o indivíduo sua glória ou seu fracasso. Existe um discurso que faz funcionar como verdadeiro que o êxito-considerado reconhecimento da identidade profissional e remuneração - depende da capacidade individual do sujeito de afirmar-se no meio e nas instituições. Não entram em consideração as condições de possibilidade nas quais o sujeito está inserido para realizar seu projeto identificatório.

A matriz individualizante das graduações e das chamadas especializações ou formações não inclui a possibilidade do trabalho na função pública. Saldanha (2004) aponta que

a separação entre teoria e prática, ciência e profissão, mantida pelos cursos de graduação, aliado à manutenção de currículos voltados para a clínica tradicional (modelo médico hegemônico), mostrou que os psicólogos não se reconhecem como trabalhadores do SUS, mas importam para os serviços do Sistema práticas tradicionais, desconsiderando as necessidades e especificidades do contexto sócio-econômico e cultural (SALDANHA, 2004, p.6).

A idéia da prática individual e privativa de tratamento clínico psicológico, nas condições que vem sendo praticada em nosso meio, não dá conta nem de realizar o profissional que oferece o serviço, pois o mesmo se sente aquém dos mestres e do que imaginou para si com base nas gerações anteriores, nem do atendimento das populações mais carentes para quem o pagamento de vinte ou trinta reais por hora de terapia representa

uma impossibilidade. Para estes, que por vezes conseguem uma inserção nas equipes de atendimento psicológico do SUS, mesmo o valor da passagem é significativo em seu orçamento, além de correrem o risco de não se sentirem entendidos por um profissional que, conforme os achados de Saldanha (2004), não está confortável no trabalho fora do “*setting*”.

Neste grupo das estudantes da PUC, encontra-se a idéia permanente de continuidade e reprodução. A instabilidade da sociedade contemporânea não tem foco e, em nenhum momento aparece crítica social ou preocupação com o coletivo. Quando surge uma abordagem política é com relação a uma perda da situação individual de posição financeira da família a partir do plano da Zélia, como em Francisca, onde encontramos uma mudança de posição financeira, mas não social.

Resumindo, este é um grupo onde é possível perceber que os ideais profissionais se constroem por identificação com os pais ou seus substitutos, os mestres e os analistas. O fato de poder observar os padrões identificatórios no contexto da pesquisa ocorre porque estes sujeitos são herdeiros da prática psicanalítica e estão acostumados a interpretar a si mesmos e a fazer uma confissão de si. São subjetivadas por seus tratamentos psicoterápicos/psicanalíticos e em duas situações se mostraram fortemente identificadas com os pais ou parentes próximos que desenvolvem atividades similares.

As questões identificatórias podem ser resumidamente descritas da seguinte forma: em Solange a Psicologia se apresenta como uma possibilidade de diferenciar-se do padrão feminino da mãe e uma oposição ao pai que considera a Psicologia na base da escala de valor monetário das profissões e, em Francisca, representa um afastamento da doença

depressiva familiar. A partir da perda financeira, porque desenvolveu a capacidade de luta, percebe-se próxima da imagem de seu pai que sempre ganhou bem por trabalhar muito e saber fazer negócios. Esta característica valorizada, da qual Francisca relata estar se apropriando, aparece como capacidade de transformar a adversidade. Interpretativamente, é descrita por ela, como “fase de recuperação financeira” onde a reforma da casa na qual ocorrerá sua festa de formatura, representa “simbolicamente” um recomeço. Em Manuela e Karim a identificação é positiva com os pais médicos. Esta diz buscar uma profissão de *cuidadora*, não do orgânico, como no trabalho do pai, mas do mental, justificando a mudança do projeto em Medicina para Psicologia.

As alunas da PUC são exemplos de uma subjetividade psicológica pensada por Foucault (1979, p.801) o qual afirma que um dos perigos de nossa época é considerar a subjetividade e a identidade como componentes profundos e naturais e que não são condicionados por fatores políticos e sociais e propõe uma liberação de uma subjetividade psicológica como é priorizada pelos psicanalistas.

5 UFRGS: UM IDEAL

Os alunos da UFRGS foram entrevistados dentro da própria universidade com exceção de um deles que marcou um local fora da faculdade, mas em um horário de trânsito entre sua terapia e outros compromissos.

São cinco jovens – três mulheres e dois homens - com idades entre 24 e 25 anos pertencentes à classe média, mas de inserções culturais e sociais diferentes, constituindo-se num grupo menos homogêneo que os alunos da ULBRA e da PUC. Encontramos dois jovens de origem próxima à base da pirâmide social em cujos relatos não se evidencia uma valorização naturalizada da educação dentro das famílias e para quem a trajetória universitária representou uma decisão solitária, uma ruptura e um desafio permanente na batalha contra os obstáculos que se opunham a realização e manutenção de seus projetos existenciais e profissionais. Os outros três pertencem a um nível de inserção social onde pelo menos um dos pais tem curso superior e, assim sendo, apresentam a formação universitária como algo predeterminado em suas vidas e não como opção.

5.1 Entre o peão e o engenheiro

As palavras de Marina, descrevendo a profissão do pai, supervisor dos operários no pólo petroquímico, servem de título para esta secção, pois parecem apropriadas para ilustrar este lugar de transição onde os jovens, originários de uma classe próxima à base da pirâmide social, se sentem quando do ingresso numa universidade como a UFRGS que ocupa ainda um lugar ideal no imaginário social.³⁷

³⁷ Castoriades considera que “a instituição da sociedade é toda vez instituição de um magma de significações imaginárias sociais, que podemos e devemos denominar um mundo de significações” (2000 p. 404). Assim, para este autor, tudo o que aparece na sociedade é logo tomado neste mundo de significações, a partir do que é possível pensar, correlativamente, a identidade e a unidade social.

Marina estava com 24 anos por ocasião da entrevista e relata que sua situação de ingresso no curso de Psicologia foi atípica, pois conseguiu trocar de curso, vindo da Matemática, já que sua primeira opção, por ocasião do vestibular foi para Medicina. Diz ter sentido inclinação para Psicologia, pois, em sua família, era aquela que gostava de estudar e na escola teve afinidade com uma professora que lecionava Psicologia e que foi importante na sua decisão, pois ela era a única, em meio a seus colegas, que gostava da disciplina. Então, conversava com a professora e pegava livros emprestados com ela. A idéia de ser psicóloga vem, em suas palavras, pelo “*imaginário de ser calada e gostar de ouvir as pessoas*”. Com frequência, pelo seu jeito mais quieto e por gostar de estudar, diziam-lhe que deveria ser psicóloga. Fez vestibular em 1998 para Psicologia na Unisinos e foi aprovada, mas deveria fazer poucas cadeiras, pois não poderia pagar. Coursou dois semestres, nas cadeiras básicas, e percebeu que assim ficaria por muitos anos na faculdade até se formar. Havia feito um ano de cursinho, pois seu objetivo era a UFRGS, pois não era paga. Por ocasião do vestibular aconselharam-na que fizesse Medicina, pois o *status* era melhor. Tentou vestibular com primeira opção em Medicina e segunda, em Matemática. Sempre havia se saído bem em Matemática no colégio e pensou, como estratégia, que poderia dar aulas após estar formada e então pagar um curso como Psicologia. Passou em Matemática e começou a cursar, mas não gostava dos cálculos e dos números. Surgiu a oportunidade de trocar de curso, pois tinha score para a Psicologia. Ela e mais duas conseguiram a troca: uma da Arquitetura e outra de Ciências Contábeis. Naquele ano tinham cinco vagas. “*Nunca mais surgiram vagas*”, ela comenta, e, com este comentário, passa a impressão que se vê como quem teve um golpe de sorte, como quem salvou seu projeto por pouco.

Marina expressa suas incertezas pela opção de um caminho singular que prioriza a formação e a educação em contrapartida a aquisição de bens que representam estabilidade e vida adulta. Ela compara-se com os seus vizinhos contemporâneos:

Ali onde eu moro poucas pessoas que estudaram comigo fizeram faculdade, alguns até estão fazendo agora, ULBRA, Lasalle, Unisinos, fazendo a noite, poucas cadeiras, mas depois de... Sei lá...Já compraram sua casinha, seu carro, trabalham...Construíram coisas e depois foram fazer faculdade para conseguirem coisas melhores... Eu fiz o caminho inverso.

Com relação às suas irmãs diz:

Minha irmã mais velha que fez curso técnico de enfermagem e nunca lhe faltou trabalho - sempre teve sorte para emprego - pois no dia seguinte da formatura foi chamada para um hospital. Ela chegou a fazer cursinho para fazer Faculdade de Enfermagem, mas achou que não valia a pena ficar cinco anos numa faculdade para não ganhar tanto mais que valesse a pena. A mais nova não gosta de estudar e ganha bem numa loja do shopping com vendas, pois em épocas ganha quase dois mil, pelas comissões. Ela diz que vai se formar e não vai ganhar isto.

Nestas comparações, Marina vai demonstrando que tem uma percepção da perda do valor nominal do diploma e questiona, reflexivamente, se a estratégia de vida que escolheu vai dar-lhe oportunidade de autonomia embora desde o início do curso “sentiu-se identificada com o curso, como diz, começou a adorar e, logo no primeiro semestre, passou a dedicar-se a pesquisas, com “Psico” infantil, depois com Neuropsicologia – memória em idosos - depois foi para a extensão com grupo multidisciplinar e passou a gostar da “Psico Social”.

Ao mesmo tempo consola-se e reaviva a esperança lembrando que dizem *“Tu és uma ótima aluna, tu sempre foi muito boa, então tu vai sair e ter o teu campo”*. Evidencia um sentimento determinista que vincula êxito à sorte e ao mesmo tempo ao esforço e capacidade pessoal, numa ótica individualista expressa pela fala dos outros, mas que enfatiza sua crença no sucesso pelo mérito.

Expressa a idéia de seguir vinculada a universidade por um projeto de pós-graduação como anseio de não perder o espaço de reconhecimento social *“Agora eu construí este espaço e tenho dificuldade em me desvincular das coisas, da universidade, então eu pretendo fazer o mestrado”*. Pensa em fazer o mestrado em Psicologia Social, pois tem dificuldade em se desvincular, ou, como alternativa, residência em Saúde Pública Também cogita em fazer concurso público, *“desses que aparecem”*.

Assim, diferentemente dos alunos das outras universidades pesquisadas, Marina tem um ideal de ser psicóloga de posto de saúde para trabalhar tanto com grupos, quanto com comunidades, para ter contato com outros profissionais e por gostar de trabalho em equipe, pois acha *“muito pesado ficar ali no consultório com o cliente”* embora goste da clínica.

O sentido do trabalho para Marina remete a uma questão identitária e a um temor de se deixar *“corromper”* pelas forças do mercado:

Agora sou estudante e depois direi “sou psicóloga”, mas não trabalho, então não vale muito. Ainda trabalhando tem o risco de perder o ideal, pois, numa empresa, vai se corrompendo para não perder o emprego, vai saindo da especificidade do trabalho de psicólogo, vai atendendo ordens de cima... E vai se submetendo... Isto é comum nas empresas... Não quero ficar oito

horas numa empresa... Mesmo no estágio são vinte horas, mas a gente tem reunião... Muitos atendimentos... Vai perdendo a capacidade de pensar e isto acontece com os funcionários... Se eles começarem a pensar não vão querer ficar ali...

João é quem melhor expressa a sensação do “*não lugar*” que surge nesta transição “*entre o peão e o engenheiro*”. Ele aponta claramente a divisão que sente entre a população de sua região, sua família e a sua experiência na Universidade:

Eu vinha de um lugar distante, quer dizer tinha gente do interior, mas que vinha com apartamento alugado aqui em Porto Alegre, era uma outra relação. Então eu acho que eu tive um choque cultural, assim, porque estes meus colegas tiveram uma vivência cultural muito diferente da minha, venho de um meio com muitos menos recursos culturais vamos dizer assim...

João estava com 25 anos, por ocasião da entrevista, e, de modo semelhante à Marina, cresceu na periferia de Porto Alegre. Assim ele diz que sua família tem cultura de periferia e poucos recursos financeiros. Diz que estudou num colégio público na sua região e descreve sua experiência da seguinte maneira:

Foi um choque muito grande, pois este colégio era muito fechado e depois que eu entrei para a universidade percebi como estava inibido, eu estudava à noite e de dia cuidei das crianças de uma vizinha, depois vendia cosméticos na firma de uns vizinhos. O colégio era muito medíocre. Eu me apavorei quando peguei uma prova da UFRGS, pois no colégio eu não tinha tido estas matérias, Física, Química... Na época meu irmão ganhou uns livros dos professores e eu usei estes livros pra estudar e mais um material de uns amigos que tinham passado na UFRGS.

João tem um tio que é jornalista, mas não trabalha na profissão e um irmão que fazia um curso de licenciatura na UFRGS, o qual foi interrompido, após aprovação em um concurso, para assumir um cargo num banco federal. Assim, aparece como aquele que poderá trabalhar na profissão, mas por meio desta comparação expressa a consciência dos riscos que emergem de sua condição de classe, em relação à manutenção da trajetória profissional.

Marca sempre “*eu tenho que me virar sozinho*” e se compara com os colegas que vão se formar e as famílias vão pagar o curso... (especialização). A questão emergente é “*como vou continuar minha trajetória pessoal?*” O relato de João demonstra sofrimento e uma luta pela sobrevivência psíquica e cultural. Como a crianças abusadas, negligenciadas e maltratadas de seu estágio em creches populares, João fala desde o lugar do desamparado, daquele que não conta com suportes derivados da propriedade privada e que por isto tem uma vida dura, e cuja rede de apoio deriva dos serviços públicos (escola e universidade). Ele diz contar consigo próprio e com o acaso: os livros que o irmão ganhou para preparar o vestibular, a amiga do ônibus que conseguiu um tratamento psicanalítico por “*um preço ofensivo*”. João agarra-se às oportunidades que cruzam o seu caminho, pois faz parte de sua singularidade a capacidade de *resistência*, por meio da qual vêm conseguindo agir sobre sua existência, transformando suas condições de vida e sua inserção social.

Marina e João apresentam em comum o fato de perceberem suas vidas construídas por talento individual e por golpes de sorte – a vaga que surgiu na Psicologia, no caso de Marina, o encontro com a amiga que conseguiu uma analista acessível no caso de João. Como uma sombra que se projeta sobre o futuro deles, uma trajetória que se consolida por

questões de “sorte”, apresenta a possibilidade do “azar”, fazendo com que estes formandos sintam de modo intenso e particular a vulnerabilidade das conquistas até aqui obtidas.

A reflexão ética é uma tônica de suas entrevistas e parece ser uma característica dos alunos da UFRGS, embora, por vezes, o valor desta capacidade de leitura crítica do mundo fique prejudicado pela forma discursiva que se reveste de uma linguagem hermética, pois apesar de atender algumas bases teóricas, só pode ser entendida por iniciados, como poderemos ver nas falas de Cláudio. Este ao falar de suas incertezas com relação ao futuro usa uma terminologia racionalizadora:

...Só que num outro nível assim, que é uma passagem dum lugar protegido e fechado e onde tu consegues formá um quotidiano pra ti segurá e não ficá muito solto a outras questões, de repente tu passa prum ambiente mais aberto, com “fluxos mais desvairados” e, e... Menos organizados e tu vai tê que aprendê a formá novos cotidianos e novos “ritornelos” e coisinhas assim por ali, né... Prá tentá criá um novo “território de existência”...

Cláudio tem 25 anos e é filho único de um casal que mora no entorno da universidade. Sua mãe tem curso superior e é funcionária aposentada de uma Secretaria do Estado, enquanto que seu pai tem nível superior e trabalhou como profissional liberal e está em vias de obter a aposentadoria. Diz que sua situação financeira é boa, mas que não são ricos. Quanto à família de sua mãe diz que eram do campo e “parece” que eram abastados, enquanto que o pai teve alguma ascensão social pelo curso superior.

Quanto a fazer curso superior, não houve questionamento, pois “era uma coisa dada”. Então, sua escolha recaiu sobre as humanas tendo pensado em Biologia porque estuda o homem. Depois pensou em Filosofia e chegou a fazer dois anos. Então fez

vestibular para a Psicologia, “*pois achava que com a Filô era ser apenas professor universitário ou do ensino médio e não dava para fazer uns bicos como na Psico*”.

No entanto, por não ter sido aprovado no vestibular, continuou a cursar Filosofia e ao mesmo tempo, fazia cursinho. Cláudio gosta do que faz. Comenta que seu interesse por Psicologia teve uma relação inicial com as leituras sobre esoterismo, pois sua mãe tem este tipo de interesse e tem vários livros sobre o assunto. Neste sentido Cláudio tem uma motivação inicial semelhante à de João cujo interesse por Psicologia iniciou-se com as leituras de astrologia e yoga.

Oriundo de uma família com inserção social diferente à de João ou Marina, Cláudio tem apoio para estudar. Ele diz que na UFRGS, pelos horários, não dá para trabalhar. Além disto, tratando-se de deslocamentos, enquanto João viaja para a periferia da cidade, Cláudio já viajou para os Estados Unidos, México, Uruguai e litoral do Nordeste brasileiro.

Com relação à sua expectativa de futuro, imagina que terá a mesma inserção social de seus pais e descreve o que aspira: *é ser classe média, mais claramente eu podê comprá os meus livros, os meus discos, podê encontrá os meus amigos pra jantá e podê viajá...* Ele projeta a realização de um mestrado, possivelmente em Social, pois não se vê identificado com a “caricatura” do psicólogo clínico, e explica que fala em caricatura pelo exagero das características de psicólogo que julga ser encontrada na área da clínica. Sente que tem afinidade com a vida acadêmica e já trabalhou em pesquisa, inicialmente sem bolsa e depois recebendo bolsa. Ele espera poder trabalhar no interior, dando aulas, a exemplo de amigos seus que já terminaram o mestrado.

Para Cláudio,

... Hoje em dia a grana cada vez se torna mais fundamental né...Porque cada vez é, sei lá, se torna mais urgente, né, na minha vida eu tenho que ganhá a minha grana e tenho que me fazê e com a Psico é uma droga que tu sai e, ao mesmo tempo em que tu tem milhares de opções, montá uma clínica, fazê projeto e tal, assessoria, fazê não sei o que lá, porque é uma área muito múltipla...E se presta a várias ações, ao mesmo tempo nenhuma dessas é um lugar seguro...

Laura, 25 anos, moradora da zona sul de Porto Alegre, reconhece que sua decisão passou pela possibilidade de ganho financeiro, pois gostava de escrever. Pensou em fazer o curso de Letras, mas desistiu, pois não ia “*querer morrer de fome*”. Laura pensou em fazer Psicologia a partir de uma pessoa com quem seu pai viveu que é da área e que foi bem sucedida financeiramente.

Laura diz que, com relação ao curso superior, nunca houve questionamento, pois isto em sua família “*era uma coisa dada*”. Seu pai sempre pagou curso de inglês e escola particular, pois o estudo foi muito valorizado em sua família. Ela comenta sobre a mãe que faleceu quando ela estava com a idade de seis anos e de que esta tinha uma crença na ascensão social através do estudo. Ela havia realizado curso superior e tinha um emprego público bem remunerado. Laura enfatiza que a mesma havia sido aluna da UFRGS. O pai de Laura não tem curso superior e seus ganhos decorrem de atividade comercial autônoma. Já realizou muitos negócios, mas nenhum deles deu certo e a mãe de Laura, quando viva, insistia para que ele voltasse a estudar. O irmão de Laura concluiu curso superior na UFRGS.

Laura descreve a sensação de solidão e estranhamento no início do curso de modo semelhante a João e Marina. Ela diz:

“Gente muito diferente, meus colegas muito diferentes de mim”, junto com muita matéria, muita cadeira, muita prova... Comecei a fazer terapia e entrei em pesquisa... Gostava muito. Aí fui indo, sempre trabalhando em pesquisa... Já que eu não conheço ninguém, tenho que fazer minha trajetória. Ficava todo o dia aqui. Tinha aula de manhã, de tarde ia para o estágio e de noite tinha aula.

Nela também aparece a sensação de desamparo, de que não tem rede de apoio suficiente e de tem que “se virar”, sem “apadrinhamento”, embora a inserção social de Laura seja diferente da de João ou de Marina, como demonstra ao comentar sobre a gratuidade do ensino da qual se beneficia e ao ressaltar seu ideal pela UFRGS: *eu passei na UFRGS ganhei carro, a manutenção que se gasta pro carro, seguro... Gasolina... Estragou... Não sei acho que, dava pra pagar pelo menos metade do curso superior, então não era só pela coisa da grana...*

É possível perceber que para Laura a UFRGS ocupa um papel forte como suporte identificador. A mãe estudou na UFRGS, o irmão também e ela queria UFRGS, diz, com relação ao seu ingresso na Universidade:

Eu fiz dois anos, quer dizer, eu fiz três, na verdade, um ano eu estudei e um, estudei um monte, não passei e o outro estudei um monte de novo e aí passei... É sempre queria a UFRGS, no ano que eu passei, daí em 99 eu já tinha perdido dois anos, daí eu fiz Unisinos...Acabou na quinta o vestibular da UFRGS, daí na sexta, no sábado eu fui fazer na Unisinos e aí saiu a lista antes, eu já tava conformada, assim, bom, se eu não passar na UFRGS eu vou fazer na Unisinos e tal, porque não era assim uma coisa ah, a qualidade da universidade é ruim, é que era uma coisa mais da

*exigência minha, do meu pai, do meu irmão (...)...E não era mais exigência só financeira...Era pela UFRGS, aquela coisa assim (...)
UFRGS, também estou na UFRGS, (...) tu não vai ficar na UFRGS (...)...*

Perguntada sobre a possibilidade de que haja uma relação entre a escolha de Psicologia a partir de seu sofrimento pela perda precoce da mãe ela comenta:

*Não, acho que não, assim, era uma coisa mais que eu achava que era pra escutar os outros e tal, não sei...Às vezes eu me perguntava assim: ah, que as pessoas ficam muito assim, ah, todo mundo que tá na Psicologia tem problema, mais, tipo ah, aconteceu perdeu o pai, perdeu a mãe, o pai é divorciado, não sei quê, mas (...) qualquer profissão tem problema, tem em qualquer área...Tem gente que perdeu mãe, tem gente que perdeu pai, tem gente que tem crise financeira, tem gente que sei lá, tem alguém doente...Sim, todo mundo tem os seus problemas...Não, não e eu sempre me **monitorei** muito assim tipo, daqui a pouco eu não tava querendo compreender alguma coisa minha através do curso, eu sempre...Fiquei vendo assim, mas não achei...*

Laura ao expressar a idéia de “monitorar-se” revela uma racionalização permanente que apareceu no grupo dos alunos da UFRGS de certa maneira, de forma generalizada. Existe uma postura resguardada que acompanha a capacidade crítica e que deriva, possivelmente, do fato de terem participado de pesquisas e conhecerem como funciona a utilização da entrevista e da exposição dos dados.

Com relação ao mercado de trabalho em Psicologia, Laura comenta que o diploma “*vale quase nada*”. Considera que não é área para emprego, mas sim para ser autônoma. Suas amigas já formadas estão encontrando dificuldade de inserção no mercado e, ela acrescenta que “*existe emprego técnico, para segundo grau, que paga dois mil dois mil e pouco enquanto que uma psicóloga “do Clínicas” ganha um mil*”.

Laura tem um posicionamento crítico com relação ao Conselho de Psicologia (CRP) e à Sociedade de Psicologia, pois comenta que um deles instituiu um Banco Social de Psicologia, através do qual o recém formado sai trabalhando, mas de graça. Demonstra, como Marina, uma insegurança sobre a escolha feita ao decidir cursar Psicologia e, assim, o caminho escolhido sendo vivido, em alguns momentos, como um erro de escolha, faz com que recaia sobre o elas, individualmente, a culpa e auto-responsabilização caso não consigam ingressar no mercado de trabalho. Neste caso o fracasso será, não por falta de competência, mas por um equívoco de estratégia de sobrevivência.

Laura aborda a questão ética pela via da competição desleal. Desgostosa conta fatos tais como um aluno falando mal de outro, para um professor, quando ele irá se candidatar a uma bolsa, colegas escondendo estágio ou arrancando cartazes, eventos que, se tornam mais negativos, pois ainda contam, por vezes, com o incentivo de “*certos professores*”. Relaciona a competição desleal com o caráter feminino da profissão e acha que entre os homens não existe isto. Critica a falta de sigilo ao comentar de pacientes para outros. Tem medo da categoria profissional que considera mesquinha e desleal.

Dóris, com 24 anos, diz que com relação ao curso superior não houve opção, mas algo que estava pré-estabelecido em sua trajetória estudantil, assim como Cláudio, Laura e as entrevistadas da PUC. Sua mãe tem curso superior – uma licenciatura - e trabalha como professora do ensino médio e fundamental. O pai era técnico em eletricidade e iniciou o curso de Engenharia, mas não concluiu vindo a se arrepender posteriormente. Na escola teve uma orientação profissional e depois realizou testes vocacionais e foi se definindo. Finalmente, decidiu-se pela Psicologia, pois percebeu que Psicologia não era passar o dia

inteiro escutando pessoas reclamarem. Do mesmo modo que Laura queria fazer UFRGS pela excelência do ensino e foi idealizando “*esta coisa da UFRGS*” durante o segundo grau. Poderia ter feito em Santa Maria que não era paga e era mais perto - metade do caminho - ou UNIJUÍ que era paga, mas era perto. Fez dois anos de cursinho e chegou a cogitar PUC, mas decidiu fazer de novo UFRGS. Dóris tem uma irmã que faz Medicina na UFRGS.

Dóris teve momentos bastante difíceis em sua trajetória, pois ao iniciar o estágio de psicopatologia, que era uma familiarização, para se aproximar da loucura, estava, ao mesmo tempo, tendo que lidar com a doença do pai: um câncer que culminou com o seu falecimento naquele mesmo ano. Na ocasião como já estava morando em Porto Alegre tomou a seu cargo os cuidados do pai e dormia no hospital.

Realizou uma terapia do tipo sistêmico e se sentiu ajudada, pelo que não tinha muita paixão pela Psicanálise, e tentou o estágio numa instituição de Estudos da Família, mas não conseguiu a aceitação. Então se candidatou a uma outra instituição e iniciou o estágio, considerando que foi aceita apenas por ser da UFRGS, pois seria de interesse da instituição ter um vínculo com a UFRGS, já que ela foi a primeira estagiária da UFRGS neste local. A partir do estágio começou a gostar da Psicanálise e considera que em outras instituições de ensino, diferentes da UFRGS, os estudantes são mais normalizados e que, nestes lugares, não gostam dos alunos da UFRGS, pois são muito questionadores. Comenta com humor, que até trocou de nome, pois lá é conhecida como a Dóris da UFRGS.

Dóris tem crítica sobre a hierarquia das formações, mas entrou na engrenagem e começou a fazer terapia com um analista indicado por seu supervisor. Sobre isto ela explica: *“É, porque na maioria o pessoal que está entrando vai fazer terapia com o tal, os que estão no meio termo, os que tão no meio termo fazem com os... chefões, lá, com os bambambam... Uma escadinha”*.

Dóris, a exemplo de Marina e de Laura, questiona sua opção, pois o seu namorado é formado em Matemática, se formou há um ano e meio e já dá aula em 4 colégios, segundo ela, ele está bem empregado (tem quatro empregos). *“Eu deveria ter feito uma licenciatura”*, reflete, considerando sua situação de candidata à formação numa instituição de especialização, projeto que tem para após a formatura.

Dóris percebe que sua opção de trabalhar com clínica é difícil, pois implica em fazer especialização e decidiu-se pelo mesmo Instituto onde realizou o estágio. Esta decisão é possível de concretização, pois, atualmente, a situação financeira permite, porque, com a morte do pai, ficaram com sua pensão e os interesses da mãe mudaram. Neste Instituto trabalham e recebem 40% para amortizar as despesas com o curso. Para ela é um ciclo inverso, pois vai começar a pagar estudo depois de formada, enquanto os outros estudantes sempre pagaram. Pensa em mestrado, mas apenas mais tarde quando tiver um tema que queira pesquisar para não fazer o mestrado apenas pelo diploma. Como acredita que não dá para abrir consultório, em seguida, cogita em realizar um concurso. Como Marina e João, Dóris gostaria de trabalhar em posto de saúde. Com relação ao mercado de trabalho para Psicologia, acha que muito poucos se formarão e terão um emprego formal.

5.2 Universidade pública: um espaço transformador

João é o exemplo da força transformadora do espaço da universidade pública. Ele relata como vai desalojando sua identidade prévia de seu lugar fixo, ao entrar para a universidade. Então, vê-se como um entre outros e é no olhar de seus colegas que vivencia a universidade como um espelho, uma experiência mista, que é utópica e é real. Ele diz:

“Havia um divórcio, uma cisão eu vinha de certo lugar e tinha outra pessoa indo e freqüentando a faculdade, como é que eu ia juntar estas coisas, foi um processo para conseguir trazer mais próximas estas duas identidades”.

João situa esta experiência no espaço intrapsíquico ao falar de duas identidades, mas ela tem uma correspondência no espaço urbano, pois João e Marina são originários da periferia de Porto Alegre com os efeitos que tal localização joga sobre a constituição de suas subjetividades, pois *“vivemos no interior de um conjunto de relações que definem enquadramentos irreduzíveis uns aos outros e não superponíveis em absoluto”* (FOUCAULT, 1984, p.1574)*.

Em Foucault encontramos a idéia de que o espaço foi parcial e teoricamente dessacralizado, a partir de Galileu, que então constitui um espaço infinito e infinitamente aberto. No entanto, do ponto de vista prático, o espaço contemporâneo, de forma diferente do que aconteceu com o tempo no século XIX, segue marcado pelas polaridades e, assim, temos o espaço público e o privado, o espaço da família e do social, espaço cultural e espaço útil, e, ampliando a idéia de Foucault, o espaço da cidade e o espaço da periferia, o espaço do rico e o espaço do pobre, o espaço do aluno da escola pública e o da escola privada, do que fez cursinho e do que pegou livros emprestados.

* A tradução é nossa.

Segundo Foucault,

o problema da localização humana (...) é também o problema de saber que relações de vizinhança, que tipo de armazenamento, de circulação, de localização, de classificação dos elementos humanos se deve manter preferentemente em tal ou qual situação para alcançar tal ou qual fim. Estamos numa época em que o espaço se dá na forma de relações de enquadramento (FOUCAULT, 1984, p.1573)*.

João apresenta uma reflexão clara sobre a distribuição e a circulação das pessoas, a partir de sua vivência de vida e trabalho na periferia. Integra na narrativa de si a constituição de seu trabalho como estagiário e estudante de Psicologia.

“... Porque eu expandi prá toda cidade, assim, no meu trabalho eu pensei esta questão da cidade, e usei pra pensar o trabalho nos meus deslocamentos que eram esses meus deslocamentos na cidade, bom, o estágio era lá na Lomba do Pinheiro, né... É na Lomba do Pinheiro, então eu circulo muito assim pela cidade e eu fiquei muito pensando nessas diferenças, né, nessas pessoas que circulam como circulam e tal, falando sempre de mim, claro”...

João comove pela força transformadora que opera sobre si. Embora revele ressentimento pela injustiça que a desigualdade social realiza sobre ele, mostra-se comprometido com a coletividade e, tal qual Marina, pensa o seu futuro profissional vinculado a áreas de atuação social, projetando um mestrado em Social ou uma residência em Saúde Pública. João em seus deslocamentos pela cidade, em transportes coletivos, faz de seu ônibus o barco, não deixando que os sonhos sequem, apropriando-se das riquezas que encontra nos diferentes portos, pois como diz Foucault:

O barco é um pedaço flutuante de espaço, um lugar sem lugar; que vive por si mesmo, que está fechado sobre si e entregue ao mesmo tempo ao infinito do mar, e que de porto em porto vai às colônias buscar o mais precioso que elas guardam em seus jardins, podeis compreender porque o barco foi para

* A tradução é nossa.

nossa civilização, do século XVI aos nossos dias, não apenas o maior instrumento de desenvolvimento econômico (não é disto que eu falo neste momento), mas a maior reserva de imaginação. O navio é a heterotopia por excelência. Nas civilizações sem barco os sonhos secam, e nelas a espionagem substitui a aventura e a polícia aos corsários (FOUCAULT, 1984, p. 1581).*

Para Foucault o espelho é uma utopia, visto que é um lugar sem lugar. Ele explica:

No espelho eu me vejo onde não estou, é um espaço irreal que se abre virtualmente atrás de uma superfície; estou lá longe, ali onde não estou, sou uma espécie de sombra que me dá minha própria visibilidade, que me permite ver-me ali onde estou ausente: utopia do espelho. Mas é igualmente uma heterotopia, na medida em que o espelho existe realmente, em que pese, a respeito do lugar que ocupo, uma espécie de efeito de remissão, desde o espelho me descubro ausente no local em que estou, já que me vejo lá longe. A partir deste olhar, volto para mim e começo a dirigir meus olhos para mim mesmo a reconstituir-me ali onde estou (FOUCAULT, 1984, p.1575)*.

A UFRGS funciona como este espaço misto: uma heterotopia, pois é um lugar real, desenhado na instituição da sociedade, um tipo de contra-enquadramento, uma espécie de utopia realizada. A UFRGS que serve para transmissão de conhecimentos, para viabilizar o acesso a uma carreira de nível superior para aqueles que não teriam recursos para fazê-lo enquanto oriundos de populações menos privilegiadas, também ocupa um lugar idealizado, pois, considerando a dificuldade de acesso a uma vaga pelo estreito gargalo do vestibular, fica como um lugar virtual, atrás do espelho, lugar este que quando alcançado necessita um processo de elaboração para ser vivido como real e então apropriado pelo estudante.

A universidade pública oferece um outro caminho possível, onde o sujeito ocupa um outro lugar de inserção social, e dentro dela ele se reconhece como alguém de valor. A percepção de João a este respeito, e que é semelhante à de Marina, assim se expressa:

Agora, eu termino o curso, eu tenho a bolsa que, que ajuda a me manter e tal, ah, bom, eu tenho casa, tenho comida,... Mas não

* A tradução é nossa.

tenho todas essas outras coisas, tu precisa te vestir, tu precisa te deslocar... Tudo isso eu sempre tive que correr atrás sozinho e daí tu pensa assim: “tá”, vai começar a pagar estudo, me formo e sou jogado assim fora da universidade e aí?

No caso dos alunos da UFRGS cujos entrevistados em sua totalidade tiveram bolsa e participaram de pesquisas sentiam-se “trabalhadores”, pelo que, quando da formatura, sentem que poderão tornar-se “desempregados”. O trabalho possível através da carreira de nível superior parece virtual e a ponte entre a universidade e o mundo do trabalho não se apresenta disponível e concreta, criando o temor de que a busca da trajetória de nível superior enquanto meio de ascensão social tenha sido ilusória.

6 DISPOSITIVO *PSI* E INSERÇÃO SOCIAL

Foucault observa que os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que subseqüentemente passam a representar. As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos é, por meio de limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo “proteção” dos indivíduos relacionados àquela política, mediante uma ação contingente e retratável de escolha. Porém em virtude de a elas estarem condicionados, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas (BUTLER, 2003, p. 18).

Ao tomar como correto este ponto de vista, a formação científica e política que fabrica os psicólogos como sujeitos do exercício profissional, no fazer Psicologia, é em si mesmo uma formação discursiva e efeito de uma determinada política da categoria profissional. As relações de poder-saber-verdade que circulam no meio *psi* produzem, inevitavelmente, o que alegam instruir e cuidar. A crítica deve compreender que o psicólogo, o sujeito do fazer Psicologia, é produzido e normalizado pelas mesmas estruturas de poder pelo intermédio das quais busca a eficiência para operar de forma mais consistente sobre a realidade concreta.

Desta forma é no cuidado de si, enquanto tecnologia de si, que se alicerça a razão de ser da Psicologia moderna, cujo objetivo é a transformação de si, pela ação do sujeito sobre seu mundo interno, dentro do propósito de fazer consciente o inconsciente e, para assim, cessar de repetir. Diferentemente do que foi descrito por Foucault, em relação aos gregos antigos, as tecnologias de si que ocorrem no fazer clínico da Psicologia e, sobretudo da Psicanálise, não são destinadas a uma melhoria de si para melhor servir a “*polis*”, mas,

ao contrário, a transformação de si, exercitada dentro da lógica liberal, aparece como apropriação dos recursos “internos”, para situar-se melhor no embate competitivo de um darwinismo social³⁸, com aprofundamento dos processos individualizantes.

É, neste marco que se constituem as identidades profissionais, de forma que o psicólogo é, portanto, um sujeito produzido dentro da dicotomia interno-externo e que acredita que sua força está no domínio de seu mundo interno pela domesticação das forças inconscientes que regem os seus destino, sendo esta a forma de alcançar a liberdade individual.

Ao levarmos em conta a inserção social dos grupos entrevistados, vai ficando explicitado o engodo que alberga o ponto e vista da hegemonia do mundo interno sobre as condições concretas de possibilidades, para a realização dos ideais, pois o destino dos psicólogos dos diferentes grupos vai mostrando como o psicólogo que emerge como sujeito do dispositivo *psi* vai ser diferente conforme o acoplamento deste com o meio do qual provém. Impossível ser dono do próprio destino a partir tão somente da domesticação das forças do inconsciente. A propriedade de si está sempre atada à propriedade social e à propriedade privada, como explica Castel.

Sobre a base uniforme, dicotômica e individualizante, própria da Psicologia moderna, encontra-se uma heterogeneidade dos dispositivos *psi* que confere uma face diferente aos sujeitos, pois cada grupo trás consigo as marcas e as conseqüências do

³⁸ O termo Darwinismo Social se refere a uma interpretação deturpada da “lei” da sobrevivência dos mais aptos pela via da seleção natural, descrita por Darwin e que garantiu a evolução das espécies. Esta adaptação remete a uma naturalização da “lei” do mercado como único instrumento eficaz e necessário para a regulação da sociedade capitalista (NARDI, 2002, p.15).

contexto social a que pertence e no qual realizou sua trajetória estudantil, conforme foi descrito nos capítulos anteriores. Portanto, é possível dizer que existe um dispositivo *psi* de pesquisa e de diversidade teórica que subjetiva os alunos da UFRGS, um de ascensão social que fabrica os psicólogos da ULBRA e o da clínica que conforma os alunos da PUC, no ideal de manutenção das condições privilegiadas de inserção social que aparece de forma direta como identificação com pais, mestres ou analistas.

Pode-se afirmar que, de um modo geral, entre os entrevistados da UFRGS, existe a expressão de uma perda de importância da lógica do trauma e, portanto, da lógica do mundo interno, pois eles apresentam uma racionalidade que se constrói pela experimentação na diversidade de enfoques, como o da Psicologia Social e da Psicologia Cognitivista, além do trajeto em pesquisa (uma constante neste grupo). Em comparação com o grupo da PUC onde existem diferentes correntes, mas predomina a influência do pensamento psicanalítico, verifica-se que a narrativa de si ocorre a partir da ótica do trauma e da elaboração deste no mundo interno.

Entre os alunos da UFRGS entrevistados encontra-se uma afirmação pela capacidade intelectual, pela trajetória em pesquisa e pela visão da Psicologia como uma disciplina plural, com diversos campos possíveis de atuação e ao mesmo tempo uma postura resguardada, passando uma impressão de fragilidade mascarada, como se uma articulação intelectual, algo mais incisiva, pudesse colocá-los em questionamento e derrubar esta visão de competência e supremacia que eles têm de si próprios. Todos expressam a visão de que ser aluno da UFRGS é um privilégio e uma distinção e o ingresso pelo estreito gargalo do vestibular é relatado como sorte, mérito ou persistência. A consciência dos processos coletivos é maior, a reflexão ética associa-se à narrativa de vida,

e a preocupação com a inserção profissional leva em conta as condições de possibilidade para o exercício da Psicologia na sociedade neste momento, embora a busca de soluções para a vida aconteça na perspectiva individual.

Não existe reconhecimento de que a universidade pública é suporte e direito por fazer parte da propriedade social. Assim, sendo cabe lembrar que esta invisibilidade da função pública e de direito à educação da universidade faz parte de um dispositivo que emerge das políticas de educação, a partir da reforma do Estado, iniciada em 1990 e acentuada em 1995, sob a tutela do neoliberalismo.

Segundo explica Silveira (2004) a reforma do Estado brasileiro tem sido feita sob a orientação de organismos multilaterais (FMI e BIRD/Banco Mundial) que vêm ditando as sugestões de mudanças necessárias aos países periféricos entre as quais está a privatização das empresas e dos serviços públicos, nos quais se incluem os serviços educacionais, de ciência e pesquisa, de cultura e de saúde.

De acordo com Chauí (2001), existe, a partir de então, uma transformação conceitual, pois onde se lia “*direitos*” passou-se a ler “*serviços*”, ficando “*direitos*” (como por exemplo, à saúde, à cultura e à educação) deslocados para o setor de “*serviços estatais*”, os quais deverão tornar-se não-estatais.

A Reforma encolhe o espaço público dos direitos e amplia o espaço privado não só ali onde isso seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica -, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados. O Estado se desobriga, portanto, de uma atividade eminentemente política, uma vez que pretende desfazer a articulação democrática entre poder e direito. Dessa maneira, ao colocar a educação no campo de serviços, deixa de considerá-la um direito dos cidadãos e passa a tratá-la como qualquer outro serviço público, que pode ser terceirizado ou privatizado (CHAUI, 2001, p. 177).

Entre as entrevistadas da PUC, verifica-se um outro dispositivo de subjetivação que resulta numa aparente tranqüilidade em relação ao que são ou ao que não são. Fruto do dispositivo dos tratamentos psicoterápicos/psicoanalíticos, bastante investido pela maioria delas, aceitam que possam ter dificuldades afetivas e se expõem com menos temor de que apareçam suas limitações ou medos. Na verdade se constituem dentro de um marco em que o enfrentamento de suas limitações e o trabalho sobre elas é parte da qualificação profissional, pois representa a possibilidade de trabalhar o mundo interno, condição “*sine qua non*” para ser psicólogo. O dispositivo do tratamento pessoal “*psi*” implica na constituição de sujeitos treinados para e pela “*confissão*”³⁹.

Ao considerar que a Psicologia funciona dentro do modelo médico, a opinião de Foucault a este respeito aponta que “*a ciência soberana do médico se encontra envolvida em mecanismos que ela mesma, involuntariamente, produz*” (FOUCAULT, 1997, p.53).

E explica que disto decorre a configuração do “*setting*” e da regra fundamental da técnica psicanalítica - a associação livre - descrevendo o dispositivo da clínica psicanalítica da seguinte maneira:

(...) daí a regra do *tête a tête*, do livre contrato entre médico e doente; daí a regra da limitação de todos efeitos ao nível único do discurso (“eu só te peço uma coisa, dizer realmente tudo o que está passando pela tua cabeça”); daí a regra da liberdade discursiva (“não mais poderás te vangloriar de enganar teu médico, já que não mais responderás às perguntas feitas; dirás aquilo que tem vem a cabeça, sem, que tenhas nem mesmo de me perguntar aquilo que penso, e se quiseres me enganar infringindo esta regra, não serei enganado; tu serás enganado, preso na armadilha, já que terás perturbado a produção da verdade e

³⁹ Com relação à *confissão*, Fischer explica que a idéia de que tudo deve ser dito passou a ser uma obsessão no homem contemporâneo. Iniciada com os manuais de confissão na Idade Média, resultou numa aparelhagem complexa de produção de discursos sobre o sexo (séc. XVII e XVIII), alcançando nossos tempos, assimilada pelas práticas terapêuticas e psicanalíticas. Assim, o ocidente aprendeu um paradoxal mecanismo de produção de verdade, que aliou uma forte vontade de saber, com uma poderosa vontade de não-saber. Portanto, a *confissão* não significa que seja univocamente uma produtora de verdade, mas que faz parte, sobretudo, de um jogo de verdade e falsidade (1996 p.84).

aumentado de algumas sessões a soma daquilo que me deves”); daí a regra do divã, que só concede realidade aos efeitos produzidos nesse lugar privilegiado e durante essa hora singular em que se exerce o poder médico, poder que não pode ser tomado em nenhum efeito de retorno, uma vez que se encontra inteiramente retirado no silêncio e na invisibilidade (FOUCAULT, 1997, p.53).

O poder do psicólogo aparece nesta equivalência ao poder médico, como um produtor de verdade, num espaço organizado, para que essa produção permaneça sempre adequada a esse poder. A partir do entendimento deste dispositivo da clínica, pode-se entender a dificuldade dos estudantes de Psicologia para exercerem uma clínica fora do *setting*, conforme os resultados encontrados por Saldanha (2004), anteriormente descritos. Aqueles achados coincidem com os encontrados nesta população, cujo ideal de trabalho é o de clínica como profissionais autônomos, pois foram constituídos em cursos cuja ênfase é a clínica e a psicanálise, num percurso ao qual se agrega às experiências dos tratamentos *psi*, por vezes mais valorizado que o trajeto acadêmico. Estes podem ser entendidos como a fabricação de um psicólogo engendrado dentro das relações saber-poder-verdade do dispositivo *psi* da clínica e principalmente da clínica psicanalítica, tal como está acima descrito por Foucault.

Birman (2000) diz que *o poder assumido pela figura da pessoa do analista dependeria da redução da onipotência do louco, estando nesta gangorra imaginária a única eficácia para o tratamento*. A partir deste ponto de vista entende-se a relativa facilidade para falarem de suas dificuldades entre as alunas da PUC, pois as mesmas são atravessadas pela experiência de terem sua “onipotência” neurótica quebrada pelos tratamentos. Estes, por outro, lado dão-lhes uma ilusão de potência pela crença de que o domínio das forças inconscientes é a ferramenta principal para alcançarem seus objetivos.

O cuidado de si é visto como o cuidado individual sobre os seus processos internos. São constituídas pela idéia da formação clínica baseada no estudo teórico, na supervisão clínica e no tratamento pessoal. No entanto a reflexão crítica, para além dos processos individuais e intrapsíquicos, não aparece. Com relação ao mercado de trabalho em Psicologia têm uma visão estritamente individual e consideram que se forem “boas” vão conseguir ter êxito, talvez um pouco mais lentamente, mas que chegarão aos seus objetivos de autonomia, e manutenção da inserção social e financeira tal qual usufruem, atualmente, sob a tutela de seus pais.

Na ULBRA /São Jerônimo a questão proeminente é da ordem da sobrevivência pessoal e profissional e tem relação concreta com o pagamento do crédito educativo e com a falta de condições materiais das famílias de continuarem apoiando financeiramente aos egressos, até que os mesmo consigam algum ganho. No entanto, existe, com relação aos familiares, uma disposição e um orgulho de terem conseguido acompanhar um filho até a conclusão do terceiro grau. O desafio maior para estes formandos é conseguir trabalhar na área e consolidar sua identidade profissional. Embora vejam a possibilidade do trabalho em clínica como uma utopia, pois consideram que tem poucas oportunidades, é com ele que sonham, pois, num paradoxo entre inserção de classe e subjetivação pelo discurso psicanalítico, examinam a vida pela ótica do trauma associada à frustração pelos recursos precários de que dispõem. Trabalhar em clínica seria a concretização do processo de ascensão social, subindo os degraus que separam o operário do doutor e o trabalho manual do intelectual.

Embora relatem seu sofrimento por perceberem que as condições que haviam imaginado para a conclusão do curso tenham se transformado, os formandos se percebem a

partir da possibilidade de serem interpelados como “doutores” valorizando o aspecto de ascensão social simbólica representado pelo trajeto universitário. A situação de vulnerabilidade por ser tomada como uma condição individual é discutida e sofrida apenas nesta perspectiva.

Como nestes relatos os sujeitos não se colocam em relação às condições coletivas de suas existências, podemos afirmar que do lugar de onde o sujeito fala, dentro da universidade e do conjunto societário como um todo, a enunciação reforça a lógica individualizante e do mérito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando do início desta trajetória, mais precisamente há dois anos, na qualificação do projeto, a questão que emergia de minha inquietude era formulada dentro da visão psicanalítica e se constituía numa indagação sobre o sujeito *sofrente* que nascia da impossibilidade de realização, inevitavelmente incompleta pela própria conceituação freudiana, do *ideal de ego*, então percebido classicamente como a apropriação de uma relação intersubjetiva, ou de aspectos desta admirados ou invejados, transformada em intrapsíquica e, portanto, galgada à condição de instância, pelo sepultamento do complexo edípico.

Percebia esta impossibilidade de forma não simbólica, mas concreta pela constatação das transformações do mundo do trabalho. Os efeitos perversos do neoliberalismo, nos quais se aprofundavam as desigualdades sociais com a diminuição de oportunidades no mundo do trabalho para sujeitos com terceiro grau completo, atacavam um dos pilares da esperança de um amanhã melhor por uma inserção social valorizada e por acesso aos bens de consumo, principalmente, para a classe média atravessada pela “ética do curso superior”.

No transcorrer da pesquisa, no entanto, fui me colocando no centro de um embate epistemológico, oscilando entre o saber psicanalítico tradicional e os efeitos que o campo de pesquisa e que as novas abordagens teóricas exerciam sobre mim. O resultado foi este efeito de mosaico, que desenha o estilo desta comunicação, composta de fragmentos que ora se harmonizam e ora se contrastam, e cuja justificativa busco através do ponto de vista

de Foucault (1990), para quem é possível existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia.

Estrategicamente, busquei, neste percurso, reconstruir as trajetórias de vida e escolha profissional de três grupos de estudantes de Psicologia, em vias de conclusão do percurso universitário, e, levantar, sempre que possível, pelo contexto da pesquisa, os elementos que jogavam um papel importante enquanto identificação, na construção do projeto identificatório.

No encontro com o primeiro grupo entrevistado - os alunos da ULBRA/ São Jerônimo - começo a sofrer os efeitos do trabalho de campo e o chão das certezas que me balizavam torna-se movediço. Lá, onde o “futuro já começou” encontro um grupo de estudantes, movidos pelo anseio de ascensão social, atolados no contra-senso de terem adquirido uma dívida material sentida como impagável – e provavelmente assim seja - para as condições de possibilidade que tinham para consolidar suas identidades de psicólogos.

A questão dos processos identificatórios vai perdendo importância diante do desafio concreto que emerge da condição de classe e de uma posição individualista reforçada pelo dispositivo “*psi*” do curso que os subjetiva.

No segundo grupo - as alunas da PUC - encontro a população que corresponde ao problema inicial da pesquisa. De fato, foi no convívio com este tipo de profissionais, constituídos para o exercício clínico e subjetivados pelo discurso psicanalítico, que emergiu a minha questão de pesquisa focada no *ideal de ego*, pois esta é a população que freqüentava os seminários e as supervisões do Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto

Alegre. Nesta população encontro confirmação daqueles pressupostos psicanalíticos descritos como universais, pois, no relato de si, se descrevem como herdeiras do complexo edípico (também do capital cultural e da propriedade privada). Aqui os suportes aproximados são consistentes e, a reflexão sobre estas condições de aparecimento dos processos de identificação aponta para o desenvolvimento de um estudo posterior que aborde o questionamento da universalidade do complexo edípico e avance na indagação das faces que os postulados fundamentais da psicanálise podem adquirir conforme a inserção de classe, se transformando ou se intensificando, em sintonia com os suportes sociais.

Butler (2003), ao questionar a constituição de identidades fixas e fantasísticas a partir da presunção de uma lei fundadora (a lei paterna), ao ressaltar que tal *“lei que fixa os termos dessa fantasia não é impermeável à variabilidade e às possibilidades históricas”* (BUTLER, 2003, p.103), abre uma possibilidade teórica importante que é o debate sobre as transformações da lei paterna, que está no cerne da concepção do complexo edípico e do tabu do incesto, na sociedade contemporânea, mas que foge às possibilidades deste recorte. Entendo que, através desta ótica, esta autora aproxima a noção de identificação da Psicanálise freudiana com o conceito de subjetivação de Foucault, e resgata a possibilidade de uma Psicanálise não centrada no sujeito-indivíduo, mas voltada para o entendimento de novas subjetividades, e que acolha, assim, a idéia de um sujeito historicamente e socialmente fabricado. Esta proposta encontra paralelo no pensamento de Roudinesco, em sua *Família em desordem* e nos estudos de Birman e Freire.

Minha interlocução com o terceiro grupo - os alunos da UFRGS - mostra-se difícil. Encontro um tipo de estudante de Psicologia que me é estranho. Em alguns a linguagem

adquire aspectos de uma “retórica *psi* pós-moderna” que atrapalha a comunicação em meio a tantos “*fluxos*”, em outros aparece um retraimento que me desconcerta, pois não corresponde ao psicólogo voltado para o mundo interno e com ele trabalhando, a partir da lógica do trauma em suas trajetórias de vida. Ao mesmo tempo, percebo-me comovida pela possibilidade transformadora que o espaço de uma universidade pública opera sobre os sujeitos, oferecendo um espaço potencial de resistência e, portanto, de emergência de novas formas de subjetividade.

Novamente preciso avançar em busca de uma Psicanálise que se afaste da divisão dentro-fora, que dialogue de forma intensa com a filosofia de Foucault, que enfatize o descentramento do sujeito, conforme alcança Freud, em sua época, na postulação de inconsciente. Penso que o modo de transmissão da Psicologia e da Psicanálise em particular, reeditou a filosofia do sujeito. O sujeito da Psicologia hoje está recentrado, a partir da ilusão de interioridade, como foi apontado anteriormente. O saber da Psicologia moderna constrói uma onipotência de ação sobre os processos internos, como se o sujeito psicologizado tudo pudesse a partir do domínio de suas forças inconscientes, trazendo como resultado uma impotência de sua ação de transformação das condições de possibilidade e uma inscrição frágil no laço social.

Considero que o objeto de meu interesse, enquanto psicanalista clínica, será sempre o sujeito *sofrente*, mas é preciso considerar que este tem sua dor particular e sua dor coletiva embora este último aspecto venha tendo pouca dizibilidade e visibilidade pela força da concepção de mundo interno no discurso “*psi*”. Conforme foi discutido ao longo do trabalho, as forças dos dispositivos que justificam o neoliberalismo, assim como a Psicologia moderna, cujas relações de poder-saber trabalham no sentido de fabricar

indivíduos altamente individualistas, deu um novo sentido ao cuidado de si numa transformação que age sobre um si interiorizado que instrumentaliza a sobrevivência e a competição num mundo em que impera o darwinismo social.

Há uma convocação ao compromisso micropolítico pela proposta de colocar-se em situação de questionamento e, deste modo, impedir o acolhimento acrítico de quaisquer que sejam os discursos de verdade. Em concordância com Silveira (2004) penso que a capacidade de provocar estranhamento é um dos efeitos mais potentes da obra de Foucault, pois *“a partir do momento em que ele dá visibilidade aos jogos de forças no terreno dos discursos e das práticas, somos jogados, sem piedade, a um mundo em constante movimento e construção. O solo firme desmancha-se sob nossos pés”* (2004 p.36).

Para finalizar, lembro a idéia de que o poder carrega em si a própria resistência aos dispositivos assujeitadores e que isto inclui a esperança e a possibilidade de um despertar onde:

O objetivo principal atualmente seja, não o de descobrir o que somos, mas de recusar aquilo que somos. É preciso que possamos imaginar e construir aquilo que poderemos ser para nos liberar do <duplo constrangimento> político que são individualização e totalização simultâneas das estruturas do poder modernas (FOUCAULT, 1982, p.1051).

OBRAS CONSULTADAS

- ALBANO, Sérgio. *Michel Foucault: glossário epistemológico*. Buenos Aires: Ed. Quadrata, 2004.
- ALBUQUERQUE, Andréa Barbosa. *Produção de subjetividade, processos de subjetivação*. In: PEIXOTO Junior Carlos Augusto (org). *Formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa livraria/EBEP, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 5.ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.
- ARIÈZ, Philippe. *História social da criança e da família*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos LTDA, 1981.
- AULAGNIER, Piera. *Um intérprete em busca de sentido*. São Paulo: ed. Escuta 1998. 1v.
- BARBER, Benjamin.R.; *Culture McWorld contre démocratie*. In: *Manière de voir 52: Penser Le XXI eme Siècle- Rev. Le Monde Diplomatique*. France: Juillet-Août 2000.
- BAREMBLITT, Gregorio.F et all. *El concepto de realidad em psicoanalysis*. Buenos Aires: Editorial Socioanalysis, 1974.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar Editor, 2001.
- _____. *Globalização: as conseqüências humanas*, Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 1999.
- BENDASSOLLI, Pedro, F. *Público, privado e o indivíduo no novo capitalismo*. In: *Tempo Social; Rev. Sociologia. USP*, São Paulo, 12(2): 302-236. Novembro 2000.
- BERTAUX, Daniel. *Les récits de vie*. França: ed. Nathan, 2003.
- BEZERRA Jr, Benilton. ; *Descentramento e sujeito -versões da revolução copernicana de Freud*. In: COSTA, Jurandir Freire (org.). *Redescrições da Psicanálise*. Rio de Janeiro, ed. Relume-Dumará, 1994.
- BIANCHEDI, Elisabeth. *Cambio psíquico: el devenir de uma indagación*, In: *Revista de Psicoanalises de la Asociacion Psicoanalítica*. Vol. XLVII. Buenos Aires: 1990.
- BIRMAN, Joel. *Entre cuidado e saber de si: sobre Foucault e a Psicanálise*. Rio de Janeiro: ed. Relume Dumará, 2000.

_____ *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura*. Trad. Gouveia, Aparecida. In: *Pierre Bourdieu: escritos da educação*. 3.ed. Petrópolis: ed. Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. *O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução*. In: *Pierre Bourdieu: escritos da educação*. 3.ed. Petrópolis: ed. Vozes, 1998.

BUTLER, J. *La vie psychique du pouvoir*. França: ed. Leo Scheer, 1997.

_____ *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2003.

CABANES, Robert. *Quelle Approche Biographique?* In: *Revue Internatinal de Psychologie*. V. VI, n.14, 2000.

CAMPOS, Álvaro de. *Adiamento*. In: *Fernando Pessoa: obra poética*. Rio de Janeiro: ed. Companhia José Aguilar, 1972.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. *Acontecimento: categorias biográficas individual, familiares, sociais e históricas* In: CARNEIRO, Terezinha Feres(ORG.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. São Paulo: ed. Loyola/ PUC Rio, 2003.

CASTORIADES, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 5.ed. São Paulo: ed. Paz e Terra, 2000.

CASTRO Edgardo. *El vocabulário de Michel Foucault: un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores*. Buenos Aires: ed. Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

CATANI, Afrânio David, NOGUEIRA, Maria. Alice. *Uma sociologia da produção do mundo cultural e escolar*. In: *Pierre Bourdieu: escritos da educação*. 3.ed. Petrópolis: ed. Vozes, 1998.

CATTANI, Afrânio David (org.) *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. Petrópolis: ed. Vozes e Porto Alegre: ed. UFRGS, 2002.

CÂNDIDO, Antônio. *O significado de "Raízes do Brasil"*. In: *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: ed. Schwarcz Ltda, 2005.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 3.ed. Petrópolis: ed. Vozes, 2001.

CASTEL, Robert, HAROCHE, Claudine. *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi: entretiens sur la construction de l'individu moderne*. Paris: ed. Fayard, 2001.

CASTEL, Robert. *Pierre Bourdieu e a rigidez do mundo* In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVRE, Rose-Marie. *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil Ltda, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

COLBARI, Antônia. L. *A ética do trabalho*. São Paulo: ed. Letras e Letras, 1995.

COSTA, Jurandir Freire. *A ética e o espelho da cultura*. 3.ed., Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2000.

_____ *Playdoier pelos irmãos*. In: *Função fraterna*. KHEL, Maria Rita (org.). Rio de Janeiro: ed. Relume Dumará, 2000.

_____ *Psicanálise e contexto cultural*. Rio de Janeiro: ed. Campus, 1989.

DELEUZE, Gilles. *Qué es um dispositivo?* In: BALBIER et al. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: ed. Gedisa, 1990.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Portugal: ed. Porto, 1997.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 1994.

_____ *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 1993. v.2

EIZIRIK, Marisa F. *Paradigamas da subjetividade contemporânea*. In: *Educação, Subjetividade e Poder* v.2, Porto alegre, 1995.

FISCHER, Rosa Maria. B; *Adolescência em discurso – mídia e produção de subjetividade*. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 1996.

FOCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. 16.ed.. Rio de janeiro: ed. Graal, 2001.

_____ *A ordem do discurso*. 7.ed. São Paulo: ed. Loyola, 2001.

_____ *Tecnologias del yo*. Barcelona: ed. Paidós Ibérica, S.L. 1996.

_____ *Saber y verdad*. Madri: ed. La Piqueta, 1991.

_____ *A verdade e as formas jurídicas*. 2.ed. Rio de Janeiro: ed. Nau, 1999.

_____ *Resumo dos cursos do Collège de France*. (1970-1982). Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar, 1994.

_____ *Vigiar e punir*. 23ª ed., Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

_____ *História da sexualidade 1: a vontade de saber* 1.ed. Rio de Janeiro, ed: Graal Ltda, 1977.

_____ *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. 8.ed. Rio de Janeiro: ed. Graal,1998.

_____ *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. 6.ed.Rio de Janeiro: ed. Graal,1999.

_____ *A arqueología do saber*. 6.ed. Rio de Janeiro: ed. Forense Universitária, 2000.

_____ *Des espaces autres* (1984).In: Dits et Ecrits II, 1976-1988. França: ed. Gallimard, 2001.

_____ *Le sujet et le pouvoir*.(1982) In: Dits et Ecrits II, 1976-1988. França: ed. Gallimard, 2001.

_____ *La poussiere et le nuage*.(1980)In: Dits et Ecrits II, 1976-1988. França: ed. Gallimard, 2001.

_____ *À propos de la généalogie de l'éthique: un aperçu du travail en cours*.(1983) In: Dits et Ecrits II, 1976-1988. França: ed. Gallimard, 2001.

_____ *L' herméneutique du sujet*. (1982). In: Dits et Ecrits II, 1976-1988. França: ed. Gallimard, 2001.

_____ *L' éthique du souci de soi comme pratique de la liberté*.(1984) In: Dits et Ecrits II, 1976-1988. França: ed. Gallimard, 2001.

_____ *Foucault étudie la raison d'État*.(1980) In: Dits et Ecrits II, 1976-1988. França: ed. Gallimard, 2001.

_____ *Les rapports de pouvoir passent à l'intérieur des corps*.(1977) In: Dits et Ecrits II, 1976-1988. França: ed. Gallimard, 2001.

FREUD, Sigmund. *A dissolução do complexo de Édipo*. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Edição standard brasileira, 1.ed., vol XIX, Rio de Janeiro: ed. Imago LTDA, 1976.

_____ *Sobre o narcisismo: uma introdução*. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Edição standard brasileira, 1.ed., vol XIV, Rio de Janeiro: ed. Imago LTDA, 1976.

_____ *O ego e o id*. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Edição standard brasileira, 1.ed., vol XIX, Rio de Janeiro: ed. Imago LTDA, 1976.

_____ *Psicologia de grupo e a análise do ego* (1921); In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Edição standard brasileira, 1.ed., vol XVIII, Rio de Janeiro: ed. Imago LTDA, 1976

FORRESTER, Viviane. *O Horror econômico*. São Paulo: ed. UNESP Fundação, 1997.

FURASTÉ. *Normas técnicas para o trabalho científico*. Nova ABNT. 13.ed.

GAUCHET, Marcel. *La democracie contre elle-même*. França: ed. Gallimard, 2002.

GENTILI, Pablo (org). *Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: ed. Cortez, 2001.

GOERGEN, Pedro. *Ciência, Sociedade e Universidade*. In: *Educação e sociedade*. V. 19, Campinas: ISSN 0101-7330, 1998.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX-1914-1991*. 2.ed. São Paulo: ed. Companhia Das Letras, 2002.

HOLANDA, Sergio Buarque.; *Raízes do Brasil*. São Paulo: ed. Companhia Das Letras, 2005.

JERUSALINKY, Alfredo., MERLO, Alvaro. C., GIONGO, Ana.L. *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo*. Porto Alegre: ed: Artes e Ofícios, 2000.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. São Paulo: ed. Martins Fontes, 1999.

LAZZAROTTO, Gislei D. R. *A construção de possibilidades na formação do psicólogo: moradas de invenção e acolhimento*. In: NASCIMENTO, Célia. et al. *Psicologia e políticas públicas: experiências em Saúde Pública*. CRP 7, Porto Alegre, 2001-2004.

MELLO, João Manuel Cardoso, NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 1998.

MOTTA, Manuel Barros (org.). *Michel Foucault: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. São Paulo: ed. Forense Universitária Ltda., 2000.

Michel Foucault - Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria, Psicanálise. Rio de Janeiro: ed. Forense Universitária, 1999.

NARDI, Henrique Caetano. *Saúde, trabalho, discurso médico*; relação médico-paciente e o conflito capital trabalho. São Leopoldo: ed. UNISINOS, 1999.

Trabalho e ética: os processos de subjetivação de duas gerações de trabalhadores metalúrgicos e do setor informal. (1970 -1999). Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre/RS, 2002.

NARDI, Henrique Caetano; SILVA, Rosane Neves. *A emergência de um saber psicológico e as políticas de individualização*. In: *Dossiê Michel Foucault*. Rev. Educação e realidade, V.29, n.1. Porto Alegre: Faced/UFRGS, jan-jun 2004.

NASIO, Juan David. *Enseñanza de 7 conceptos cruciales del psicoanálisis*. Buenos Aires: ed. Gedisa S.A., 1990.

LAPLANCHE e PONTALIS. *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: ed. Martins Fontes, 2001.

LARROSA, Jorge. *A libertação da liberdade*. In: PORTOCARRERO, V., BRANCO, G. C. (org), *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: ed. Nau, 2000.

LAROUSSE, *Le petit Larousse illustré*. Paris: ed. Larousse, 1998.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antônio. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: ed. Espaço do Desenvolvimento, 2001.

ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: ed. Graal, 1999.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização: a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: ed. Boitempo, 2002.

_____ *O ciclo de financeirização e a nova polarização social*. Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo. In: DIMENSTEIN, Gilberto. Folhaonline, acessada em 17/10/2003.

RABINOW, Paul; DREYFUS, HUBERT. *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: ed. Forense Universitária, 1995.

RASSIAL, Jean-Jacques. (org.) ; *Y a-t-il une psychopathologie des banlieues?* France: ed. Érès, 1998.

_____ *A Passagem adolescente: da família ao laço social*. Porto Alegre: ed. Artes e Ofícios LTDA, 1997.

REVEL, Judith. *Le vocabulaire de Foucault*. Paris : ed. Ellipses Édition e marketing S.A., 2002.

RITZEL, Lucia. *Quando o diploma não basta*. Jornal Zero Hora, Porto Alegre: ed.26/10/2003.

RIZEK, Cibele Saliba. *Prefácio*. In: *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 3ª ed. Petrópolis: ed. Vozes, 2001.

ROLLI, Claudia, *Taxa de desemprego cresce mais entre ricos-* entrevista com Marcio Pochmann, Folha de São Paulo, 20/02/2004.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar Editor LTDA, 1998.

_____ *A família em desordem*. Rio de Janeiro: ed. Jorge Zahar Editor LTDA, 2002.

RUFFINO, Rodolfo. *Do trabalho psíquico ao trabalho social*. In: JERUSALINKY, Alfredo, MERLO, Alvaro. C., GIONGO, Ana.L. *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo*. Porto Alegre: ed: Artes e Ofícios, 2000.

SALDANHA, Olinda.M.F.L. *Psicología e saude*: problematizando o trabalho do psicólogo nas equipes municipais de saúde. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia Social e Institucional, UFRGS. Porto Alegre. 2004.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record, 2002.

_____ *Respeito*: a formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro-São Paulo: ed. Record, 2004.

SILVEIRA, Raquel. *A cultura do polígrafo*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia Social e Institucional. UFRGS, Porto Alegre/RS, 2004.

SKARMETA, Antônio. *O carteiro e o poeta*. Rio de Janeiro: ed.Record, 1996.

TELLES, Edward. *Há uma barreira para os negros*. Jornal do Brasil, 01/01/2004.

VERNANT, Jean-Pierre. *La fabrique de soi*. In: *Entre mythe et politique*. France: ed. du Seuil, 1996.

VEYNE, Paul. *Como escrever a história e Foucault revolucionou a história*. 4ª ed., Brasília: ed. UnB,1998.

VINHOLES-BURTIN,S. *Dicionário de francês*. 36.ed. São Paulo: ed. Globo, 1995.

WICKERT, Luciana F. *Desemprego juvenil*: efeitos nos modos de subjetivação contemporâneos. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, UFRGS, Porto Alegre, dez 2000.

ANEXO

Termo de consentimento pós-informação

Eu.....declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para leitura, para a pesquisa que está sendo realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Instituto de Psicologia, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional: “*O ideal profissional face às transformações do mercado de trabalho: um estudo sobre os processos de subjetivação entre os formandos do curso de psicologia da UFRGS e ULBRA(São Jerônimo)*” que está sendo desenvolvida pela mestranda, Silvia Maria Silveira para que seja usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. Da mesma forma, autorizo o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle das informações a cargo desta pesquisadora do Instituto de Psicologia da UFRGS.

Fui informado(a) dos objetivos especificados e da metodologia de investigação proposta nesta pesquisa. Estou disposto(a) a participar da mesma, permitindo as entrevistas e as observações, e respondendo aos questionamentos pertinentes. Todas as minhas dúvidas foram dirimidas e sei que poderei solicitar outros esclarecimentos, a qualquer momento. Além disso, sei que, durante o estudo, novas informações me serão fornecidas e que terei liberdade de retirar meu consentimento de participação, em face dessas informações.

Fico ciente ainda de que as informações colhidas, ao serem divulgadas, preservarão a identidade do informante, sendo esta confidencial, de modo que apenas serão publicados dados gerais dos participantes da pesquisa cujos nomes serão fictícios. Fui informado(a) de que, se desistir da participação desta pesquisa, deverei avisar à pesquisadora responsável, assim como comunicar qualquer alteração ou situação imprevista que venha a ocorrer.

Porto Alegre,de.....de 2004.

Entrevistado(a)

Pesquisadora

Pesquisador Orientador: Prof. Dr. Henrique C. Nardi- Fone: (51) 333 086 28.

Pesquisadora Mestranda: Silvia Maria Silveira – Fone: (51) 333 13598 e 30285953

